

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**

Gabriela Rabello de Lima

**REGIONALISMO E POLÍTICA SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE A AGENDA
SOCIAL DO MERCOSUL**

**Porto Alegre
2019**

Gabriela Rabello de Lima

**REGIONALISMO E POLÍTICA SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE A AGENDA
SOCIAL DO MERCOSUL**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel de Administração.

Orientador: prof. Dr. Leonardo Granato

**Porto Alegre
2019**

Gabriela Rabello de Lima

**REGIONALISMO E POLÍTICA SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE A AGENDA
SOCIAL DO MERCOSUL**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel de Administração.

Orientador: prof. Dr. Leonardo Granato

Conceito final:
Aprovado em: de de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Jaqueline Marcela Villafuerte Bittencourt

Orientador: prof. Dr. Leonardo Granato

À minha mãe Juraci Antônia Rabello

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço este trabalho a minha mãe Juraci, que até o dia 23 de dezembro de 2014 pode estar presente comigo, oferecendo todo o amor, força e cuidado para que eu preparasse o meu futuro e construísse a pessoa que eu viria a me tornar hoje. Neste momento, prestes a concluir um curso de graduação em uma Universidade Pública, diante de todo o cenário no qual nos encontramos no Brasil, é necessário celebrar e se fazer menção a todas as mulheres que encontram-se na busca por construir uma sociedade melhor, mesmo que em cada sete minutos uma esperança e resistência se apague pela violência de gênero no país. Por vezes, milhares de jovens, como eu, passamos por diferentes obstáculos, muito mais do que econômicos, até chegar neste presente momento, mas de algum modo, seguimos em frente e avançamos para um futuro pelo qual acreditamos que é possível.

Diante disso, agradeço aos meus professores Simone Ramires, Silvia Generali, Ana Mercedes, Pedro de Almeida, Fábio Meira e Renata Albernaz por me proporcionarem um rico desenvolvimento no curso de maneira crítica, analítica e atuante. Graças a vocês pude me desenvolver em um pilar para além do ensino, com um forte trabalho de extensão que me moldou e construiu minha admiração pela academia.

Ao meu orientador Leonardo Granato, agradeço pela sua grande inspiração e humildade diante de toda sua experiência, por me proporcionar a possibilidade de atuar na investigação científica e projetar o meu futuro a partir disso. À professora Consuelo Vasquez, por me proporcionar a experiência internacional de pesquisa na Universidade de Montreal e me aprofundar no debate latino americano dialogando com teorias críticas e decoloniais.

Ao Pedro Rodrigues e à Taciana Pereira, por reconhecerem a minha trajetória e me proporcionarem o momento mais significativo de minha graduação que foi representar da região sul do Brasil em 2017 pelo programa da Brazil Conference nas universidades de Harvard e MIT.

À Steici Santos, orientanda do professor Granato, agradeço por todo apoio e carinho em me auxiliar neste processo de aprendizado de construção de trabalhos científicos e outros tantos que teremos pela frente.

Aos meus amigos Davi, Ana Danielle, Arielle, Thauany, Diuliane e Pedro por representarem a minha base de sustentação nesta Universidade, em diferentes contextos em que este meio nos colocou a prova, minha eterna gratidão. À Luana, Susana e Sérgio pela amizade e ternura durante esta minha caminhada.

Por fim, tão significativa quanto, ao Lucas e ao meu pai Valdir pelo apoio e compreensão de todos os momentos que foram suprimidos em busca desse tão sonhado momento.

“Las Epistemologías del Sur ocupan el concepto de epistemología, con el fin de resignificarlo como un instrumento para interrumpir las políticas dominantes del conocimiento.”

(Boaventura de Sousa Santos)

RESUMO

O presente trabalho apresenta o estudo sobre o modelo de integração regional adotado pelo MERCOSUL a partir dos anos 2000, tendo como foco sua agenda social introduzida neste contexto. Ao adotar como cerne a temática social e compreendendo as reconfigurações de modelos de Estado na região latino-americana neste período, objetivou-se apresentar as principais contribuições deste modelo de integração que foi heterogêneo, conforme aponta a literatura. Entende-se que este, para além de preceitos comerciais e econômicos, propôs-se a introduzir políticas sociais na região, com vistas a reduções de assimetrias socioeconômicas entre os Estados Parte. Para alcançar os objetivos estabelecidos no trabalho, a pesquisa realizada foi de caráter empírico, sob o método descritivo qualitativo, e assim foram analisados os principais documentos oficiais das Instâncias (políticas e institucionais) trabalhadas no MERCOSUL para o estudo proposto. O trabalho demonstra que existiram diferentes ações para a realização de políticas sociais no bloco, representando um novo olhar e entendimento sobre o papel do regionalismo que teve como propósito a autonomia e desenvolvimento dos Estados na região. Em síntese, essa pesquisa busca servir como instrumento para aqueles que se identificam com o tema de políticas sociais, introduzindo a interpretação de política externa como forma de promoção deste tipo de política pública.

Palavras-chave: Integração regional; MERCOSUL; Políticas públicas sociais; América Latina.

RESUMEN

Este trabajo presenta el estudio sobre el modelo de integración regional adoptado por MERCOSUL a partir de los años 2000, teniendo como enfoque su agenda social introducida en este contexto. Al adoptar como centro la temática social e incluyendo las reconfiguraciones de modelos de Estado en la región latinoamericana en este período, el objetivo fue presentar las principales contribuciones de este modelo de integración que fue heterogéneo, según la literatura. Se entiende que este, más allá de preceptos comerciales y económicos, se propuso a introducir políticas sociales en la región, con el reto de reducir las asimetrías socioeconómicas entre los Estados Parte. Con el fin de alcanzar los objetivos establecidos en este trabajo, la investigación realizada fue de carácter empírico, bajo el método descriptivo cualitativo, y así fueron analizados los principales documentos oficiales de las Instancias (políticas e institucionales) trabajadas en el MERCOSUL para el estudio propuesto. El presente trabajo demuestra que han existido diferentes acciones para la realización de políticas sociales en el bloco, representando una nueva mirada y entendimiento sobre el papel del regionalismo que tuvo como propósito la autonomía y desarrollo de los Estados de la región. En síntesis, la actual investigación busca servir como herramienta para quienes se identifican con el tema de políticas sociales, introduciendo la interpretación de política externa como fomento de este tipo de política pública.

Palabras clave: Integración regional; MERCOSUR; Políticas públicas sociales; Latinoamérica.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ACE: Acordo de Complementação Econômica
ALADI: Associação Latino-Americana de Integração
ALALC: Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ARCU-SUR: Sistema de Certificação Regional de Carreiras Universitárias
BIRD: Banco Internacional de Reconstrução e Fomento
BM: Banco Mundial
CCM: Comissão De Comércio Do Mercosul
CCMASM: Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL
CECA: Comunidade Europeia de Carvão e de Aço
CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina
CMC: Conselho do Mercado Comum
DAF: Departamento de Administração e Finanças
DIGI: Departamento de Investigação e Gestão da Informação
FAF: Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul
FAO: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FCCP: Fórum de Consultas e Concertação Política
FMI: Fundo Monetário Internacional
FOCEM: Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL
GAH: Grupo Ad Hoc
GAHAZ: Grupo Ad Hoc Setor Açucareiro
GAHSA: Grupo Ad Hoc para a Superação das Assimetrias
GMC: Grupo Mercado Comum
INDHICA: Sistema de Indicadores em Direitos Humanos do MERCOSUL
IPPDH: Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos
ISM: Instituto Social do MERCOSUL
MCCA: Mercado Comum Centro-Americano
MERCOSUL: Mercado Comum do Sul
PARLASUL: Parlamento do MERCOSUL
PEAS: Plano Estratégico de Ação Social

PICE: Programa de Integração e Cooperação Econômica

PNPS: Perfis Nacionais de Proteção Social

RAADH: Reunião de Alta Autoridades na Área de Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL

RI: Relações Internacionais

RMADS: Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do MERCOSUL

RMC: Reunião de Ministros de Cultura

RMPS: Revista MERCOSUL de Políticas Sociais

SICSUR: Mercado de Industrias Cultural do Mercosul

SIMPIS: Sistema de Informação do MERCOSUL sobre Políticas e Indicadores Sociais

SISUR: Sistema de Informação sobre Institucionalidade em Direitos Humanos do MERCOSUL

SM: Secretaria do MERCOSUL

UNILA: Universidade Federal da Integração Latino-Americana

UPS: Unidade de Apoio à Participação Social do MERCOSUL

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma GMC.....	72
Figura 2 - Missão e Visão do Instituto Social do MERCOSUL	78
Figura 3 - Organograma do Instituto Social do MERCOSUL.....	79
Figura 4 - Missão e visão do Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos.....	92
Figura 5 - Organograma do Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos	93
Figura 6 - PEAS EIXO 1: Erradicar a fome, a pobreza e combater as desigualdades sociais	113
Figura 7 - PEAS EIXO 2: Garantir os direitos humanos, a assistência humanitária e a igualdade étnica, racial e de gênero.....	114
Figura 8 - PEAS EIXO 3: Universalizar a Saúde Pública	117
Figura 9 - PEAS EIXO 4: Universalizar a educação e erradicar o analfabetismo..	118
Figura 10 - PEAS EIXO 5: Valorizar e promover a diversidade cultural	120
Figura 11 - PEAS EIXO 6: Garantir a inclusão produtiva	121
Figura 12 - PEAS EIXO 7: Assegurar o acesso ao trabalho decente e aos direitos previdenciários	123
Figura 13 - PEAS EIXO 8: Promover a Sustentabilidade Ambiental	124
Figura 14 - PEAS EIXO 9: Assegurar o Diálogo Social	125
Figura 15 - PEAS EIXO 10: Estabelecer mecanismos de cooperação regional para a implementação e financiamento de políticas sociais	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela de Ministros do CMC.....	70
Tabela 2 - Lista de Parlamentares PARLASUL.....	76
Tabela 3 - Plano de Ação - Estatuto da Cidadania (Dec.CMC Nº 64/10 e Dec. CMC Nº 32/17	106
Tabela 4 - As dimensões do Plano Estratégico de Ação Social.....	111

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA DE ESTUDO	16
1.2 OBJETIVOS	18
1.2.1 Objetivo Geral	18
1.2.2 Objetivos Específicos	19
1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	19
1.4 METODOLOGIA.....	21
2. REGIONALISMO E POLÍTICA SOCIAL	23
2.1 INTEGRAÇÃO REGIONAL	23
2.1.1 Bases teóricas das relações internacionais para o regionalismo do MERCOSUL	25
2.1.1.1 Os três paradigmas clássicos das relações internacionais e a teoria marxista	26
2.1.1.2 Teorias pós segunda Guerra Mundial	30
2.1.1.2.1 <i>Escola autônoma e estruturalista latino americana</i>	31
2.1.1.2.2 <i>Teoria da dependência e o pensamento independentista</i>	34
2.1.1.2.3 <i>Intergovernamentalismo liberal</i>	36
2.1.2 Ciclo dos modelos de integração e o debate latino americano	38
2.1.2.1 Velho regionalismo	38
2.1.2.2 Novo regionalismo.....	41
2.1.2.3 Regionalismo pós-hegemônico	43
2.2 POLÍTICA SOCIAL.....	45
2.2.1 Políticas sociais na América Latina	51
2.2.1.1 Período liberal - exportador (1870 - 1920).....	52
2.2.1.2 Período de consolidação dos Estados Nacionais (1930 - 1970)	54
2.2.1.3 Período de reforma neoliberal (1980 - 1990).....	56
2.2.1.4 Período pós-hegemônico (2000)	59
2.2.2 Políticas sociais e Integração regional	61
3. O MERCOSUL SOCIAL	64
3.1 A CONSTRUÇÃO DO BLOCO NO PERÍODO NEOLIBERAL	65
3.1.1 Conselho do Mercado Comum - CMC	69
3.1.2 Grupo Mercado Comum - GMC	71
3.1.3 Comissão de Comércio Do Mercosul - CCM	73
3.2 A AGENDA SOCIAL DO MERCOSUL NO PERÍODO PÓS HEGEMÔNICO	74
3.2.1 Agenda Institucional	75

3.2.1.1 O Parlamento do MERCOSUL - PARLASUL	75
3.2.1.2 O Instituto Social do MERCOSUL - ISM.....	78
3.2.1.2.1 <i>Direção Executiva</i>	80
3.2.1.2.2 <i>Departamento de Administração e Finanças - DAF</i>	81
3.2.1.2.3 <i>Departamento de Comunicação</i>	83
3.2.1.2.4 <i>Departamento de Investigação e Gestão da Informação - DIGI</i>	85
3.2.1.2.4.1 <i>Desenvolvimento de Sistemas de Informação e Análises de Políticas Sociais</i>	88
3.2.1.2.4.2 <i>Difusão de conhecimento, capacitação e formação de recursos humanos</i>	89
3.2.1.2.5 <i>Departamento de Promoção e Intercâmbio de Políticas Sociais Regionais</i>	90
3.2.1.3 Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos - IPPDH	91
3.2.1.4 Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL - FOCEM.....	97
3.2.1.5 Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL - CCMASM	101
3.2.1.6 Unidade de Apoio à Participação Social do MERCOSUL - UPS.....	102
3.2.2 Agenda Política	104
3.2.2.1 O Estatuto de Cidadania do MERCOSUL	104
3.2.2.2 O Plano Estratégico de Ação Social - PEAS	109
3.2.2.2.1 <i>Antecedentes e a consolidação da agenda PEAS</i>	110
3.2.2.2.2 <i>Os eixos de atuação do PEAS</i>	112
3.2.2.2.3 <i>Desafios e possíveis perspectivas para o PEAS pós 2015</i>	127
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	131

1. INTRODUÇÃO

Para compreensão do estudo da presente pesquisa, insere-se a discussão de regionalismo, enquanto forma de política externa, a partir de uma abordagem de Estado enquanto modelo Dúbio, ou Bidimensional. (FIORI,2008; GRANATO e BATISTA, 2018a) Este modelo de análise leva em consideração que o Estado se articula internamente para promover seu desenvolvimento socioeconômico e torna-se ator de articulação de política externa, com vistas a atender as expectativas de autonomia no cenário internacional. (GRANATO e BATISTA, 2018a)

Os primeiros teóricos latino americanos que surgiram na década de 1920 trabalharam com os preceitos de Autonomia e Desenvolvimento a partir da busca de uma identidade regional, a fim de combater as assimetrias existentes em decorrência do passado colonial na região. (GRANATO;2015) No entanto, após o período pós-guerra em 1945, o cenário internacional consolidou o modelo de Estado capitalista com uma hegemonia de pensamento moderno ocidental, pautado na racionalidade científica, colonialismo e globalização. (QUIJANO, 2002; SANTOS, 2010; SANTOS-FILHO, 2016; WALLERSTEIN, 2001) Este pensamento, denominado abissal, por Santos (2010), expandiu-se com a consolidação do modelo interestatal capitalista, que se configurou através de um sistema político vinculado e legitimado através da relação de Estados soberanos (GRANATO,2015; pg. 22), interconectando-os com o sistema internacional.

A partir disso, surgiram explicações teóricas de cunho funcionalistas, normativos e institucionais que analisaram o modelo de integração como ferramenta de execução de políticas regionais econômicas e comerciais, sem levar em conta as especificidades das regiões, bem como o seu passado histórico. (FERREIRA;2010)

Esses modelos teóricos foram inseridos a partir dos Estados na América Latina e, de acordo com Furtado (1964) promoveu um desenvolvimento econômico induzido na região, proporcionando a transformação dos sistemas econômicos herdados no período colonial para sistemas monopolistas e oligopolistas insuficientes para tornarem-se países autônomos e desenvolvidos. Este desenvolvimento econômico induzido, também de acordo com o autor (1964), ocasionou a concentração de renda em certas camadas detentoras de poder gerando tensões entre diferentes grupos

sociais em virtude de suas desigualdades. Este desenvolvimento ocorreu de maneira não homogênea muito menos autônoma entre os estados latino americanos, podendo ser percebidos através de explicações como a teoria da dependência, bem como um reforço de um modelo de estado liberal neoclássico, implementado pelo Consenso de Washington. (CERVO, 2008; RANGEL e GARMENDIA, 2012; GRANATO, 2015)

No setor interno, temos o reflexo no tipo de política social implementada desde o Início dos anos de 1920 na América Latina em que se pautava em um modelo de promoção e garantias de direito a partir da proteção laboral, segmentada a classes sociais pertencentes às elites e militares dos Estados. (MESA-LAGO, 1978; FILGUEIRA; 2015) Já no setor de política externa, a construção do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL em 1990, veio como resposta a um objetivo central de ampliação do setor de comércio e exportação na região, pautado principalmente por preceitos comercialistas e econômicos no bloco. (GRANATO,2015)

Os reflexos desse tipo de modelo de Estado, conforme aponta Furtado (1964), ampliou o cenário de desigualdade estruturais na região. O que somados ao descontentamento e tensões sociais, bem como a ineficiência da agenda estrutural do Consenso de Washington, promoveu a ascensão de governos progressistas na região latino americana, como uma tentativa de ruptura e quebra desses padrões de modelos econômicos internos, bem como em sua política internacional. (BORON,2006; CORREA, GRANATO,2015)

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA DE ESTUDO

A ascensão de governos progressistas na região Latino Americana promoveu, conforme consenso de literatura (SARFATI, 2005; CERVO,2008; VIEIRA, 2011; FILGUEIRA, GRANATO;2015), um novo modelo de Estado denominando o período como pós-hegemônico. Este modelo reintroduziu preceitos de Estado de bem-estar social a partir dos governos, considerando outros parâmetros para além do econômico e comercial nos modelos de integração. (CERVO,2008; VIEIRA, 2011; FILGUEIRA, GRANATO;2015) Este modelo, de acordo com Granato (2015) retornou, de certa maneira, com os preceitos abordados nas teorias Autônomas e estruturalistas da

américa latina nos anos de 1960. (GRANATO, 2015; 2019) O período pós-hegemônico, vigente até meados de 2015, por Granato (2015, 2019) representou um modelo híbrido de regionalismo, com o objetivo central de redução das assimetrias e melhor posicionamento político internacional através da integração dos Estados Latino Americanos. (GRANATO, 2015; 2019)

A partir deste cenário, no que diz respeito a apresentação deste trabalho, no primeiro capítulo, será apresentado os principais objetivos, bem como a compreensão da metodologia descritiva empírica utilizada na pesquisa, para a análise do estudo de caso escolhido. Já no segundo capítulo, correspondente ao referencial teórico, primeiramente a pesquisa parte da escola de pensamento latino-americana para elucidar de que forma o modelo de regionalismo empregado no período pós-hegemônico representou uma tentativa de ruptura ao modelo e regimes comerciais e econômicos implementados anteriormente. Neste período, buscou-se, de acordo com referencial que será exposto, uma redução de assimetria regional por conta da inserção de uma agenda social no MERCOSUL, foco desta presente pesquisa, podendo ser percebida através de seus organismos Institucionais, bem como instrumentos políticos. Blackett e Levesque (2002) apontam o modelo empregado no período pós-hegemônico como regionalismo social; no entanto, a partir de leituras latino americanas como Granato (2015,2018,2019) entende-se este período como uma tentativa ruptura, não completamente concretizada inserindo o modelo de integração em uma perspectiva de inserção subalterna internacional.¹

Para agregar o entendimento da agenda social implementada no MERCOSUL, o segundo referencial teórico analisará o que são políticas sociais e de que forma elas foram introduzidas no contexto latino americano. Para isso, o trabalho, sob uma leitura histórica descritiva, descrevera as principais caracterizações ocorridas para a implementação de políticas sociais na América Latina, com o apoio da literatura de Mesa-Lago (1978), Draibe e Riesco (2009) e Filgueira (2015). No referencial desta pesquisa parte-se de entendimentos como Lake (2011) e Santos (2010) como uma construção epistemológica narrativa para buscar um encadeamento das informações

¹Os motivos pelos quais não ocorreram uma ruptura completa do modelo de integração regional, com base nos modelos de Estado na região latino americana, não será o estudo deste presente trabalho, correspondendo possivelmente a uma agenda futura de pesquisa. No entanto, tem se como objetivo fornecer por meio de uma abordagem descritiva empírica possíveis respostas deste período através da análise de política externa vinda da discussão de regionalismo, bem como de política interna com o referencial histórico de política pública social latino americana.

de construção do conhecimento.

No terceiro capítulo, correspondendo a seção de análise do caso estudado, objetiva-se apresentar os resultados que a implementação do modelo híbrido de integração latino americana implementou no MERCOSUL a partir de sua agenda social institucional e política. Primeiramente, parte-se de uma breve análise de construção do MERCOSUL no período neoliberal, bem como apresenta, de maneira sucinta as principais instâncias de coordenação estratégica e de gestão do bloco. Após, com o entendimento a partir de Daguerre e Rompaey (2011), dimensiona-se a agenda social do Mercosul, a partir do recorte de sua agenda Institucional, em que serão apresentadas as principais organizações e instâncias suporte desse tipo de ação, bem como as duas principais construções políticas de caráter social do bloco em que representou o Estatuto de Cidadania do MERCOSUL e o Plano Estratégico de Ação Social (PEAS), dando maior ênfase ao PEAS.

Com isso, a presente pesquisa tem como objetivo responder a seguinte pergunta: **De que forma ocorreu a implementação da agenda social no Mercosul com a ascensão de governos progressistas e quais foram os seus desafios enquanto modelo híbrido de integração perante a instabilidade política da região a partir de 2015?**

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos foram definidos como geral e específicos, sendo que o atingimento dos específicos são críticos para o alcance dos gerais.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo principal desta pesquisa é apresentar a construção e consolidação da agenda social do MERCOSUL e elucidar os possíveis desafios que puderam estar presentes a partir destes instrumentos.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são os seguintes:

- Apresentar as principais instâncias da agenda social Institucional do MERCOSUL;
- Apresentar as principais instâncias da agenda social Política do MERCOSUL;
- Compreender, no recorte temporal de 2000 a 2018, como o MERCOSUL promoveu a implementação da agenda social através do suporte teórico e histórico de análise de políticas públicas sociais na América Latina;
- Elucidar, de maneira sucinta, como ocorreu o processo de modelo híbrido de integração, com o recorte social no período proposto, tendo como base as teorias autônoma, estruturalista e dependência desenvolvidas na América Latina;

1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A necessidade da pauta de desenvolvimento dos Estados abordar para além de indicadores econômicos, os sociais e políticos, vem tomando cada vez mais corpo em decorrência das últimas décadas. O cenário apresentado depois do período pós-guerra fria, trouxe que a figura dos Estados do Norte, ou hegemônicos, perante os do Sul, deveriam fornecer o auxílio necessário para que os mesmos saíssem de sua condição de miséria e pobreza (SANTOS-FILHO, 2005). Este cenário de evolucionismo do desenvolvimento, a partir de uma hierarquia internacional, consolidou-se com força, principalmente com a ascensão de Organizações Internacionais, e o seu papel permitiu que a evolução destes preceitos fizesse presentes até os tempos atuais, através de novas roupagens e também terminologias. A ajuda aos países pobres através de práticas multilaterais transformou-se em políticas de liberalização de agendas e planos de metas comercialistas como o Consenso de Washington como proposta para contribuir ao desenvolvimento das

nações.

De acordo com relatório Oxfam (2015) em 2013, 165.000.000 milhões de pessoas viviam em condições de pobreza na região da América Latina e Caribe. Sendo que 10% da população mais rica da região detinham em 2014 cerca de 70,8% do patrimônio e riqueza total representado na região. (OXFAM; 2015) Muitos desses abismos estruturais podem ser identificados por práticas de controle democrático na região (OXFAM;2015), mas também, em decorrência do próprio passado histórico presente em toda a região latino americana, em decorrência dos modelos de Estado implementados até o presente momento.

Com isso, a partir da perspectiva de Draibe (2009), Granato (2015,2019) e Filgueira (2015), temos que o modelo de regionalismo pode servir para contribuir a redução de assimetrias da região a partir do fortalecimento e inserção de autonomia perante o cenário vigente de globalização. Este modelo atende ao debate sobre a análise bidimensional de Estado abordado por Fiori (2008) para compreender de que forma a ação política através de um modelo de política externa regional pode contribuir para reduções de assimetrias e práticas de política interna de cada Estado. Com isso, pretende-se contribuir com a literatura a partir desse recorte e segmentação de análise para evidenciar os esforços e construções que ocorreram no período de 2003 a 2018, mesmo em um cenário de instabilidade de governos da região que iniciou em 2015.

O trabalho visa trazer, a partir de uma abordagem descritiva empírica, as bases sob as quais ocorreram as construções de regionalismo do MERCOSUL, a partir do modelo de políticas sociais na América Latina, construídas ao longo do tempo. Evidencia-se que o modelo social proposto, não foi um modelo original em toda sua instância, mas sim enraizado a partir da construção e desenvolvimento de políticas sociais na região, bem como uma mescla de modelos regionais já pré-existent.

Todavia, o estudo tem como objetivo evidenciar as instâncias sociais criadas, como uma proposta iniciada para fornecer uma metodologia epistêmica dos países da região. Santos (2010) aborda que, para desenvolver os reais saberes do Sul e uma ecologia de saberes, precisamos pensar do sul, para o sul e com o sul. A pesquisa evidencia que agendas como o PEAS, o ISM, o IPPDH e a Cartilha de Cidadania, que serão trabalhadas posteriormente, são tentativas desse estabelecimento de reconhecimento identitário e epistemológico, por contar com iniciativas e projetos específicos da região, como o combate a reduções de desigualdade entre povos

negros e indígenas, bem como fortalecer o regime democrático na região latinoamericana.

Com os resultados do trabalho, a partir da exposição descritiva da agenda social do MERCOSUL, acredita-se que a mesma poderá servir como suporte para uma maior observação e estudo sobre o modelo de Estado proposto na região neste período, em pesquisas posteriores. A presente pesquisa poderá servir de suporte para diferentes instâncias governamentais como secretarias de estados e municípios para identificar as iniciativas de cooperação e colaboração entre os Estados parte do MERCOSUL para possíveis agendas futuras de colaboração e desenvolvimento.

A disseminação dos resultados se dará através da preparação de apresentações e elaboração de artigos para futuras revistas como a Revista MERCOSUL de Políticas Sociais. Por fim, a partir da disponibilização por meio eletrônico disponibilizado pela plataforma Lume da presente Universidade, pretende-se atingir demais investigadores e potenciais interessados em estudar a agenda social do MERCOSUL.

1.4 METODOLOGIA

A presente seção visa expor as metodologias utilizadas na presente pesquisa com o objetivo apresentar as etapas metodológicas que nortearão o estudo. Assim, pretende-se apontar os métodos que serão utilizadas para a obtenção dos dados de posterior análise.

A pesquisa proposta neste trabalho foi de análise empírica sob método descritivo qualitativo. A partir deste método, tem-se como objetivo de estudo a análise de uma dimensão proposta do MERCOSUL que será a sua agenda social. (HERNANDEZ;2010) Este trabalho busca descrever as características que marcaram o modelo de regionalismo híbrido na América Latina através de uma abordagem qualitativa, pois segundo Godoy (1995), utiliza-se esta abordagem para melhor compreensão dos contextos em que ocorrem os fenômenos sociais através de uma perspectiva integrada.

Para atingir os objetivos desta pesquisa, utilizou-se como técnica de pesquisa, apoiadas no referencial teórico sobre regionalismo e políticas sociais apresentados, a

análise documental dos principais instrumentos institucionais (normas, pareceres e relatórios disponíveis ao público) que auxiliam no estudo sobre a agenda social do MERCOSUL.

2. REGIONALISMO E POLÍTICA SOCIAL

Esta seção tem por finalidade apresentar o referencial teórico para que o trabalho proposto seja realizado. Assim, no intuito de compreender o problema de pesquisa apresentado, o embasamento teórico está dividido em duas etapas. Na primeira se apresentará o tema de regionalismo para o entendimento do MERCOSUL enquanto bloco de integração regional. Após a presente pesquisa apresentará o referencial e discussão de política social na América Latina com intenção de integrar a noção da agenda social do MERCOSUL, como forma de política pública regional nos Estados parte da região.

2.1 INTEGRAÇÃO REGIONAL

Para realizar uma análise adequada sobre a agenda social do MERCOSUL é necessário compreender sob quais teorias e paradigmas os modelos de integração regional são desenhados, a fim de diminuir a fragmentação que o debate pode propor sem mencionar suas diferentes perspectivas (SÖDERBAUM, 2013) trabalhadas na literatura. Primeiramente, o trabalho apresentará os principais paradigmas construídos que serviram como base para grande parte das teorias do campo e, após se apresentará as quatro teorias respectivas que serão usadas para entender o Mercado Comum do Sul em seus dois respectivos períodos de consolidação neoliberal e pós-hegemônico. Após, pretende-se categorizar os ciclos que formaram os três modelos de regionalismo existentes na América Latina, para compreender como foi o processo até a construção da agenda social do objeto de pesquisa²

Para compreender o que é a política de integração regional, primeiramente, faz-se necessário apresentar, de forma sucinta, sobre qual forma será feita a interpretação de Estado que será tratado neste trabalho. A presente pesquisa, tem como foco o trabalho através de uma leitura de Estado bidimensional, trabalhado por

²Entende-se que, para trabalhar com o tema de Integração Regional, existem diferentes modelos e especificidades por região. Com isso, o presente trabalho visa, pelos limites de sua estrutura, trazer os principais contextos e fundamentações teóricas, que possam abordar de uma maneira concisa o tema proposto.

Granato e Batista (2018a), através da leitura de autores como Poulantzas, Miliband, O'Donnell, entre outros. Esta interpretação, segundo os autores (2018a), propõe o Estado como articulador de políticas internas e como ator no sistema internacional, no qual o processo de integração torna-se uma modalidade de inserção nesse sistema a partir de sua política externa.³

Entende-se nesta pesquisa por regionalismo, ou modelo de integração regional, a prática que Estados hegemônicos realizam a sua inserção internacional por meio da construção de blocos socioeconômicos, para diferentes fins como zonas de livre comércio, união aduaneira, entre outros, a fim de construir um espaço regional comum (SÖDERBAUM, 2013; CERVO, 2018). Ainda, o objeto de estudo do regionalismo decorre de sua consolidação a partir da década de 1950, com o modelo proposto pela união europeia; no entanto, desde os anos de 1800 na América Latina e anterior a 1ª Guerra Mundial na Europa, já se foi possível perceber iniciativas de conveniência ao processo de cooperação e integração regional (GILPIN, 2010; GRANATO, 2015).

No debate latino americano, Granato (2015) traz as obras de Bernardo Monteagudo (1823), Juan Bautista Alberdi (1845), José Martí (1891) e José Enrique Rodó (1900) como os primeiros autores que marcaram em suas obras um identitário latino americano convenientes a união da região para ir contra alguns preceitos dominantes já existentes.

O pensamento latino-americano do fim do século XIX e princípio do XX é um antecedente a estes postulados. Uma das obras características desta corrente talvez seja o ensaio "Ariel" (1900), de José Enrique Rodó, que tratava sobre um modelo identitário de reivindicação da maneira própria de ser, "a latina", em oposição ao pensamento mais difundido do fim do século XIX na América Latina, caracterizado pelo positivismo, pelo utilitarismo, pelo modelo saxão, pela imitação dos países ricos, etc. Além disso, não podemos deixar de mencionar José Martí, que, poucos anos antes em "Nossa América" (1891), havia insistido que a realidade latino-americana não devia ser vista com lentes estrangeiras que a deturpassem{...}. Finalmente, não podemos deixar de mencionar as contribuições de Bernardo Monteagudo com seu "Ensaio sobre a necessidade de uma Federação Geral de Estados Hispano-americanos" (1823), e de Juan Bautista Alberdi, através da dissertação sobre a conveniência e objeto de um Congresso Geral Americano (1845). (GRANATO, 2015; pg. 44)

Já no debate europeu, Gilpin (2001) apresenta a obra "*What future of the State?*" (Qual o futuro do Estado) de Vincent Cable publicada em 1995 por um jornal norte americano, de alta circulação na época, chamado DAEDALUS. Nesta obra, o

³Para saber mais, ler Granato e Batista (2018a)

autor (2001) evidencia que, anteriormente ao período entre guerras, já se existiam expectativas de integração, em que se consolidou no período pós segunda guerra mundial, representando um grande marco no período.

A partir dessas contribuições e da realidade histórica presente nos diferentes Estados, em especial o latino americano o processo de integração se estruturou, conforme aponta a literatura (CERVO, 2008; GRANATO e BATISTA, 2017) em três grandes momentos a partir de sua heterogeneidade⁴. O primeiro corresponde ao velho regionalismo, ou modelo europeu - remetendo a prática de política externa submetida na União Europeia, em que na região compreendeu ao período dos anos de 1960 até meados dos anos de 1980. (GRANATO e BATISTA; 2017) O segundo momento corresponde ao ciclo do novo regionalismo, ou modelo aberto, pelos autores (2017), sucedeu caracterizando-se como um modelo neoliberal proposto a partir dos anos 90 para atender as especificidades de agendas na região como o Consenso de Washington e se concentrar na demanda do comércio internacional.

Já o terceiro momento, corresponde ao período de regionalismo pós-hegemônico, caracterizado como último ciclo, culminou com o ingresso de governos progressistas na América Latina nos anos 2000, sendo vigente até 2015. (GRANATO e BATISTA, 2017) Este ciclo também trouxe a emergência de novas explicações para o cenário socioeconômico e político vigente, mesmo com a não ruptura do modelo vigente anterior, como a introdução de modelos de regionalismo integrado com perspectivas e políticas sociais, em que será o foco deste presente trabalho. (DRAIBE e RIESCO, 2009; FILGUEIRA, 2015; GRANATO e BATISTA, 2018b) Identificados os parâmetros com os quais a pesquisa e fundamentada, o trabalho abordará na seção seguinte a literatura a respeito do tema de relações internacionais, que dão suporte aos modelos de regionalismo em discussão.

2.1.1 Bases teóricas das relações internacionais para o regionalismo do MERCOSUL

Para se compreender sob quais aspectos os modelos de Integração foram

⁴Entende-se como heterogeneidade os diferentes tipos de orientações políticas e modelos de inserção para o desenvolvimento que a região construiu ao longo do período estudado. Para saber mais, ler Granato e Batista (2017)

consolidados, o trabalho iniciará com a discussão de quatro vertentes que antecederam as principais teorias em análise da pesquisa. (SARFATI; 2005) Após, o trabalho se propõe a expor a teoria intergovernamental que, de acordo com consenso na literatura, pode ser utilizado para entender a primeira fase de construção do MERCOSUL e posteriormente, as três vertentes teóricas latino americanas da escola autônoma, estruturalista e dependentista. (VIEIRA, 2011; GRANATO, VICENTE; 2015). Estas vertentes marcam as gêneses antecedentes de consolidação do bloco com a aproximação bilateral de Argentina e Brasil anteriormente à assinatura do Tratado de Assunção e pôde ser percebida, de acordo com Granato (2015;2019), no modelo pós hegemônico implementado a partir dos anos 2003 no MERCOSUL.

Perrotta (2010), ao trabalhar sobre como o processo de integração regional precisa ser analisado na América Latina, compreende algumas observações antecedentes de heterogeneidade e complexidade que devem aparecer somados aos estudos teóricos, como os seguintes pontos: (i) a teoria de regionalismo precede a prática de integração; (ii) a integração regional é uma política pública; (iii) as regiões são construções políticas; (iv) a dimensão histórica no estudo do regionalismo deve ser reconhecido e (v) não é possível, encontrar modelos puros de integração, pois em um mesmo momento podem apresentar elementos de diferentes perspectivas que se complementam⁵. Assim, somadas as observações, pretende-se que, a partir da elucidação deste campo teórico, seja possível uma maior interpretação dos ciclos de regionalismo que ocorreram na região latino americana, bem como sua vinculação com as políticas sociais implementadas na região

2.1.1.1 Os três paradigmas clássicos das relações internacionais e a teoria marxista

Sarfati (2005), ao abordar as teorias de Integração, menciona três grandes compilações teóricas detectada pelos autores Viotti e Kauppi (1993), antecedentes as teorias consolidadas das relações internacionais. Essas compilações denominadas Realismo, Pluralismo e Globalismo forneceram o caráter didático e elementos teóricos básicos para a compreensão das estruturas deste campo de estudo, antecedendo discussões que seriam ampliadas com as próximas abordagens. (SARFATI, 2005).

⁵Para saber mais, ler PERROTTA, D. La integración regional como objeto de estudio. De las teorías tradicionales a los enfoques actuales. (2010)

Neste presente trabalho também se fará uma breve descrição sobre a vertente teórica do Marxismo, como um paradigma clássico, em virtude de sua contribuição com a discussão sobre o Estado e a teoria crítica, que se farão presentes nesta pesquisa.⁶

Ao trabalhar o Realismo, o autor (2005) compreende que o paradigma é composto pelas premissas de que a figura do Estado é um ator unitário, racional e forma a unidade básica formal no nível das relações internacionais. Essas compreensões formam a tradição dos estudos que antecedem a fundação do campo das Relações Internacionais - RI de 1919 sendo o pensamento consolidado por autores como Edward Carr, primeiro autor a ganhar preponderância no debate do realismo e Hans Morgenthau, autor do livro "*Politics Among Nations*" (Política entre as Nações), obra amplamente estudada e de maior influência no campo de estudos das RI em universidades Americanas. (CASTRO; 2001)

Para Morgenthau, segundo Hernandez e Bugiato (2014), a política internacional que subjaz a concepção realista é caracteriza por três posturas: aumentar o imperialismo dos Estados, conservar o status ou demonstrar prestígio e poder para alguma ação, ou troca comercial. Ainda, pelos autores (2014) esta vertente trabalhada por Carr e Morgenthau foi também embasada, em grande parte pelas concepções de poder, interesse nacional e segurança, o que colaborou com que a visão teórica do realismo preponderava nos estudos de política internacional até o período de Guerra Fria, tornando assim comum tratar a política internacional como um conjunto de questões de segurança nacional, relacionando- as ao uso da força militar (CASTRO, 2001; pg 19), por exemplo.

No desenvolver dessa teoria, surgiu uma outra frente de caráter crítico a esse modelo e paradigma que a teoria Pluralista. (SARFATI;2015) Está frente surgiu com o debate acerca de um novo modelo de compreensão das relações internacionais a partir dos anos 60, mais vinculadas às escolas norte americanas e sob uma perspectiva de interdependência, comercio e paz democrática (CASTRO, 2001; HERNÁNDEZ e BUGIATO, 2014).

De acordo com Sarfati (2015), o pluralismo segue as premissas de que os atores não estatais, como a figura das Organizações Internacionais são decisivos para se compreender as relações externas e que o Estado não é um ator unitário, tampouco

⁶Para saber mais sobre a contribuição da teoria Marxista para o campo das relações internacionais, ler HERNANDEZ, M.C; BUGIATO, C. Marxismo, Poulantzas e suas contribuições para o campo de Relações Internacionais, 38º Encontro Anual da ANPOCS, GT20 ,2014.

único. A visão de ator racional, não colabora com a visão de uma agenda internacional extensa que se configuram as relações internacionais. (SARFATI;2015)

Referente a discussão sobre a interdependência que surge a partir de um outro poder vinculado a uma unidade supra estatal, de acordo com Keohane e Nye (1971), por Castro (2001), ela é caracterizada pelos de sensibilidade e vulnerabilidade que as mudanças internacionais trazem aos Estados.

A sensibilidade à mudança diz respeito a alterações em políticas locais, em resposta a novas condições advindas de fatores externos (por exemplo, aumentos nos preços de petróleo por parte de produtores). Por seu turno, a vulnerabilidade refere-se à presença de importantes custos sócio-políticos ou econômicos da mudança que pode ser introduzida em políticas locais em resposta a novas condições advindas de fatores externos (por exemplo, os prováveis custos da possível suspensão de contatos culturais entre os Estados Unidos e a Suécia, quando este país criticou a política americana na Guerra do Vietnã (CASTRO, 2001; PG. 24).

Autores como Ferrer (2012) defendem a institucionalização de modelos que se utilizem de organizações supranacionais para uma melhor distribuição de ganhos mútuos no processo de integração regional. No entanto, para que não se legitime um poder contrário a premissa de soberania nacional, faz-se necessário um maior suporte interno, de cada Estado, que corresponde a uma série de desafios de gestão, bem como manutenção dessas estruturas a longo prazo. (FERRER; 2012)

Já na vertente Globalista, está baseada se no modelo liberal, conforme aponta Lacerda (2006) e tem sua explicação a respeito da estrutura internacional e dos mecanismos de dominação através da importância fundamental aos fatores econômicos como um articulador fundamental para se compreender a política internacional. Em contraposição ao paradigma do realismo, acredita-se no globalismo da perspectiva do indivíduo capaz de atuar de maneira autônoma na sociedade e que o seu interesse visa a construção de uma ordem social. (LACERDA; 2006) Já o Estado, segundo o autor (2006) deveria atuar somente através de maneira a manutenção em casos mais concretos de maneira punitiva, caso o saísse do controle.

Uma das maiores influências de política externas são as identidades de importantes grupos da sociedade, a natureza de seus interesses e as suas relativas influências na política externa do seu país. Grupos que percebem uma alta variação de perda ou ganho de sua renda, tendem a ser mais influenciáveis.⁷ (MORAVCSIK, 1993; pg. 483 - tradução da autora)

⁷“The most fundamental influences on foreign policy are, therefore, the identity of important societal groups, the nature of their interests, and their relative influence on domestic policy. Groups that stand to gain and lose a great deal per capita tend to be most influential.” Para saber mais, ler MORAVCSIK (1993)

Essa perspectiva, passou a ser adotada sob diferentes teorias que as precedeu, e foi implementada em agendas específicas de caráter estruturais como o Consenso de Washington na região latino americana, trazendo resultados significativos, em que, em sua maioria, não correspondeu a uma melhoria socioeconômica, como o trabalho abordará posteriormente no perpassar histórico de políticas sociais na região.

Somado as três teorias, acredita-se, nesta pesquisa, que uma outra vertente de análise deve ser adicionada como paradigma clássico as teorias que subjazem o processo de integração, que é a vertente marxista. (VICENTE;2015) A vertente marxista, de acordo com o autor (2015) busca explicar os motivos pelos quais é necessário entender sob qual modelo os grupos sociais estão imersos no sistema internacional e nacional, para ser possível, a partir daí uma melhor compreensão das relações de Estado e a sua vinculação.

Por mais que sejam poucas as menções nos trabalhos contribuintes às teorias de relações internacionais, por diferentes motivos como a não construção de uma teoria sistêmica específica no campo das RI e o fato do surgimento do debate ter se expandido em instituições americanas e britânicas, faz-se necessário aqui breve menção e contribuição sobre a teoria Marxista, pelo debate analítico metodológico, tendo como centro o materialismo histórico e perspectiva normativa desta vertente (HERNÁNDEZ e BUGIATO; 2014). A teoria Marxista, segundo os autores (2014), colabora com que sua primeira contribuição para o campo de trabalho nas Relações Internacionais, seja compreender que não se existe sistema internacional vigente, sem que o mesmo não esteja relacionado com o modo de produção capitalista, através de relações múltiplas de classes, que necessitam uma maior análise tanto de fatores econômicos, quanto políticos desse tipo de relação.

Sob este escopo, ao contrário da perspectiva realista por exemplo, em que a unidade mínima de análise é o Estado, o sujeito passa a ser esta instância, enquanto classe, que se define pelo seu conjunto nas práticas sociais. (SARFATI; 2015) O Estado também deixa de representar o interesse nacional geral e passa a representar e ser a expressão de dominação de uma formação social dentro do sistema que reforça o trabalho em prol do padrão de produção econômico vigente. (HERNÁNDEZ e BUGIATO, 2014; pg. 05)

Ainda segundo os autores (2014), a análise de classe como instrumento

analítico contribuiu com a concepção de duas consequências desta vertente teórica: primeiro, traz os conflitos de âmbito político internacional para um caráter socioeconômico. Segundo Hernández e Bugiato (2014), o caráter do Estado deixa de ser um ente unitário, atribuindo este aspecto de análise a atores não estatais como as classes que sempre influenciaram o sistema internacional desde o início do capitalismo, interligando a ordem interna e externa, trazendo a dualidade do modelo de Estado (SARFATI; 2015).

A seguir, após ser feito uma pequena síntese, dos quatro paradigmas estudados, pretende-se subseqüentemente, abordar as principais teorias que colaboram para uma análise multidisciplinar e também heterogênea, do período proposto em discussão nesta presente pesquisa.

2.1.1.2 Teorias pós segunda Guerra Mundial

As vertentes teóricas de análise sobre os estudos de integração na Europa e América Latina se diferenciam em quatro momentos distintos, em que se faz necessário a observância, para poder tratar as especificidades características da região. (PERROTA; 2010, 2018) Neste trabalho, daremos foco à primeira vertente com a teoria do intergovernamentalismo liberal e o referencial latino americano abordado por Granato (2015) para um melhor entendimento do modelo vigente de integração do Mercosul que será trabalhado no terceiro capítulo.

O primeiro momento, segundo a autora (2010,2018) busca compreender através do paradigma racionalista, como as teorias do neofuncionalismo e intergovernamentalismo compreendem os resultados do regionalismo no momento. O paradigma neofuncionalista por exemplo, pode ter como seu primeiro expoente a construção da Comunidade Europeia de Carvão e de Aço - CECA, na Europa. (CORREA, GRANATO; 2015) Esta, tinha como objetivo, segundo os autores (2015) na criação de um organismo para regular a produção e comercialização dos produtos entre os países da França, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica, Países baixos e Luxemburgo e trouxe relativos ganhos a região.⁸

Já o segundo momento abordado por Perrota (2010, 2018), são realizados

⁸Para saber mais, ler Correa (2015), Granato (2015)

estudos sobre integração a partir de estudos de governança em sistemas políticos, o que abarcam teorias como a da governança e o neoinstitucionalismo. No terceiro, ainda conforme a autora (2010,2018) busca-se trabalhar como a integração regional traz consequências políticas e sociais a partir de teorias do construtivismo, pós colonialistas e a teoria feminista, por exemplo. Por último, o quarto momento, ainda vigente pela autora (2018), foca-se nos trabalhos relacionados ao campo da subsistência e fatores de resistência dos acordos regionais.

No debate latino americano, de acordo com Granato (2015) existiram três enfoques teóricos, que correspondem, de certo modo, as teorias que serão analisadas posteriormente. O primeiro enfoque surgiu a partir das manifestações da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, que desenvolveu um modelo de desenvolvimento implementado até o período de reforma neoliberal na região, denominado modelo de substituição de importações. Este buscou, através de reformas estruturais pelo Estado trazer um enfoque desenvolvimentista e industrial na região.⁹ (GRANATO;2015)

Já a segunda vertente buscou um enfoque de identidade e igualdade ainda nos anos de 1960, retomando alguns autores que já trabalharam nos anos de 1920 na região e viriam a construir a escola de pensamento autônomo e estruturalista. (GRANATO,2015) Por fim, o terceiro enfoque, conforme aborda o autor (2005) vem por conta de uma busca de autonomia frente ao cenário internacional, discutidos entre os anos de 1970 e 1980, decorrendo da busca de melhor resposta aos interesses internos, por meio da política externa, como forma de reforço e busca da diminuição de assimetria de poder dos Estados Latino Americanos no cenário político internacional.

A partir destes cenários, o presente trabalho apresentará nas próximas sessões, como uma tentativa temporal não linear, as principais escolas que decorreram o pensamento implementado no modelo de política de Estado do MERCOSUL desde sua gênese até o período correspondente aos anos de política pós-hegemônica no bloco (2003-2015).

2.1.1.2.1 Escola autônoma e estruturalista latino americana

⁹Para saber mais ler Bielschowsky (2000)

O campo de discussão sobre as vertentes de autonomia neste presente trabalho e a escola estruturalista corresponderão ao mesmo período de análise estudado. Estas vertentes de pensamento, recuperaram parte do pensamento latino-americano da década de 1920 em que se destacava o debate sobre independência, igualdade e autonomia na região. (GRANATO;2015)

A Escola Estruturalista, desenvolvida sob liderança da CEPAL com investigadores como Celso Furtado, por exemplo, tinha como ideias centrais a prerrogativa que a inserção internacional dos países por meio dos instrumentos de troca que deveriam ser corrigidos com base em desenvolvimento industrial dos próprios Estados. (GRANATO;2015) Este modelo, pelo autor (2015) seria desenvolvido através de uma construção de mercado regional em que os Estados se constituiriam a partir de uma de estrutura associativa em termos de cadeia de valor, para conseguir superar as assimetrias da região.

Um dos expoentes da discussão, também foi Raul Prebisch, teórico que em 1949, após estudar publicações sobre as deteriorizações a respeito dos meios de troca, publica o livro *“O desenvolvimento Econômico na América Latina e alguns de seus problemas principais”*, abordando as principais especificidades estruturais dos estados latino americanos. (BIELSCHOWSKY; 1998) Segundo o autor (1998), Prebisch abordou as especificidades estruturais e periféricas do processo de crescimento na região e contribuiu posteriormente com o desenvolvimento do projeto político do modelo de substituição de importações¹⁰ na América Latina. Já o autor Torre Rivas¹¹ (1987), por Granato e Batista (2018b), evidenciou que a proposta para o desenvolvimento da região, neste período, retornou a um projeto reformista a longo prazo, que já se dissociava da ideologia difundida pelas oligarquias agrárias da região latino americana, em que mesmo assim, não colaborou para o desvencilhamento do atraso econômico da região.

Colaborando com a centralidade desta discussão, a escola Autônoma, retorna nos anos de 1960, por Perrota (2018), centrada no debate de estabelecimento de objetivos e políticas que colaborassem com a autonomia da região e diminuição de

¹⁰Entende-se por modelo de substituição de importações um modelo de Estado de cunho intervencionista em que se utiliza os setores industriais como forma de impulsionamento da economia. Para saber mais, ler Filho (1994) e Fonseca (2003)

¹¹Para maiores informações, ver autor (1987).

sua dependência no cenário internacional. Esta autonomia seria provida para redução das disparidades de poder no sistema internacional, com base nas reduções das assimetrias de política interna do país e sua articulação mediante decisões de política externa entre os Estados. (PERROTA; 2018)

De acordo com Jaguaribe (1979), com a ascensão de potências hegemônicas, como os Estados Unidos, e a configuração de relações internacionais com outros Estados que possuíam em si, diferentes graus de autonomia, foi possível o posicionamento destes, no cenário econômico e de desenvolvimento internacional a partir do modelo de estratificação e autodeterminação em quatro diferentes frentes: (i) Hegemonia geral, (ii) Hegemonia regional (ii) Autonomia estrutural, (iii) Autonomia funcional e (iv) Dependência.¹² Já Puig, por Granato (2015), esclarece que esta estratificação e posicionamento era necessário que fossem estabelecidas metas pelas elites de cada Estado que participavam do processo político de regionalismo, para a busca de uma maior autonomia estrutural, podendo ser funcional ou não para a busca de desenvolvimento dos Estados na região.

A diferenciação proposta por Jaguaribe evidenciou a dependência econômica e cultural entre os diferentes Estados que foi abordado sob outros aspectos por autores da teoria da dependência posteriormente. Com o passar do tempo e a consolidação do modelo econômico neoliberal, representado pelo consenso de Washington no final dos anos de 1980, configurou-se em uma agenda de medidas para adequação dos países ao cenário econômico vigente. (CERVO;2008). Propondo assim, um modelo próprio de inserção internacional subalterna do Brasil e outros países da América Latina, visando o enfrentamento de instabilidade monetária e inflação, bem como colaborando com uma considerável dependência dos estados Latino Americanos pela importação de modelos de desenvolvimento, propagado por das nações hegemônicas e Organizações Internacionais como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional - FMI. (CERVO,2008; GRANATO, 2018; CHANG;2004).

Os Estados Latino Americanos conhecidos como Emergentes no cenário mundial, sofreram fortes pressões por parte dos Estados Hegemônicos e das políticas internacionais de desenvolvimento controladas por Organizações Internacionais,

¹²Para saber mais, ler Jaguaribe (1979).

como o Banco Mundial e FMI, no período de crise dos anos de 1980. (FIORI;2008)¹³ Estas pressões foram controladas pela ideologia econômica e política neoliberal de adoção a boas práticas que, somados a governança dos Estados e domínio sobre o seu próprio poder interno, com políticas de proteção de propriedades intelectuais e adesão às práticas das instituições internacionais, interferiram diretamente na difusão de tecnologia e cultura dos países, destinados a promoção de desenvolvimento. (CHANG, 2004; CERVO, 2008; FIGUEIRA, 2011) Colaborando assim, conforme apontam os autores (2004, 2008 e 2011) com a relação centro e periferia e a desigualdade de posições de poder no cenário internacional.

2.1.1.2.2 teoria da dependência e o pensamento independentista

A teoria da dependência surgiu na América Latina, no final da década de 1960, como prerrogativa de entendimento dos motivos pelos quais os países latino-americanos não se desenvolveram a partir dos modelos de industrialização ineficazes impostos na região. (WASSERMAN;2009) O seu marco fundacional veio através da obra de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto de 1969 chamada “Dependência e desenvolvimento na América Latina - ensaio de interpretação sociológica”.(CERVO; 2008; WASSERMAN, 2009) Neste trabalho, os autores propuseram duas condicionantes para entender o processo de dependência: primeiro, os países desenvolvidos poderiam se expandir e se impulsionar no mercado externo, pois haviam sido uma colônia de povoamento no seu passado. (WASSERMAN, 2009; PERROTA, 2018) Segundo as nações latinoamericanas, pelas autoras tornaram-se países dependentes, pois em seu passado foram colônias de exploração e se desenvolvem até o momento como um reflexo da expansão do próprio sistema internacional capitalista. (WASSERMAN, 2009; PERROTA, 2018)

O modelo, segundo Wasserman (2009), rompeu com um marco de leitura da escola estruturalista, por compreender a incapacidade das nações Latino Americanas de chegar aos padrões semelhantes aos países do primeiro mundo. Em que, de certa forma, representou um marco e quebra de paradigma teórico, através da troca de perspectiva da região. (WASSERMAN;2009)

¹³Para saber mais, ler Fiori (2008)

Considerar o problema do atraso, do subdesenvolvimento, da dependência, das condições desiguais entre os países latino americanos, do subimperialismo, da internalização das condições de dependência e da luta de classes representou mais do que uma ruptura teórica com as teses precedentes que preconizavam a possibilidade de desenvolvimento autônomo ou, ao menos, semelhantes aos padrões do Primeiro Mundo.(WASSERMAN, 2009; pág 07)

Ainda, o grau de dependência dos países seria determinado a partir da integração das classes médias ao bloco do poder oligárquico e conforme o tipo de controle sobre as atividades produtivas que tinham as suas elites. (WASSERMAN, 2009; pg. 04) Percebeu-se na história, como veremos posteriormente que esta constatação se concretizou a partir dos primeiros modelos impostos de políticas sociais em favor a minorias de classes assalariadas beneficiadas, não totalizando o total da população no momento. (FILGUEIRA;2015) Autores como Cervo (2008), ao trabalhar com a teoria na América Latina, especialmente analisando o contexto em que se desenvolveu no Brasil, conseguiu propor duas divisões em que este próprio pensamento decorreu, conforme seu desenvolvimento ao longo do tempo.

Para o autor (2008) as origens da teoria da dependência tiveram seu processo similar ao da corrente estruturalista, no entanto esta foi somado também o trabalho de sociólogos e diplomatas no debate epistêmico. A primeira corrente de pensamento, em que incluiu intelectuais como Teotônio dos Santos, além de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, tinha como vertente preceitos mais teóricos e conformistas a respeito do tema. Já a segunda vertente, dominada por um viés mais realista e prático, ainda segundo o autor (2008), inclui diplomatas e intelectuais como San Tiago Dantas, Oswaldo Aranha, entre outros.

O reconhecimento da historicidade da situação de subdesenvolvimento requer mais do que assinalar as características estruturais das economias subdesenvolvidas. Há que se analisar, com efeito, como as economias subdesenvolvidas vincularam-se historicamente ao mercado mundial e a forma em que se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe. Tal enfoque implica reconhecer que no plano político-social existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início historicamente com a expansão das economias dos países capitalistas originários. (CARDOSO e FALETTO, 1981; pg. 26)

No plano interno, o desenvolvimento atrelado a independência econômica da região deveria ser estimulada. Ao mesmo passo que, no plano externo, o não intervencionismo e a coexistência pacífica de diferentes regimes deveriam prevalecer. (CERVO;2008) Além disso, a teoria da dependência para a região trouxe um marco,

segundo Wasserman (2009), como um modelo de análise das especificidades da região latino americana, através das obras de André Gunder Frank com “*Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*” (Capitalismo e desenvolvimento na América Latina) de 1968 e de Ruy Mauro Marini na sua obra “*Dialéctica de la dependencia*” (Dialética da Dependência) de 1973, em que estes autores foram capazes de apresentar as especificidades da condição de subdesenvolvimento e destacar a condição dependente como uma característica interna das sociedades latino-americanas (WASSERMAN, 2009; pg 06) no cenário internacional.

Essas características, a partir da análise de como foram desenhadas as políticas sociais na região, pode-se ser perceptível as condicionantes que os autores abordaram na teoria, conforme esta pesquisa abordará posteriormente.

2.1.1.2.3 Intergovernamentalismo liberal

Ao compreender esta teoria, um dos principais percussores e analistas sobre o tema, segundo Gilpin (2001) é o autor Andrew Moravcsik (1993). Segundo o autor (1993), a teoria intergovernamental analisa de que forma as preferências e negociações dos Estados se relacionam ao se trabalhar com a política externa. Este modelo, foi possível de ser identificado por exemplo, a partir do Tratado de Roma de 1957, tratado este de acordos para uma comunidade que versassem sobre energia atômica, em que em seu escopo existiu uma série de negociações entre os países da Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos sob esta nova unidade de análise. (GILPIN;2001)

A teoria Intergovernamental Liberal com base no pressuposto de um Estado racional, nutre-se da teoria de preferência nacional para compreender sobre como os grupos domésticos pressionam as instituições políticas. (MORAVCSIK;1993) A partir de suas instituições, segundo o autor (1993), decorrem com suas negociações e preferências, prevalecendo o interesse nacional através de uma coalizão de balanças de perdas e ganhos.

Segundo Moravcsik (1993), a corrente propõe trazer uma coerente compreensão de como as políticas de preferência doméstica são formuladas e são necessárias identificar o quanto os benefícios da política de coordenação interagem

com as respostas dos sistemas políticos como a União Europeia, por exemplo. Ainda segundo o autor (1993), para uma melhor definição de como a União Europeia interage nessa perspectiva teórica é necessária uma análise de quatro dimensões de coordenações políticas.

Primeiramente, é necessário compreender como a geografia do regime funcional orienta as ações de cooperação e regionalismo. (MORAVCSIK;1993) Segundo, é necessário se constituir uma base de temas que orientaram a coordenação de políticas entre os blocos. Após, faz-se necessário compreender como se dará o processo de tomada de decisões que nortearam as escolhas para implementação e reforço do modelo de integração e, por último é necessário dimensionar a magnitude deste modelo regionalista que o bloco irá se propor a construir. (MORAVCSIK;1993)

Para essa vertente, enquanto teoria liberal, tem um de seus principais focos nos atores civis da sociedade, enquanto formuladores e grupos que pressionam as demandas estatais em favor de suas prioridades e preferências que irão espelhar as políticas externas dos países. (MORAVCSIK;1993) Esses interesses são baseados em três principais pontos que são liberalização comercial, as previsões socioeconômicas públicas e as políticas institucionais, ou de redistribuição que a partir do cálculo de demanda que os grupos societários esperam receber, pode-se compreender a partir de qual aspecto se dará a política de governo para lidar com a sua política externa e compreender o seu grau de autonomia enquanto Estado perante um bloco regional como é o caso da União Europeia. (MORAVCSIK;1993)

No período de reforma neoliberal, que representou o reflexo institucional do MERCOSUL, instaurou mecanismos de estruturas mínimas, incluídas na vertente de análise deste presente modelo, com ênfase na eficiência e execução do Tratado de Assunção, buscando reduzir ao máximo os custos aos Estados partes do bloco. (GRANATO e BATISTA; 2017)

O caráter intergovernamental da arquitetura institucional definitiva aprovada em Ouro Preto encontrou fundamentos não só no espírito eminentemente comercial do empreendimento regional, como também no ideal organizacional hegemônico desse momento, o do New Public Management, adotado pelas administrações públicas dos Estados Partes. (GRANATO e BATISTA, 2017; pg.242)

A determinação de que os processos de integração competem, principalmente, a um grupo determinado de atores não estatais e estatais, colaborou para que existissem outras teorias a fim de complementar como alternativa este debate que se

iniciou, enquanto modelo político. (PERROTA; 2010) Ainda, de acordo com Granato e Batista (2017), mesmo que com a implementação do modelo pôde ser identificado um aumento dos fluxos de comércio, bem como a manutenção dos investimentos estrangeiros no período, esse tipo de concepção teórica de modelo de integração não conseguiu escapar de crises internas muito menos dos reflexos de desigualdades estruturais que aumentaram na região.

2.1.2 Ciclo dos modelos de integração e o debate latino americano

Para entender como os países latino americanos se inseriram em modelos regionais e necessário perpassar pelos seus ciclos históricos e compreender as suas discrepâncias e analogias dos períodos vigentes na época. (GRANATO, BATISTA 2018b) Existe um consenso na literatura, conforme Veiga e Rios (2007) pelos autores (2018b) sobre os três períodos, ou ciclos de integração latino americanos existentes que foram os seguintes: (i) velho regionalismo, correspondente ao período de 1950 e 1980; (ii) novo regionalismo; correspondente ao período de 1980 a 2000 e (iii) regionalismo pós-hegemônico, correspondentes aos anos 2000 até meados de 2015. Nesta presente seção, daremos ênfase a cada um destes ciclos apresentando as suas principais características, mediante o contexto histórico em que existiram.

2.1.2.1 Velho regionalismo

O primeiro período em questão, denominado velho regionalismo, correspondeu às décadas de 1950 e 1980 a partir da construção dos três primeiros tratados na região e os acordos bilaterais realizados entre Argentina e Brasil, enaltecendo o protagonismo destes países nos processos. (GRANATO e BATISTA; 2018a) Segundo Granato (2015), estes acordos foram estimulados na região através da introdução de políticas restritivas aos países recém estabelecidos enquanto Estados nacionais consolidados no momento, os inserindo em uma geopolítica da periferia, em que se fortificou o estímulo por práticas multilaterais consolidados posteriormente na década de 1980 como abordaremos mais à frente.

A região da Europa, ao iniciar sua reconstrução após o período pós guerra, assinou o primeiro tratado na região denominado Comunidade Europeia do Carvão e do Aço - CECA¹⁴, oportunizando o modelo como inspiração para que a região latino americana encontrasse um meio de superação de obstáculos que estavam enfrentando e desenvolver novas políticas nacionais de industrialização contrárias ao modelo de substituição de importações promulgado na época. (GRANATO; 2015). Em 1960, dois tratados foram assinados na região, sendo estes o Mercado Comum Centro-Americano - MCCA¹⁵ e a Associação Latino-Americana de Livre Comércio - ALALC¹⁶ cujos objetivos eram construir a integração econômica entre os países da região, diminuindo sua discrepância com relação aos demais no cenário internacional. (GRANATO; 2015).

O MCCA segundo o autor (2015) pode se considerar a primeira experiência estimulada pela CEPAL, ao passo em que a ALALC tinha como pressupostos uma integração progressiva com vistas a um mercado regional na região, mesmo que no decorrer do tempo tenha fracassado enquanto instrumento de articulação política e desenvolvimento.

Simbolicamente, a iniciativa ALALC significou um hiato histórico, ao propor um objetivo de unidade regional, que colocava fim a um longo ciclo de desencontros e fragmentação. Entretanto, em vias de fato, a iniciativa fracassaria como consequência do caráter competitivo dos países; das tendências ao protecionismo comercial; da ausência de um tratamento especial e diferenciado para os países com menor desenvolvimento relativo, em meio ao programa de liberalização; da ausência de incentivos para a cooperação industrial, econômica e política, no contexto de busca de um desenvolvimento nacional autárquico; e da competição estratégico-militar em nível sub-regional. (GRANATO, 2015; pg. 63)

Já nos anos de 1980, foi criada a Associação Latino-Americana de Integração - ALADI¹⁷ com objetivos de criação de um mercado comum na região que se somou ao regresso das democracias dos principais percussores de relações bilaterais na região. (GRANATO; 2015) Na Argentina se elegeu Raul Alfonsín em 1983 e no Brasil em 1985 assumiu o presidente José Sarney, após a morte do então presidente eleito Tancredo Neves antes de assumir o cargo. (GRANATO; 2015)

¹⁴Para saber mais, ler Soares (2009)

¹⁵Mercado comum "trata-se do espaço comum aos Estados membros, o território comum onde as regras da economia de mercado são aplicadas". (BALTHAZAR, 1994; pg.9)

¹⁶Para saber mais, ver <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/siglas/siglarior2/a/ALALC.html>. Acesso em de maio de 2019

¹⁷A ALADI objetiva-se como um bloco de mercado comum na região latino americana, abrangendo 13 países na região. Para saber mais, ver <http://www.aladi.org/sitioAladi/proComServiciosApoyoP.html>. Acesso em 02 de maio de 2019

A partir dessas eleições, somadas aos objetivos políticos de fortalecimento e consolidação dos regimes democráticos; a criação de uma comunidade de paz na região; bem como o enfrentamento da dívida externa e uma busca por um menor isolamento no fluxo de comércio internacional (GRANATO; 2015) fez com que as primeiras medidas antecedentes ao MERCOSUL fossem criadas neste ciclo como a assinatura da declaração de Iguazu de 1985 e o acordo de cooperação para o desenvolvimento e aplicação de usos pacíficos da energia Nuclear em 1986. (LEME, 2006; RUIZ, 2013; CORREA, 2015; GRANATO, 2015)

A declaração de Iguazu pode ser considerada como um primeiro elemento de legitimação democrática da região, após período militar, em que se tinha como intenção também uma melhor inserção internacional dos dois países. (LEME; 2006)

No caso argentino, a recuperação da credibilidade externa era considerada fundamental para a solução dos problemas de natureza econômica, o que incluía a desejada e necessária revitalização do parque industrial. O Brasil, por sua vez, buscava preservar o sentido universalista de sua política externa, intensificando as relações com os países desenvolvidos, buscando novos mercados e diversificando a agenda externa, incluindo novos temas (direitos humanos e meio ambiente). (LEME, 2006; pg. 115)

Já o acordo de cooperação para o desenvolvimento e aplicação de usos pacíficos da energia Nuclear tinha como objetivo aumentar o poder político e a capacidade de negociação dos países, em que se criou uma primeira comissão executiva para se trabalhar com a promoção do desenvolvimento industrial das regiões. (GRANATO; 2015) Esta comissão se efetivou em 1986 com a assinatura dos presidentes da Argentina e Brasil de um protocolo com 12 emendas que posteriormente se duplicou com diferentes metas de trabalho como planejamento econômico e social da região, culminando com um novo programa, denominado Programa de Integração e Cooperação Econômica - PICE entre os países. (CORREA, 2015; GRANATO, 2015)

De acordo com Ruiz (2013) o PICE tinha como objetivo aplicar um plano heterodoxo da região com vistas à redução das assimetrias, em primeiro lugar, e posteriormente fortalecer o desenvolvimento do comércio e indústria por meio de alianças estratégicas setoriais mesmo que suas nações não contassem com uma interdependência. O modelo iniciado de integração na região, segundo Leme (2006) pode ser compreendido a partir da fundamentação da teoria neofuncionalista, conforme abordado anteriormente, pois a partir da construção de um núcleo estratégico encarregado de formular as estratégias políticas de cooperação e

integração pode ir sucessivamente se expandindo, abrangendo demais temas ainda não propostos.

O pensamento neofuncionalista considera imprescindível a democratização do sistema político para que um processo de integração possa obter êxito, uma vez que sociedades democráticas garantem a participação plena dos mais variados segmentos da sociedade civil no processo de integração, possibilitando o aprofundamento do processo e facilitando sua irradiação e manutenção. (LEME, 2006; pg. 117)

No entanto, em decorrência da decorrente instabilização e também do crescente aumento da dívida externa dos países, em 1988 o tratado foi modificado para o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento que tinha como objetivos criar uma zona de livre comércio e espaço econômico integrado, surgindo os primeiros indícios de troca postural e de política regional no momento. (RUIZ; 2013) Essa troca se estabeleceu e nos anos posteriores o modelo pendeu a construção de um novo modelo regional que surgiu a partir das dogmáticas do Consenso de Washington somados a troca de governos da Argentina e do Brasil nos anos de 1989 e 1990 (GRANATO;2015), conforme exposto a seguir.

2.1.2.2 Novo regionalismo

O modelo do novo regionalismo iniciado a partir dos anos de 1989 com a entrada do governo argentino de Carlos Menem e brasileiro com o Fernando Collor de Mello, culminou com a bipolaridade das relações internacionais pós-guerra fria e também com as propostas de reforma econômica para América Latina denominada Consenso de Washington impostas sob a negociação de sua dívida externa. (GRANATO;2015)

Cabe aqui ressaltar é maior análise sobre a política do Consenso, em que o mesmo tem reverberações até o momento presente, em virtude de sua magnitude de políticas impostas no momento na América Latina. O Consenso de Washington, segundo Rangel e Garmendia (2012), tem como antecedentes históricos os acordos de Bretton Woods e a assinatura do primeiro acordo Acordo Geral de Tarifas e Comércio, na década de 1940, significando os primeiros programas de ajustes estruturais adotados pelos Estados para combater os períodos de crise e recessão. Com os acordos de Bretton Woods, ainda segundo os autores (2012), a proposta norte americana prevaleceu impondo o dólar como uma moeda de câmbio internacional e

a criação de Organismos Internacionais, legitimando essas instâncias, como o Banco Internacional de Reconstrução e Fomento - BIRD, que depois passou a se chamar como Banco Mundial - BM e o Fundo Monetário Internacional - FMI, que tornaram-se encarregados de apresentar propostas de políticas econômicas e impulsionar o crescimento dos Estados após períodos de recessão.

Estas políticas se legitimaram e em 1947 foi assinado por 23 países, em que estavam inclusos o Brasil, Cuba e Chile, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio. (RANGEL e GERMENDIA; 2012). Este acordo, conforme os autores (2012) tinha como objetivo a redução de barreiras de comércio existentes que se somou à políticas construídas pela CEPAL¹⁸ a partir de 1948, como a instauração do modelo de substituição de importações, promoveu um crescimento lento na região latino Americana, culminando nos anos de 1980 com uma forte crise, impulsionados pela elevada de preços internacionais do petróleo. Esta crise, culminou com a suspensão de pagamento da dívida externa de países como México, Argentina e Brasil, o que acarretou em um endividamento e desequilíbrio econômico que a introdução de medidas restritivas e um novo modelo estrutural tornou-se a solução para a saída da crise do momento. (RANGEL e GERMENDIA, 2012)

O consenso assegurou a instauração do modelo neoliberal econômico, impostos pelos Estados Unidos, através de seus organismos internacionais. (RANGEL e GERMENDIA, 2012) O que, segundo Boron (2006) aumentou a concentração de riqueza das elites já detentoras de poder, ampliando a abertura comercial, as privatizações como um movimento de saque dos patrimônios públicos dos Estados e a desregulação financeira. Colaborou, também, para que aflorasse um sentimento de apatia e indiferenciação as instituições do governo e dispositivos de instituições democráticas nos países Latino-americanos. (RANGEL e GERMENDIA, 2012) Esse sistema substituiu os paradigmas então existentes na América Latina para a inserção de um mundo unificado por fatores transnacionais já correspondentes ao cenário de globalização, que representa o auge do regime de internacionalização do mundo capitalista (CERVO; 2008 SANTOS, 2010).

Com isso, com o objetivo de atender a essas demandas e construir um novo

¹⁸A CEPAL - A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe é uma comissão regional criada pelas nações Unidas em 1948, com o intuito de auxiliar na coordenação ações e relações econômicas entre os países da região culminando também com o seu desenvolvimento social. Para saber mais, ver <https://www.cepal.org/pt-br/cepal-0>. Acesso em 02 de maio de 2019.

modelo de caráter prescritivo de integração, em 1990 tem-se a assinatura do Ata de Buenos Aires e posteriormente a criação do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL pelo Tratado para a Constituição de um Mercado Comum - Tratado de Assunção em 1991. (GRANATO;2015)

Para retomar a expressão de Ferrer, o projeto de integração sustentável, que começou em Foz do Iguaçu, em 1985, foi abandonado progressivamente desde 1988 e, em 1990, substituído pela lógica comercial da Ata de Buenos Aires. A criação do MERCOSUL, em 1991, foi, em consequência, apenas uma manifestação da estratégia que já havia sido imposta na América Latina. Contudo, a lógica de integração, mesmo alterada, soube respeitar as políticas destinadas a proteger os setores econômicos considerados estratégicos para a Argentina e o Brasil. (RUIZ, 2013; pg. 19)

Segundo Perrota (2010) o modelo prescritivo de integração, como relação de complementação com o sistema multilateral de comércio do novo regionalismo, trouxe uma quebra com as experiências e deliberações impulsionadas pelo governo, introduzindo novos atores e setores econômicos para a decisão sobre a liberalização comercial dos Estados.

Desta forma, os esquemas integracionistas, sobre os quais seria desenvolvido o novo regionalismo latino-americano, simbolizariam a hegemonia do programa neoliberal na agenda regional. Se o velho regionalismo havia significado a tentativa dos países latino-americanos de fortalecer regionalmente os processos de industrialização das economias nacionais, a opção institucional por um esquema de regionalismo aberto deveria servir ao objetivo de reforçar os processos de reforma estrutural dos mercados domésticos, unificar os processos políticos internos sob o princípio liberal-democrático, e favorecer a inserção das economias latino-americanas nos mercados globais. (GRANATO;2015; pg. 66)

Esses objetivos podem ser absorvidos pela teoria do intergovernamentalismo que, de alguma forma, justifica uma das dificuldades de implementação do modelo regional aberto, por considerar mais importante a pressão pela liberalização comercial, do que propriamente a construção de políticas de desenvolvimento conjuntas. (CORREA; 2016) Ainda segundo a autora (2016), o modelo intergovernamental aplicado prevaleceu a uma soberania nacional, privando a capacidade e competência de órgãos comuns regionais de se legitimar, tornando o modelo de integração vigente vulnerável que somados às crises financeiras internacionais declinou este ciclo proposto.

2.1.2.3 Regionalismo pós-hegemônico

Com a crise do sistema financeiro que se preponderou na região no início dos anos 1990, mesmo com tentativas de controle e diferentes inserções de medidas promulgadas por instituições internacionais, a América Latina passou por um período de estancamento econômico em que pode ser percebido também pelo seu modelo de inserção internacional. (GRANATO,2015) O movimento de integração, proposto no ciclo do novo regionalismo, foi centrado na eliminação das barreiras ao comércio, sem impulsionar áreas políticas comuns e estratégias específicas da região. (GRANATO;2015) Diante desse cenário, somados as ascensões dos governos progressistas na região, trouxe um novo ciclo de integração regional, correspondido como um período de transição, em que, mesmo ainda pautado em preceitos neoliberais existiu uma maior busca de politização das agendas vigentes. (SANAHUJA, 2008, apud. PERROTA, 2010)

O modelo de regionalismo pós-liberal, para Sanahuja (2008), por Perrota (2010), além dos fatores elencados acima, possui também as seguintes características abaixo: (i) A prevalência de uma agenda política em detrimento de outras que não estejam diretamente relacionadas ao governo; (ii) Um retorno das agendas de desenvolvimento voltados a liberalização comercial; (iii) Um maior papel da figura do Estado, enquanto protagonista frente ao setor privado; (iv) Uma ênfase maior na agenda positiva de integração; (v) Uma maior preocupação com as ênfases sociais, em que o presente trabalho se propõe em analisar; (vi) Uma maior preocupação com os objetos de infraestrutura regional ; (vii) Busca e maior ênfase a segurança energética e (viii) Busca para promoção de uma maior participação social nos processos de regionalismo. (SANAHUJA, 2008, apud. PERROTA, 2010)

Ainda, para autores como Batista e Granato (2018b), a reorientação regional marcada por esta época foi possível compreender preceitos pautados nos valores da escola Autônoma e de desenvolvimento dos anos de 1960. No entanto, a manutenção da estrutura do próprio modelo, bem como suas ações para legitimar mecanismos de participação popular, contribuíram para que a política externa proposta enfrentasse desafios com relação às conjunturas domésticas na região, o que colaborou também com um retorno de uma vertente ideológica compatível com o anterior modelo utilizado nos anos de 1990. (BATISTA e GRANATO;2018)

O fomento a importância da integração regional, então transcende o escopo comercial nos discursos diplomáticos desses países, abordando questões políticas e sociais: sendo que, na prática, obviamente questões econômicas ainda fossem de suma relevância, dessa forma que se manteve

e aprimorou-se o MERCOSUL, dando lugar a adoção de estratégias diversas, ainda que divergentes de inserção internacional. Contudo, o regionalismo pós-hegemônico não pode ser entendido da mesma forma que o regionalismo aberto, o qual, de fato, representou uma nova etapa da integração regional. O regionalismo pós-hegemônico considera-se como um período de transição, sem um modelo regional claro, mas com um alto grau de politização e agendas diversificadas. (CORREA, 2016; pg. 49)

Na literatura hoje já existe, por exemplo, reflexões críticas que contribuem para perceber que, mesmo com a introdução de agendas políticas, sociais, produtivas e culturais não se alterou o caráter mercantil e dependente do bloco, mantendo permanente a dominação de determinados setores junto a burguesia dominante nos países membros, principalmente na Argentina e Brasil. (GRANATO; 2018) No presente trabalho, daremos ênfase aos atuais mecanismos utilizados de participação popular, no que tange políticas sociais, para compreender de maneira mais ampla, alguns dos desafios que foram passados pelo período vigente, sem aprofundar o mérito da consolidação deste ciclo então proposto.

2.2 POLÍTICA SOCIAL

A presente seção, tem como objetivo apresentar formulação teórica sobre o entendimento de políticas públicas sociais, a partir da compreensão que a pesquisa trabalhará sobre a agenda social do MERCOSUL. Para isso, o conceito discorreu a partir da construção de seus principais antecedentes históricos a partir das perspectivas de autores como Alcook (2003), Hofling (2001), bem como Castro (2012).

Posteriormente, será exposto como esse tipo de política pública foi trabalhada na região latino americana, o que refletiu no período estudado em questão. Para isso, a pesquisa abordará os principais períodos que seguiram o decorrer histórico na América Latina, com base no trabalho de Filgueira (2015) em diálogo com autores como Draibe e Riesco (2009) e Ferrer (2012). Pretende-se nesta seção, proporcionar um melhor entendimento do que são políticas sociais, através do entendimento e leitura bidimensional de Estado, apontado anteriormente¹⁹, para perceber de que maneira elas foram implementadas na região, para uma adequada análise da agenda social do MERCOSUL, no seu período pós hegemônico.

¹⁹Para saber mais, ler Granato e Batista (2018a)

Com isso, para ser possível compreender o que são políticas sociais, faz-se necessário, retornar a uma breve menção histórica de sua discussão que, de acordo com a literatura, não se existe um conceito único e universal que denomine o que é esse tipo de política pública. (CASTRO; 2012) Para isso, retorna-se aos movimentos populares do século XIX, voltados aos conflitos surgidos entre capital e trabalho em decorrência do desenvolvimento das primeiras revoluções industriais (HOFLING, 2001; pg. 31) conforme aponta Alcook em sua obra “*Social Policy in Britain*” (Política Social no Reino Unido) de 2003.

Para Alcook (2003), os primeiros movimentos apontados para a construção de políticas sociais remonta os anos de 1884, como a construção da sociedade civil britânica denominada Fabian Society que iniciou a discussão de quanto o sistema do capital introduzido no momento da revolução industrial causou problemas sociais e econômicos à região. A partir deste grupo, segundo o autor (2003), criou-se uma primeira campanha para que o Estado Britânico pudesse introduzir sistemas de proteção social através do Estado em que culminou, em 1905, por parte de uma comissão real, a revisão da Poor Laws, sistema de ajuda social criada nos anos de 1580 a 1590, pilar da política de um Estado de Bem-estar social²⁰ na época.

Nesta revisão, surgiram dois relatórios no ano de 1909, em que ambos defendiam uma reforma política para a introdução de sistemas de proteção social, tendo como diferenças uma maior participação de um Estado interventor - “*Minority Report*”, ou um Estado provedor de ações centrais voluntaristas e filantrópicas, se assim necessário - “*Majority Report*”²¹. (ALCOOK, 2003) Estes relatórios de sistemas de proteção contribuíram, para o autor (2003), com implementações futuras do que viriam a ser as políticas sociais na região, centradas em um sistema de Estado capitalista, trazendo duas vertentes de discussões para a análise dos modelos de política: a vertente crítica e a vertente neoliberal. De acordo com Hofling (2001), compreender as duas vertentes de análises de políticas sociais, auxilia no

²⁰Entende-se por estado de bem-estar social o que Wilensky (1975) aponta como um modelo em que o Estado utiliza-se de diferentes instrumentos de políticas públicas para assegurar o direito político, acesso a diferentes políticas sociais e cidadania a população.

²¹O majority report foi defendido por membros de primeiras organizações de caridade criadas na época como a Charity Organization Society, em que tinha como suas expoentes a figura de Helen Bosanquet. Helen foi cientista política formada pela universidade de Cambridge, em que em 1914 publicou uma de suas obras mais conhecidas e expoentes da profissão de serviço social denominada Social Work in London 1869–1912. Para saber mais, ver: <https://www.senatehouselibrary.ac.uk/blog/charity-begins-home-helen-bosanquet-pioneer-behind-charity-organisation-society>. Acesso em 01/06/2019.

entendimento de como as mesmas se inter-relacionam e como são os papéis dos diferentes governos em sua implementação e superação de desafios de coalizões para implementação de seus objetivos.

Com isso, na vertente crítica, a autora (2001, pg. 40) trabalha com o autor Claus Offe em suas obras *“Problemas estruturais do Estado capitalista”* de 1984 e *“Trabalho e sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para com o futuro da sociedade do trabalho”* de 1991. Nestes trabalhos, Offe entende que para a concepção de política social através do Estado, primeiramente, a mesma precisa estar compreendida dentro da própria concepção de um sistema de estado capitalista. (HOFLING, 2001)

No desenvolvimento do processo de acumulação capitalista – e nas crises do capitalismo – as formas de utilização tradicionais da força de trabalho se deterioram, são até mesmo destruídas, escapando à competência dos próprios indivíduos a decisão quanto à sua utilização. Relacionado a isto, funções tradicionalmente não sujeitas ao controle estatal e circunscritas às esferas privadas da sociedade – inclusive a educação – passam a ser desempenhadas pelo Estado. (HOFLING, 2001; pg. 33)

A função de desempenhar a política social no Estado, a partir do entendimento do autor (1984, 1991), por Hofling (2001) seria construir uma mão de obra para o mercado, bem como manter sob seu controle populações não inseridas no sistema de produção capitalista. Ainda, o Estado no sistema capitalista deveria assegurar as condições materiais de reprodução da força de trabalho e da reprodução da aceitação desta condição por parte da população.²² (HOFLING, 2001; pg. 34)

Já na vertente neoliberal, a autora (2001) aborda o trabalho do autor Milton Friedman com sua obra *“Capitalismo e liberdade”* de 1977, para se trabalhar com o entendimento de política social. Para o autor (1977) o Estado tem como precedente a função de garantia de liberdades e direitos, não devendo interferir na esfera pública e nem prover propriedade privada, por ter funções de arbitrar os problemas que possam existir na sociedade, em que a mesma, em razão do equilíbrio de mercado, se autorregula. (HOFLING; 2001)

Para os neoliberais, as políticas (públicas) sociais – ações do Estado na tentativa de regular os desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento da acumulação capitalista – são consideradas um dos maiores entraves a este mesmo desenvolvimento e responsáveis, em grande medida, pela crise que atravessa a sociedade. A intervenção do Estado constituiria uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, inibindo a livre iniciativa, a concorrência privada, e podendo bloquear os mecanismos que o próprio mercado é capaz de gerar com vistas a restabelecer o seu equilíbrio. Uma vez mais, o livre mercado é apontado pelos neoliberais como o grande equalizador das relações entre os indivíduos e das oportunidades na estrutura ocupacional da

²²Para saber mais, ler Offe (1984, 1991)

sociedade. (HOFLING, 2001; pg. 37)

Assim, conforme exposto também no relatório “*Majority Report*” de 1909, em que prevaleceu sua execução em detrimento do outro, a transferência e estratégia de descentralização por parte do Estado para outras esferas ao executar políticas sociais, contribuíram para uma maior liberdade ao indivíduo no sistema e aumentaria a eficiência do Estado a partir dessa vertente. (ALCOOK; 2003) Esta eficiência dá-se de forma a colocar o Estado somente como provedor de políticas compensatórias, em um modelo neoliberal, não sendo responsável por alterar o poder das relações sociais estabelecidas na sociedade. (HOFLING, 2001; pg. 29)

Assim então que os analistas clássicos consideram as políticas sociais, como intervenções políticas dirigidas à gestão dos principais riscos socioeconômicos das sociedades modernas. (Esping-Andersen, 2000:55) Outras expressões também tradicionais, definem como mecanismos estatais com possibilidade de redistribuir de recursos materiais e não reconhecimento material entre os extratos sociais, grupos étnicos e trabalhadores ativos e inativos, etc., cujo objetivo central é proporcionar algum grau de bem-estar aos cidadãos (Titmuss, 1974). (INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL, 2017; pg.23 - tradução do autor)

Apoiado nestes contextos, e introduzindo a perspectiva crítica não dominante como base de análise, a pesquisa entende por políticas sociais, as políticas públicas implementadas através de ação do Estado, voltadas para a redistribuição de benefícios sociais e diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento econômico do Estado capitalista. (HOFLING; 2001) Estas políticas têm por objetivos a proteção e promoção social, de acordo com as condições estruturais de cada país, em que sua ação se dará de maneira política, enquanto projeto de governo através de programas sociais. (HOFLING, 2001; CASTRO, 2012). Também, as orientações que assumem as implementações das políticas públicas são diretamente proporcionais a relação de nível de crescimento dos países a partir de linhas e conexões de contextos econômicos, sociais e políticos no momento. (HOFLING, 2001; CASTRO, 2012).

Por proteção social, compreende-se o que Castro (2012) trabalha como a manifestação de ações políticas de seguridade social que podem abranger casos para combate de vulnerabilidades, incapacidades, entre outras. Já promoção social, ainda segundo o autor (2012) inclui aspectos de geração de igualdade a populações menos favorecidas através de ações de por inclusão, ou distribuição²³ de acesso a bens e

²³Entende-se por políticas sociais de inclusão, ou distribuição o debate que o autor Medeiros (2016) aborda ao trazer a obra da autora Arretche em sua obra Trajetórias da desigualdade: como o Brasil

serviços como o acesso à saúde, educação, inclusão produtiva, entre outros.

As políticas de inclusão são políticas que buscam através de ações de recuperação, diminuir as discrepâncias derivadas do processo de industrialização e urbanização, trazendo o princípio de universalismo, desenvolvido no período pós-guerra na Europa, trabalhando principalmente com os setores de trabalho e emprego. (INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL, 2017; MEDEIROS, 2016) Já políticas de redistribuição, ainda segundo os autores (2016; 2017), ofertam políticas a grupos populacionais em condições de pobreza e vulnerabilidade social²⁴, com finalidades de equiparação social equitativa.

As políticas de inclusão, foram amplamente discutidas por dois modelos, o Bismarckiano e Beveridgeano de políticas sociais, em que ambos adotavam o preceito laboral como forma de utilização deste tipo de política social, tendo sido utilizados na elaboração de políticas públicas na região latino americana, que será abordado posteriormente. (TEIXEIRA, 1985) A primeira vertente, segundo o Instituto social do MERCOSUL (2017) foi construída na Alemanha por Otto von Bismarck nos anos de 1880²⁵ e tinha como objetivos garantir aos trabalhadores e sua unidade familiar, seguridade social que derivam de suas próprias contribuições laborais por via do emprego.

Ainda, segundo o Instituto (2017) esse modelo de inserção corresponde, de certa maneira, a um modelo de política estratificada que beneficiaria, de maneiras distintas, os trabalhadores a depender de seu status laborais e económicos de emprego.

Assim, que as primeiras medidas de amparo social aprovadas foram os seguros de acidentes de trabalho, seguidos do de doença; posteriormente apareceram as medidas de apoio a velhice, que deram lugar a sistemas de aposentadoria e pensões' e por último, surgiram os seguros desempregos, em respostas às instabilidades do crescimento no contexto de acumulação pressupunha os níveis expansivos de industrialização (Flora y Alber, 1981).(Instituto Social do MERCOSUL, 2017; pg.26- tradução do autor)

Já a segunda vertente de inclusão social foi desenvolvida na Inglaterra, pelo Lord William Henry Beveridge, com o trabalho intitulado "*Social Insurance and Allied*

mudou nos últimos 50 anos de 2015.

²⁴Entende-se por grupos que têm sua vulnerabilidade em possibilidades que afetam sua mobilidade social, possibilidades de inserções laborais, que se encontram diretamente vinculados ao tratamento diferenciado com relações de gênero, étnico raciais, entre outras. Para saber mais, ler Instituto Social do Mercosul (2017).

²⁵1883 com o seguro saúde, 1884 com seguro de acidentes e 1889 com o seguro de velhice e invalidez. Para saber mais, ler Teixeira (1985)

Services” (Seguridade Social e Serviços Afins) em 1942, que tinha como objetivo instituir uma estratégia de seguro estatal obrigatório, tendo como objetivo garantir um nível de vida mínimo de acordo com o contexto para a população, beneficiando os traços de cidadania, que seria complementado pelo pleno emprego.²⁶ (INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL, 2017) Esse tipo de política social teria relação a políticas de correspondência a assistência social e tem como eixos estruturantes, por Beveridge (1989), segundo o Instituto (2017), os seguintes elementos: (i) Estabelecer um valor fixo de prestação de assistência, independente do montante do rendimento do cidadão que foi interrompido; (ii) A contribuição de pessoas que estão inseridas no mercado laboral proporcionalmente é obrigatória, bem como de seu empregador, como fonte de financiamento deste tipo de seguro; (iii) Fica destinado responsabilidade administrativa a um fundo de seguridade único, assim como outros suportes; (iv) O recebimento do seguro levará em conta a adequação do prestado enquanto tempo laboral, bem como será diferenciado com relação ao seu núcleo familiar, idade e outras necessidades e (v) As fontes admitidas para essa política se dará através dos impostos e de contribuições laborais.

Esses tipos de políticas representaram a confirmação de amparo socioeconômico para as nações da Europa e conseguiram contribuir com o controle moderado de desigualdade social até o final da década de 1970. (INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL, 2017) Entretanto, conforme será visto posteriormente, a partir dos anos de 1980 e 1990, com o fim da Guerra Fria e a eclosão de um sistema hegemônico vigente, introduziu-se na região latino Americana, por exemplo, um modelo de reforma neoliberal, assemelhando-se mais ao modelo Bismarckiano de política social, distanciando-se ainda mais da implementação de modelos equitativos na região.

Esse modelo pode ser introduzido por políticas de distribuição que começaram a adquirir relevância política a partir da década dos anos de 1980, conforme aborda o Instituto (2017), em que foram necessários o estabelecimento de critérios de elegibilidade para a população para a provisão de acesso a serviços públicos como os de educação, saúde, e prestação de ajuda não monetárias, por exemplo. Este

²⁶Esta vertente, de acordo com Rego (2001) representou também um ponto de inflexão política, pois Beveridge, em um de seus informes de 1942 assinalou que a libertação da miséria, por parte da população, deveria ser uma conquista da própria democracia e não pode ser imposta a mesma. Para saber mais, ler a autora (2001)

modelo, comparado ao de inclusão possui, de certa maneira, custos fiscais menores pelo caráter de sua descentralização e complexidade, sendo percebido até o presente momento com políticas equiparáveis e compensatórias na América Latina. (INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL, 2017)

A partir deste contexto, o presente trabalho tem como objetivo expor, de maneira sucinta, a historicidade das políticas sociais latino americanas para, posteriormente, realizar a sua análise de como entendemos que o modelo pós hegemônico de integração regional contribuiu através de um sistema heterogêneo para o combate das assimetrias sociais na região.

2.2.1 Políticas sociais na América Latina

Na revisão de literatura a respeito das políticas sociais na América Latina, conforme exposto anteriormente, existem diferentes aspectos metodológicos e abordagens pelas quais podem ser realizadas sobre o tema.²⁷ A presente pesquisa partirá sob o referencial teórico de Filgueira (2015) bem como o livro *“Bienestar y Protección Social en América Latina”* elaborado pelo Instituto Social do MERCOSUL no ano de 2017, complementando com autores como Mesa Lago (1978, 2005), Martínez e Sanchez (2016), entre outros.

A partir da análise de literatura feita por Filgueira (2015), Martínez e Sanchez (2016) e pelo Instituto (2017), acredita-se que a América Latina passou por quatro períodos históricos no que diz respeito ao trato das políticas sociais na região: (i) A fase de surgimento das primeiras políticas na região - anos 1870 e 1920; (ii) A fase de surgimento e consolidação dos Estados nacionais - anos 1930 e 1970; (iii) A fase de reforma neoliberal compreendida - anos 1980 e 1990 e (iv) A fase de expansão segmentada das políticas sociais - a partir dos anos 2000; concomitante ao ingresso de governos progressistas na região e a implementação da agenda social no MERCOSUL.

²⁷Compreende-se a importância da não generalização de fatos, pois esta abordagem, de maneira mais ampla como decorreu as políticas sociais na América Latina, de algum modo, delimita o campo de estudo com as especificidades nacionais de cada região. Todavia, utiliza-se como recorte temporal para uma exposição histórica dos fatos, para um melhor entendimento do objeto de análise desta pesquisa. Para saber mais sobre a importância de mensurações específicas sobre determinado foco de análise, ler sobre falácia ecológica. ROBINSON (1950), GUERRA (1977)

Para analisar os períodos propostos, partiremos da concepção de entendimento das três grandes variáveis que subjazem os setores de política social de saúde, educação, assistência social e emprego. (FILGUEIRA;2015) De acordo com o autor (2015), estas são variáveis estruturais - comportam análises e estruturas econômicas, demográficas e sociais do país; variáveis políticas - comportam os sistemas políticos, grupos de poder e coalizões políticas, e as variáveis técnicas - que inserem as capacidades administrativas e estruturas que suportam a implementação desse tipo de política.²⁸

2.2.1.1 Período liberal - exportador (1870 - 1920)

O primeiro período correspondente a introdução de políticas sociais na América Latina coincide com a fase de desenvolvimento liberal-exportadora, ou oligárquico-exportador na região compreendidos entre as décadas de 1870 a 1920. (FILGUEIRA;2015) Neste momento, conforme aponta Filgueira (2015), o tema social se referia a problemas de controle e filantropia em que, junto ao trabalho do Estado, ainda incipiente, eram muito fortes as ações das igrejas, bem como as sociedades de caridade.

Países como Argentina, Brasil, Chile, Cuba e Uruguai instituíram ações para um maior controle estatal e político da região com a introdução de sistemas de educação laico; medidas sanitárias para controle de epidemias e os primeiros sistemas de seguros laborais, sob base do modelo Bismarckiano de política social. (MESA-LAGO, 1978; FILGUEIRA; 2015) Com relação às ações que foram estabelecidas pelos setores sociais, a partir do aspecto de políticas educacionais, a ação impulsionada pelo Estado foi de fornecer uma maior oferta de capital humano ao modelo então introduzido na região, com foco na educação primária. (FILGUEIRA;2015) Segundo Filgueira (2015), um dos preceitos desse tipo de política era poder desvincular a penetração e poder das instituições da Igreja, proporcionando os primeiros conceitos de pátria e república a população. Esta população, variava de acordo com a região e atingia cerca de 30% nos Estados localizados mais na América

²⁸Acredita-se que a partir destas variáveis é possível compreender o espectro e multidimensionalidade que as políticas sociais possuem em uma maior abrangência, podendo sair do escopo determinista que as análises de políticas públicas podem causar. Para saber mais, ler Filgueira (2015).

Central e em torno de 70% em países como Brasil, México, Peru e Cuba. (FILGUEIRA;2015)

Já no setor da saúde foram criadas as primeiras medidas sanitárias, que tinham como foco estratégias preventivas de combate a epidemias e não proliferação de doenças contagiosas que existiram na região. (FILGUEIRA; 2015) Neste período, ainda conforme o autor (2015) iniciaram três grandes medidas sanitárias que foram ampliadas até o início do século XX e se reverberam na atualidade. A primeira medida, Filgueira (2015), aponta com a introdução de prestação de serviços de tipo coletivos em redes públicas e privadas, por meio de postos e hospitais públicos e privados. Um dos países pioneiros na construção de centros hospitalares, de acordo com o autor (2015) foi a Argentina, em que no período, construiu mais de 60 centros que incluíam serviços básicos e de intervenções terapêuticas a população.

A segunda medida, foi a introdução de campanhas promovidas pelos Estados com indicações de providências de combate a doenças contagiosas, mesmo que em grande parte tenha sido mais influenciada por temas militares e comerciais²⁹. (FILGUEIRA; 2015) Por último, iniciaram transformações dos centros urbanos com a instalação de sistemas de saneamento básico, limpeza e água potável, que seria melhor desenvolvida no segundo período a partir dos anos de 1930. Os países que iniciaram esse sistema foram, primeiramente os países do Cone Sul, como Argentina e Brasil, seguindo pelos países do pacífico e América Central. (FILGUEIRA, 2015)

No que diz respeito ao setor de seguros laborais, estas foram introduzidas para segmentos específicos como militares, introduzindo posteriormente os grupos pertencentes aos funcionários do Estado. (MESA-LAGO, 1978; FILGUEIRA, 2015) Ainda, a assistência a pessoas de vulnerabilidade econômica, enfermos e outras especificidades, manteve-se aos setores de caridade e setor privados neste período. (FILGUEIRA, 2015)

Cabe aqui menção a discussão que Mesa-Lago (1978) faz a respeito da introdução destas primeiras medidas que proporcionou, de certo modo, as construções de estratificações sociais de pequenos grupos populacionais, que obtiveram proteção e poderes, comparados aos demais grupos desassistidos. O sistema de estratificação teve inúmeros efeitos negativos como o início de um aparelho administrativo complexificado, altos custos de manutenção, confusões no

²⁹Para saber mais ler Filgueira (2015).

aspecto jurídico, o aumento das desigualdades estruturais, entre outros.(MESA-LAGO, 1978) Em grande parte, a pressão por políticas sociais foram feitas por este grupo representando a elite que com o apoio estatal continuou a receber assistências e privilégios dos Estados Latino-Americanos até o presente momento.³⁰ (MESA-LAGO;1978).

2.2.1.2 Período de consolidação dos Estados Nacionais (1930 - 1970)

O segundo período correspondente a implementação de políticas sociais na região veio através da emergência e consolidação dos Estados Nacionais na década de 1930 que introduziu novo modelo de Estado centrado em legitimar sua ação perante as novas estruturas sociais e laborais criadas no período anterior. (FILGUEIRA; 2015) Neste sistema, conforme aborda Filgueira (2015), redefiniram-se as ferramentas de introdução dos quatro setores chaves de políticas sociais na região latino-americana a partir da estrutura econômica e social do modelo vigente, introduzindo também os primeiros conceitos de cidadania que viriam a ser trabalhados nas décadas posteriores.

Com relação às ações que foram estabelecidas pelos setores sociais, a partir do aspecto de políticas educacionais, este foi um dos setores que mais se desenvolveu neste período. (FILGUEIRA; 2015) O período legitimou o entendimento de inclusão de políticas sociais educacionais instituindo o como direito fundamental e de responsabilidade do controle por parte do Estado tendo a obrigação de sua provisão. (FILGUEIRA, 2015; pg. 62) Existiu uma massificação e universalização da educação primária em regiões que ainda eram incipientes, combatendo o analfabetismo na região, segundo dados da UNESCO (1970 e 1996) de acordo com o autor (2015) e avançou-se também nos índices de educação média e terciária, chegando a um alcance bruto de 30% a 50% na região.

O Estado enfrentou grandes desafios em termos de recursos humanos, infraestrutura e capacidade administrativa na construção de sistemas educacionais modernos e centralizados. A formação de professores, a definição de currículos nacionais e o desenvolvimento e progresso do Estado

³⁰O autor aborda que este problema, já evidenciado em sua obra (1978), pouco é abordado e desenvolvido quando se trabalham com análises de políticas sociais e recapitulações históricas na América Latina.

nos territórios rurais por meio da educação básica foram ferramentas fundamentais do processo de modernização social e econômica promovido durante a aplicação do modelo de substituição de Importações. (FILGUEIRA, 2015; pgs. 62-63; tradução do autor)³¹

Já no setor de saúde, ampliou-se a qualidade de medidas de saneamento básico implementado no período anterior, buscando também melhores estruturas e construções de Instituições médicas, campanhas de vacinação bem como iniciou a implementação de seguros saúde por vias de contribuição laboral. (FILGUEIRA; 2015) No entanto, esse sistema de seguro, por via laboral, ainda não correspondia a uma política de distribuição plena, excluindo uma população significativa nos Estados, com exceção de países como Argentina e Uruguai que já nos anos de 1950 contava com um sistema de atenção à saúde totalmente público (FILGUEIRA; 2015; INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL, 2017)

O setor de seguridade e assistência social sofreu uma significativa transformação em seu modelo de política na região, por introduzir planos de pensões, invalidez e subsistência por meio de contribuições de um modelo tripartido, incluindo o trabalhador, empregador e Estado como contribuintes. (FILGUEIRA; 2015) Os países da Argentina, Chile, Uruguai, Brasil e México, entre os países da região, segundo Filgueira (2015), possuíam uma cobertura de sistema de seguro da população assalariada oscilando em torno de 40% a 70% no período. Outra inovação e reforço no sistema que ocorreu no período, foi a introdução jurídica de normas e direitos trabalhistas na região que, mesmo que não comportasse boa parte de sua população, contribuiria com o avanço e implementação nesse tipo de setor de política social na região. (FILGUEIRA; 2015)

Leis que apoiam direitos individuais de trabalhadores urbanos e assalariados, tais como legislação sobre a jornada de oito horas, descanso semanal, benefícios obrigatórios associados à demissão ou rescisão do contrato de trabalho, bem como uma série de regulamentações salariais (sobretudo o salário mínimo) foram combinados com a consolidação dos sistemas de negociação coletiva entre sindicatos, empregadores e o Estado. (FILGUEIRA; 2015, pg. 65- tradução do autor)³²

³¹“El Estado acometer grandes desafíos en materia de recursos humanos, infraestructura y capacidades administrativas en la construcción de sistemas educativos modernos y centralizados. La formación magisterial, la definición de planes de estudio nacionales y el desarrollo y el avance del Estado sobre los territorios rurales mediante la educación básica, son herramientas fundamentales del proceso de modernización social y económica impulsado durante la aplicación del MSI.” Texto original - Filgueira (2015)

³²“Las leyes que respaldan derechos individuales de los trabajadores urbanos y asalariados, como la legislación sobre la jornada de ocho horas, el descanso semanal, los beneficios obligatorios asociados al despido o terminación del contrato laboral, así como una serie de regulaciones salariales (sobre todo el salario mínimo) se combinan con la consolidación de sistemas de negociación colectiva entre

No final da década de 1970, com o colapso dos regimes democráticos na região, foi possível uma retomada e aceleração de introdução de ajustes fiscais mediante modelos repressivos internacionais, conforme mencionado na seção anterior. (FILGUEIRA;2015) Neste momento, com o marco do modelo do Consenso de Washington, instaura-se um novo período de reestruturação e consolidação política, afetando diretamente as diferentes perspectivas e experiências instauradas nas políticas sociais nos países Latino Americanos, com um modelo de reformas sociais nos anos de 1980. (INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL; 2017)

2.2.1.3 Período de reforma neoliberal (1980 - 1990)

O terceiro período, correspondente a reforma neoliberal nos anos de 1980 a 1990, inseriu-se na região como um momento de transição dual, causado pelo esgotamento do modelo de substituição de importações, bem como a posterior crise da dívida externa dos países da região. (INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL; 2017) De acordo com o Instituto (2017), essa dualidade aconteceu em particular com a ascensão das democracias na região, com a queda de regimes militares e com a transformação estrutural do pensamento neoliberal na economia e no aparelho do Estado a partir do Consenso de Washington. O conteúdo da reforma, no âmbito de políticas sociais, deveria contribuir com a ineficiência das políticas implementadas no período anterior. (FILGUEIRA,2015) Essa incapacidade trouxe algumas orientações básicas para conduzir as ações dos Estados pautados no estabelecimento de uma sociedade de mercado. (FILGUEIRA,2015; SANTOS-FILHO,2015)

A primeira orientação foi a respeito que os Estados deveriam expandir os seus mercados através da prestação de serviços e sistemas de capitalização individuais, no lugar de sistemas contributivos e de solidariedade em segurança e saúde. (DRAIBE e RIESCO, 2009; FILGUEIRA,2015) A segunda orientação dessa agenda estrutural, pelos autores (2009, 2015), foi que o foco das políticas sociais deveria ser direcionado para setores de extrema pobreza e instituir um modelo descentralizado de administração e tomada de decisões para os serviços sociais ofertados.

Ainda, os Estados teriam a atribuição de oportunizar a geração da lógica de mercado, favorecendo os demais setores com fins, ou sem fins lucrativos a prestação de serviços sociais. Por fim, uma última orientação desta agenda veio por conta de que as políticas sociais no momento deveriam ser revertidas no aspecto de oferta, introduzindo políticas na demanda, o que pode, de certa forma, ser caracterizado como as políticas assistencialistas, presentes até o vigente momento. (DRAIBE e RIESCO, 2009; FILGUEIRA, 2015)

Uma forma a assegurar a soberania desta agenda estrutural e novo modelo imposto, veio por conta, também, do protagonismo no papel das Organizações Internacionais que passaram a ser os responsáveis por levar o progresso as sociedades através de acordos e instruções, iniciando uma marcha global para a instauração de uma Economia Mundial de Mercado (SANTOS-FILHO, 2005).

A cooperação e a ajuda para o desenvolvimento estariam condicionadas ao reconhecimento e compartilhamento do compromisso geral acerca da manutenção da estabilidade internacional {...} Isso universaliza a pretensão hegemônica, mas não lhe retira o conceito ideológico, já que a demanda só pode ser atendida nos termos formulados de modernização, de progresso em relação aos padrões da sociedade capitalista ocidental. (SANTOS-FILHO, 2005; pg. 37).

Como reflexo deste período de reforma, os setores de políticas públicas sociais sofreram algumas significativas mudanças, perpetuando-se até o presente período. (FILGUEIRA; 2015) No setor de políticas sociais de educação, iniciou a introdução de modelos pautados na descentralização dos serviços pelo Estado e financiamento de oferta da participação de setores privados, promovendo o financiamento a esses setores com base na adoção de bolsas, por exemplo.

Como efeito, durante este período se produziram quatro estratégias diferentes nesse sentido: i) descentralização a unidades territoriais subnacionais (províncias, municípios); ii) descentralização das unidades funcionais que prestavam o serviço (centros educativos públicos); iii) a descentralização através do financiamento da oferta privada, e iv) em alguns casos, a descentralização para o agente individual através do sistema de voucher.³³ (FILGUEIRA; 2015, pg. 69 - tradução do autor)

Um dos primeiros problemas que o setor de educação teve, de acordo com Filgueira (2015), foram ocasionadas pelas capacidades de gestão e fiscais desse tipo

³³En efecto, durante este período se produjeron cuatro estrategias diferentes en ese sentido: i) la descentralización a unidades territoriales subnacionales (provincias, municipios); ii) la descentralización a las unidades funcionales que prestaban el servicio (centros educativos públicos); iii) la descentralización mediante el financiamiento de la oferta privada, y iv) en algunos casos, la descentralización hacia el agente individual mediante el sistema de vales. Texto original - Filgueira (2015).

de política em cada Estado da região. Com relação estratégia de financiamento da participação de setores privados o principal problema, ainda conforme o autor (2015) foi a falta de uma adequada seletividade das instituições provedoras, que contribuiu, ainda mais com as estratificações e discrepâncias de modelos educacionais divergentes no mesmo país. No entanto, o período se mostrou com um aumento na expansão e oferta de cobertura educacional, variando nas modalidades de gestão e financiamento das políticas sociais de educação nacionais. (FILGUEIRA;2015)

As políticas sociais no setor da saúde tiveram duas medidas expressivas, de acordo com o autor (2015), instauradas no período. A primeira medida ocorreu através da supressão do sistema público de saúde para a introdução de prestação privada, por meio de planos de saúde, em especial aos assalariados na América Latina. A segunda medida iniciou com a prestação de saúde pública a populações de extrema pobreza, inserindo também populações rurais e indígenas. (FILGUEIRA;2015) Às duas medidas, conforme o autor (2015), trouxeram uma abrangência ainda maior da seletividade e estratificação de grupos populacionais provedores de maior ganho de capital, o que, muitas vezes, aumentou com a prestação de serviço de organizações privadas por não aceitarem alguns grupos populacionais, ou aumentar consideravelmente o valor para a prestação de serviços, por considerar determinados grupos de maior risco e necessários de um atendimento mais amplo.³⁴ (FILGUEIRA;2015)

No que diz respeito ao setor de políticas públicas de seguridade e assistência social, acredita-se, por Filgueira (2015), em que o mais afetado pelas mudanças estruturais do período de reforma. Os modelos de seguridade social foram introduzidos para modelos de capitalização individuais, repartindo com setores privados de fundos de pensão de invalidez, ou aposentadoria. Diferentes Estados latino americanos introduziram esse modelo de cobertura que, de acordo com Mesa-Lago (2005), por Filgueira (2015), somente aumentou a insegurança por parte da população, trazendo incertezas e também impactos desfavoráveis as construções benéficas de desenvolvimento ocorridas nos períodos anteriores.

No entanto, mesmo após as reformas, as economias latino-americanas não conseguiram superar um nível moderado de crescimento econômico (3% ao ano entre 1990 e 1996), claramente insuficiente devido às altas taxas de crescimento populacional nos países e abaixo dos níveis estimados como necessários (seis por cento ao ano) para cobrir os déficits sociais (CEPAL, 1997; Stalling e Peres, 2000); a saber: aumento do desemprego aberto (cerca

³⁴Para saber mais, ler Filgueira (2015).

de três pontos percentuais durante os anos 90), deterioração da qualidade do emprego {...}, redução gradual mas insuficiente da pobreza (de 41% dos domicílios, em 1990, para 36%, em 1997) (CEPAL, 2000a), cujos níveis relativos no final da década de 1990 permanecem mais altos do que em 1980, e uma evolução na distribuição de renda muito heterogênea e sem mostrar qualquer tendência sustentada de melhoria. (SOTILLI, 2002; pg. 46 - tradução do autor)³⁵

Como exemplos de implementação das políticas elencadas anteriormente, nesse período, de acordo com o Instituto Social do MERCOSUL (2017), temos o caso do Brasil e em menor medida Uruguai e Argentina que se moveram como regimes mais incluídos de proteção social básica, mesmo mantendo alguns níveis de estratificação social. Este modelo de ajustes, conforme mencionado anteriormente, representou sua própria debilitação, por não abranger estruturas solidificadas de políticas sociais por parte provedora do Estado, retornando a índices de extrema pobreza e desigualdades na região, colaborando para que novos tipos de governos ascendessem na América Latina nos anos 2000 com vistas a romper esse paradigma (BORON, 2006)

2.2.1.4 Período pós-hegemônico (2000)

Para se trabalhar com o último período correspondente de análise que ainda encontra-se em decorrentes análises e sistematizações, a presente pesquisa utilizará o termo de período pós-hegemônico.³⁶ Segundo o Instituto Social do MERCOSUL(2017), neste período se existiu na América Latina um contínuo trabalho, retornando alguns preceitos de políticas estatais, com o marco de ascensão de governos progressistas na América Latina. O presente período, por Filgueira (2015), corresponde a um incremento de políticas de proteção social na região, com base em

³⁵Sin embargo, aun después de las reformas, las economías latinoamericanas no pudieron superar un nivel moderado de crecimiento económico (tres por ciento anual entre 1990 y 1996), a todas luces insuficiente debido a las altas tasas de crecimiento demográfico de los países y muy por debajo de los niveles estimados como necesarios (seis por ciento anual) para cubrir los déficit sociales (CEPAL, 1997, y Stalling y Peres, 2000); a saber: un aumento del desempleo abierto (alrededor de tres puntos porcentuales durante la década de 1990), deterioro de la calidad del empleo (aumento del empleo informal, de baja productividad, temporal, sin contrato de trabajo), una reducción gradual pero insuficiente de la pobreza (de 41 por ciento de los hogares, en 1990, a 36 por ciento, en 1997) (CEPAL, 2000a), cuyos niveles relativos al final de la década de 1990 se mantienen superiores a los de 1980, y una evolución en la distribución del ingreso muy heterogénea y sin mostrar ninguna tendencia sostenida a la mejoría. - texto original (SOTILLI, 2002).

³⁶Sabe-se, no entanto, que a respeito do período vigente do modelo pós-hegemônico de integração regional, correspondeu aos anos 2000 até 2015. Para saber mais, ler Granato (2019) e Batista (2019).

quatro esferas de atuação: (i) políticas de transferência monetárias a pessoas em idade de aposentadorias, e a famílias com filhos; (ii) políticas de saúde; (iii) políticas educacionais e (iv) políticas de emprego.

Neste período também, comparado com o anterior, expandiram-se os gastos públicos sociais. (INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL, 2017) Conforme o Instituto (2017) a partir de pesquisas feitas pela CEPAL (2016), a participação regional para implementação de políticas sociais na América Latina aumentou de 12,6% do PIB no início dos anos de 1990 a 19,5% do PIB entre os anos de 2013 e 2014. No setor de políticas sociais de educação, conforme Filgueira (2015), aumentaram-se os programas de educação básica e infantil em quase todos os países da região. Construções de centro de atendimento a primeira infância no Uruguai, na Argentina com a introdução de pré-escolas e jardins de infância em diferentes unidades e municípios, bem como no Brasil com programas de expansão as creches, corresponde a exemplos de esforços institucionais para incremento dessas instâncias. (FILGUEIRA;2015)

Já no setor da saúde, expandiram-se os programas de políticas focalizadas, bem como sistemas contributivos de seguros entre os setores público e privado da região. (FILGUEIRA;2015) Entre os anos de 2001 a 2012, a partir de dados coletados pela CEPAL (2013), estima-se que a cobertura populacional de serviços de saúde na região latino americana, conforme aborda o autor (2015), aumentou cerca de 12% na região. Locais como Colômbia, Equador e Peru tiveram um aumento ainda maior, correspondendo uma de cobertura de mais de 38% da população.

Correspondendo ao setor de seguridade e assistência social, percebeu-se um fomento dos modelos contributivos e de flexibilização desse tipo de política, bem como a ampliação de transferência não condicionadas, baseadas em determinação dos meios de vida da população, comprovando necessidades econômicas. (FILGUEIRA;2015) O incremento e provisão de seguros desemprego como ocorreu no caso do Uruguai, Argentina, Brasil e Chile; a inclusão de proteção a trabalhadores de ambos os sexos através de licenças por nascimento de bebês no Chile e Uruguai, refletiram também um novo modelo de política social, característico desta etapa. (FILGUEIRA;2015)

Como reflexões a partir dos modelos introduzidos de políticas sociais na região, existe um consenso da necessidade de introdução de coalizões distributivas, que

possam romper com barreiras que se encontram no contexto econômico nos últimos anos, seja por vias internas, a partir de uma reestruturação estratégica de melhorias de gestão; mas, também, através de ações externas, por vias de modelo de integração e modelos de cooperação. (DRAIBE e RIESCO; 2009)

Com isso, na seção seguinte, busca-se trazer a partir de uma perspectiva comparada, os benefícios de introdução de políticas sociais a partir do instrumento de integração, para posteriormente ser possível analisar, de maneira mais ampla, a agenda política social do MERCOSUL.

2.2.2 Políticas sociais e Integração regional

A magnitude dos desafios estruturais que a América Latina vem enfrentando, através das falhas na implementação de modelos neoliberais, acelerados pelo sistema de globalização, requer um novo modelo de busca por desenvolvimento interno, integrado aos preceitos mínimos de autonomia no cenário internacional. (DRAIBE e RIESCO; 2009) Este modelo de governo, conforme será abordado posteriormente existiu enquanto tentativa de implementação de uma agenda social, mesmo que o modelo proposto de integração fosse considerado um modelo heterogêneo, ou misto, sem romper com a totalidade dos preceitos comerciais e econômicos que existiam no início da construção do MERCOSUL, por exemplo. (GRANATO;2019) Segundo Draibe e Riesco(2009), essa não ruptura pode vir, em grande parte, com o modelo acelerado que grande parte dos países introduziram no período de consolidação neoliberal, fazendo com que suas capacidades estatais diminuíssem ainda mais as possibilidades de construções de resultados internos, mesmo com a reintrodução de governos de cunhos populistas, ou progressistas na região.

A partir desse cenário, pensar em um sistema de integração regional para a implementação de políticas sociais é pensar em uma redução das assimetrias e desigualdades da região, através do fortalecimento de unidades nacionais dos Estados Latino americano e também do fortalecimento da articulação de política externa enquanto bloco regional. (DRAIBE e RIESCO, 2009; FERRER; GUIMARÃES, 2012) O regionalismo social, conforme aborda Blackett e Levesque (2002), faz-se

presente em várias iniciativas na região americana, em que o presente trabalho tem como foco de análise o caso do MERCOSUL.³⁷

Ferrer (2012), ao trabalhar com o tema de integração regional, aponta que para poder criar condições de incorporação de ciência, tecnologia, industrialização e transformação produtiva, o primeiro elemento que precisa ser trabalhado pelos Estados são as reduções de desigualdade sociais. O desenvolvimento dos Estados precisa ser compreendido enquanto matrizes interligadas de uma perspectiva de trabalho social e econômico, trazendo novas rotas interpretativas que favoreçam políticas e ações que beneficiem toda a população. (GUIMARÃES, 2012; pg. 189)

Essas matrizes, por Ferrer (2012), precisam estabelecer os seguintes elementos: (i) coesão social; (ii) qualidade de liderança; (iii) estabilidade institucional e (iv) ideias. Por coesão social, precisa se fornecer mecanismos de provisão de capacidades a populações que se encontram amplamente empobrecidas, através de ações de políticas sociais, para uma menor discrepância social no cenário interno de cada país. (FERRER;2012)

Já qualidade de liderança, os países precisam contar com governantes que tenham capacidades de fomentar os processos nacionais em cada Estado, para não perder a capacidade de conduzir as ações econômicas e sociais ao longo do processo. (FERRER;2012) Por estabilidade institucional, entende-se que é necessário se manter com este elemento a longo prazo para as políticas sociais de integração sejam efetivas, independentes do regime político vigente. Por fim, segundo o autor (2012) ao estabelecer ideias, remonta a necessidade de ter, por parte dos Estados nacionais, uma construção de pensamento crítico, que atendam as especificidades da região, com vistas a fornecer o desenvolvimento necessário às suas regiões, diminuindo o movimento de importação de modelos de desenvolvimento, por meio de influências de estados hegemônicos.

Tendo como premissas as principais exposições feitas anteriormente e com o olhar pertinente aos elementos apontados por Ferrer (2012), a presente pesquisa, na próxima seção, tem como objetivo analisar a agenda social do MERCOSUL, criada a

³⁷No trabalho, a autora aborda as três iniciativas de regionalismo social na América correspondentes ao bloco do NAFTA, CARICOM e MERCOSUL. Sob diferentes construções, bem como abrangências, maturação e especificidades, a autora considera os blocos do MERCOSUL e do CARICOM como as duas principais instâncias que mais se elaboraram e efetivaram mecanismos de políticas sociais, especialmente relacionadas a fundamentação, com base em princípios fundamentais, de direitos laborais. Para saber mais, ler Blackett e Levesque (2002).

partir de 2003, colaborando assim com o posicionamento em salientar que o MERCOSUL no período pós-hegemônico se transformou, mesmo não rompendo totalmente com suas bases neoliberais que o consolidaram, cooperando com avanços especialmente no que tange ao fortalecimento de sua dimensão social na região. (BLACKETT e LEVESQUE, 2002; GUIMARÃES, 2012)

3. O MERCOSUL SOCIAL

Desenvolvida a argumentação teórica do presente trabalho, esta seção objetiva expor a metodologia utilizada na pesquisa a fim de compreender a agenda social do MERCOSUL no período dos anos 2000 até 2018. Entende-se como MERCOSUL Social, o período vinculado a ascensão dos governos progressistas na região em que foi realizado um modelo híbrido de integração, não somente vinculado com a promoção de setores econômico e comercial, mas também introduzindo o desenvolvimento social como eixos de atuação.

Este modelo híbrido, pode ser percebido através da discussão do perpassar histórico das políticas sociais na América Latina em que, desde suas bases iniciais, foram detectadas uma promoção social excludente, vinculada por meio laboral, não ofertando promoção e inclusão social a toda população. Este desenvolvimento de políticas sociais na região repercutiu em quatro períodos históricos, em que, passados os anos de reforma neoliberal dos anos de 1990, trouxe um modelo pós-hegemônico, reacendendo algum protagonismo por meio do Estado, mas que ainda desenvolveu políticas e programas sociais de cunho assistencialistas sem realmente romper com estruturas e um modelo de subalternização (GRANATO;2019) implementado desde sua consolidação enquanto Estados Nacionais, evidenciado pelas teorias da dependência e autonomia elucidadas anteriormente.

A partir deste cenário, o presente capítulo será organizado da seguinte forma: primeiramente se compreenderá o primeiro período do bloco correspondente a sua construção a partir da inserção de um modelo hegemônico inserido no período do novo regionalismo, pelas reformas neoliberais introduzidas em toda a região. Serão discutidas sobre as principais instâncias bases construídas pelo bloco a partir de seus principais textos fundacionais³⁸, somados a uma breve discussão sobre o cenário econômico vigente. Apoiar-se a esta análise as teorias estruturalistas, autônomas e da dependência para uma breve menção sobre a gênese de construção do bloco, bem como a teoria intergovernamental que, de acordo com a literatura (GRANATO e

³⁸Cabe ao exposto que, de acordo com o MERCOSUL (2018), o mesmo não possui base própria sobre a exposição de seus documentos e normativas, cabendo ao Ministério das Relações Exteriores do Paraguai, em qualidade de depositário, manter o acervo acerca de Tratados, Protocolos e Acordos do bloco.

BATISTA,2017; PERROTA 2010,2018) elucida a construção de uma instância de caráter supranacional, com objetivos centrais de construção de um mercado comum na região com bases nos preceitos neoliberais implementados pelo Consenso de Washington.

Posteriormente, na subseção seguinte, a pesquisa, a partir da metodologia empírico descritiva irá aprofundar a agenda social do bloco, fornecendo um panorama geral sobre as principais construções incorporadas no período pós hegemônico, permitindo um melhor entendimento sobre os objetivos do trabalho priorizados, elucidando aspectos gerais deste modelo de agenda.

3.1 A CONSTRUÇÃO DO BLOCO NO PERÍODO NEOLIBERAL

Conforme exposto anteriormente, o período de gênese de construção histórica do MERCOSUL decorre na década dos anos de 1980, com a consolidação de regimes democráticos, em especial pela Argentina (em 1983) e Brasil (1985) protagonistas dessa construção. A partir da revisão teórica feita por Granato (2015) em obra com base em autores como Ferrer (2005;2013), Saraiva (2012), Candeas (2010), Paradiso (2006), Jaguaribe (1987;2005), Cervo (2002), Rapoport (2002;2011), Camargo (1985;1989) entre outros, a ascensão de governos democráticos, pós regime militar, promoveu uma maior aproximação destes dois Estados, com o seu entendimento de projeto político com vistas ao desenvolvimento autônomo de seus países.

O projeto político regionalista, de acordo com o autor (2015), iniciou com o protagonismo da Argentina, em seu período democrático iniciado pela eleição de Raúl Alfonsín (1983-1989). Este governo buscou a inserção de seu Estado através da busca por modelos de cooperação como uma forma de legitimação da democracia e melhor inserção autônoma internacional. (GRANATO;2015) Esta tentativa ficou evidente a partir de sua tentativa de aproximação ainda sob o regime militar no Brasil com João Baptista Figueiredo, sendo favorável e predisposto a ações de cooperação com o governo Argentino. (GRANATO;2015) Após as eleições de José Sarney em 1985, segundo o autor (2015) às relações entre os dois Estados se fortalecendo, inserindo objetivos políticos comuns de fortalecimento da democracia e paz, mesmo que no Brasil ainda prevalecesse um modelo de Estado Desenvolvimentista, com

fortes proteções internas voltadas ao modelo de industrialização.

Baseados neste fortalecimento bilateral e nas concepções latino americanas cepalinas, dependentista e autonomistas abordadas anteriormente em 1985 Argentina e Brasil assinaram a Declaração de Iguazu. (GRANATO e BATISTA, 2017) Esta declaração, pelos autores (2017), pode ser considerada o primeiro ponto de inflexão de uma relação bilateral política entre os Estados, com vistas a promoção de um desenvolvimento autônomo, mas também colaborando com seu modelo político de inserção internacional proposto para esta nova fase na região.

Após a assinatura da Declaração, ambos os governos, segundo Granato (2015), criaram uma comissão mista de Ministros, mediante participação de alguns empresários com o objetivo de propor novos projetos e programas com vistas a ampliação das relações bilaterais na região. A partir desses encontros, já em 1986 foi criado um projeto com doze protocolos de execução de política, em que se firmou a ata de amizade Argentino- Brasileira. (GRANATO;2015) Esta ata, segundo o autor (2015), elucidou os motivos pelos quais ambos os países encontravam-se inspirados em instituir um processo de integração.

Assim, após a revisão deste mesmo documento, foi criado um programa denominado Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) entre ambos os países. (GRANATO;2015) Este programa tinha como principal objetivo, o estabelecimento de mecanismos de intervenção Estatal que, segundo o autor (2015),

Visando evitar que o padrão de intercâmbios bilaterais reproduzisse os tradicionais esquemas “Norte-Sul”, o objetivo era promover a programação industrial através de um esquema de especialização intra setorial, incrementando o comércio de maneira administrada (com o objetivo de evitar desequilíbrios globais ou setoriais a favor de uma das partes), e repartindo solidariamente o valor gerado conjuntamente. (GRANATO, 2015; pg.78)

Isto quer dizer que o programa partiu como uma premissa de próprio controle dos Estados, que orientaram os processos e seus resultados de Integração e colaborarem mutuamente a favor de uma redução de assimetrias de suas regiões. O PICE, de acordo com Granato (2015) serviu de base para outros acordos, como o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (1988) que demonstrou uma maior amplitude das gêneses do processo de integração latino americano, bem como outros resultados como parcerias no campo da indústria aeronáutica, construções de

centros educacionais, entre outros³⁹.

No entanto, este modelo foi logo substituído nos anos de 1990, pelas trocas de governos de ambos os países com a virada neoliberal decorrentes das crises financeiras trazendo um novo paradigma e perspectiva de análise da região, redefinindo o processo de integração latino americano. (GRANATO;2015) Este novo modelo introduziu o mecanismo de cooperação e integração como um movimento de adaptação dos países as exigências da economia global implementada por regimes de ajustes estruturais como o Consenso de Washington, pautado na abertura da economia, crescimento articulado e competitividade entre os países no cenário econômico internacional. (GRANATO;2015)

A partir deste novo modelo de Estado implementado em ambos os países, em julho de 1990 foi assinada a ata Buenos Aires, em que objetivou a busca pela aceleração da formação de um mercado comum na região, com vistas a abertura para o mercado externo, assumindo o modelo de integração com caráter predominantemente comercial. (GRANATO;2015). Através de um dos anexos da ata, ainda segundo o autor (2015), detalhou-se metodologicamente a necessidade de se reduzir as tarifas, bem como anular as barreiras não tarifárias e chegar uma alíquota zero na região através deste projeto regionalista.

Além da ata de Buenos Aires, a Argentina e o Brasil firmaram uma segunda normativa denominada Acordo de Complementação Econômica - ACE, que acelerou o processo na região, formalizando as bases instrumentais pelas quais seria assinado o Tratado de Assunção posteriormente (GRANATO, 2015; pg.84). Em 26 de março de 1991, foi assinado na cidade de Assunção o tratado de constituição do MERCOSUL, junto aos países do Paraguai e Uruguai incorporando-se neste processo integracionista. (VIEIRA; 2011)

O Tratado de Assunção, conforme consenso de autores como Vieira (2011), Granato (2015), Correa (2015) e Vicente (2015), representou a fundação de um instrumento jurídico do MERCOSUL, em que se previa um aparato institucional mínimo para sua construção, bem como um indicativo pragmático de quais eram os objetivos econômicos e comerciais de lançamentos de seus Estados no cenário Internacional. Estes objetivos substituíram, de acordo com Granato e Batista (2017), os protocolos realizados na etapa anterior, que enfatizava um processo regional como

³⁹Para saber mais, ver Granato (2015).

estratégia de desenvolvimento autônomo, sendo somente retornado a partir dos anos 2000 com a ascensão de governos progressistas no bloco.

O Tratado de Assunção, por Magalhães (2000), segundo Vieira (2011) representou um modelo comercialista, incluso nas diretrizes do Consenso de Washington em que pouco se mencionou objetivos sociais. Segundo a autora (2011) este tratado estabeleceu finalidades comerciais de circulação de bens e serviços que representou, de algum modo, a inserção de primeiras demandas no âmbito do direito do trabalho, em que o papel de centrais sindicais pôde começar a serem ouvidas neste plano regional.⁴⁰

Já Granato (2015), ao evidenciar a estrutura intergovernamental criada neste momento, destacou o caráter presidencialista das negociações do bloco, que se mantém, de certa forma até o presente momento.⁴¹ Por estas autoridades serem as responsáveis por presidir as negociações na época e lidar com as decisões de política interna e externas de sua região, fez com que, somados aos interesses dos governos argentino e brasileiro atrasasse as negociações no MERCOSUL, em que representou um obstáculo de avanço do bloco. (GRANATO;2015)

Diante deste contexto, já no período entre 1998 e 2002, entende-se que pela literatura (CORREA; GRANATO; VICENTE, 2015) que o MERCOSUL passou por um período de instabilidade econômica, acarretado pela crise do sistema neoliberal na região, o aumento de disputa comerciais entre Argentina e Brasil e também pela consolidação do modelo de globalização acarretado pela unipolarização hegemônica do pós guerra fria.

Segundo Correa (2015), essas crises culminaram com a retirada de capital externo nos países do bloco, aprofundando ainda mais o déficit comercial da região. Por Boron (2006) no modelo de Estado neoliberal marcado por esta primeira fase de construção do MERCOSUL,

Não foi possível promover um crescimento econômico estável; não conseguiram aliviar a situação de pobreza e exclusão social que prevalecia na região Latino Americana como um produto da introdução de modelos de industrialização substitutivos de importação e não foi possível fortalecer as instituições democráticas com legitimidade popular, debilitando e desprestigiando o modelo a um nível sem precedentes na história latino-americana. (BORON, 2006; pg. 23)

⁴⁰Para saber mais, ler indicação da autora (2016), em BARBIERO, A. O MERCOSUL como um espaço público? Os dilemas das centrais sindicais no processo de integração regional. 2000.

⁴¹Para saber mais, ver autor (2015)

Sob esse cenário, a partir das eleições ocorridas já em 1999 na Venezuela, e posterior na Argentina (2003), Brasil (2003), Bolívia e Uruguai (2005), Equador (2007), Paraguai (2008) e Peru (2011) elegeram-se novos governos de cunho progressistas na região, com vistas e busca de um novo modelo de construção de Estado, retomando princípios anteriores de Integração com buscas de autonomia e fortalecimento regional. (GRANATO;2015)

Estes novos governos foram eleitos por uma pressão por parte da sociedade civil para respostas a crise, proporcionando aos países membros do bloco uma readequação de sua agenda regional. (CORREA; GRANATO; 2015) Ainda, pelos autores (2015), tem se a partir daí o marco da assinatura do consenso de Buenos Aires que sinalizou, de certa forma, a introdução de um novo modelo político de integração regional, que visava o controle de assimetrias e uma busca pela reintrodução de um modelo pautado no velho regionalismo dos anos 60, no quesito de autonomia e reinserção de desenvolvimento regional.

Com as pressões da sociedade civil à época e o retorno das crises econômicas, o fomento da importância da integração regional transcende o escopo comercial nos discursos diplomáticos destes países, tendo os representantes de esquerda como seus precursores, sendo que na prática, obviamente, questões econômicas ainda fossem de suma relevância. Dessa forma que se manteve e aprimorou-se o MERCOSUL, dando lugar a adoção de estratégias diversas, ainda que divergentes de inserção internacional. (CORREA, 2015; pg. 102)

Anteriormente a análise da agenda social implementada no bloco a partir dos anos 2000, cabe breve menção na pesquisa sobre os principais órgãos decisórios construídos ainda no Tratado de Assunção. Estes órgãos foram revistos pelo protocolo adicional ao Tratado de Assunção - conhecido como Tratado de Ouro Preto de 1994 que desmembrou as atribuições institucionais dessas instâncias, proporcionando uma estrutura institucional com mecanismos de coordenação, execução e controle trazendo personalidade jurídica ao bloco. (CORRÊA; 2015) Já na seção subsequente (3.2) o trabalho dedicara-se ao aprofundamento da análise do novo modelo pós hegemônico do MERCOSUL, elucidando os principais mecanismos da agenda social do bloco, objeto da presente pesquisa.

3.1.1 Conselho do Mercado Comum - CMC

O Conselho do Mercado Comum, de acordo com o Tratado de Assunção (1991), corresponde a um órgão superior de gestão encarregado sobre as diretrizes políticas e tomadas de decisão para cumprimento dos prazos e objetivos estabelecidos no bloco. Esta instância conta com a coordenação dos ministros de Relações Exteriores, ou Ministros da economia e equivalentes em que a presidência ocorre mediante rotação em ordem alfabética dos países a cada seis meses. (MERCOSUL;1991)

Tabela 1 - Tabela de Ministros do CMC

País	Nome	Posição	Cargo no país	Data Início
República Argentina	Jorge Faurie	Titular	Ministro das Relações Exteriores	29/05/2017
República Argentina	Nicolás Dujovne	Alternativo	Ministro da Fazenda	10/01/2017
República Federativa do Brasil	Ernesto Araújo	Titular	Ministro das Relações Exteriores	01/01/2019
República Federativa do Brasil	Paulo Guedes	Alternativo	Ministro da Economia	01/01/2019
República do Paraguai	Luis Alberto Castiglioni	Titular	Ministro das Relações Exteriores	15/08/2013
República do Paraguai	Bernardino Hugo S. Caballero	Alternativo	Ministro da Fazenda	15/08/2013
República Oriental do Uruguai	Rodolfo Nin Novoa	Titular	Ministro das Relações Exteriores	02/03/2015
República Oriental do Uruguai	Daniilo Astori	Alternativo	Ministro da Economia e Finanças	02/03/2015
República Bolivariana da Venezuela*	Delcy Eloina Rodríguez Gómez	Titular	Ministro das Relações Exteriores	26/12/2014
República Bolivariana da Venezuela*	Ramón Augusto Lobo Montero	Alternativo	Ministro de Planificação e Finanças	07/02/2017

Fonte: Elaboração própria, com dados disponível em:

<http://gd.mercosur.int/SAM/GestDoc/pubweb.nsf/Autoridades?ReadForm&lang=POR&id=16D1009072E9CDEC032573D10052F977>. Acesso em 02 de junho de 2019.

De acordo com seu regulamento interno de junho de 1998, alterado pela Decisão CMC Nº 14 de 2008, faz-se necessário reunião ordinária dos Ministros partes desta instância semestralmente junto com os presidentes dos Estados, para serem efetuadas as principais decisões com relação ao bloco. (MERCOSUL;2008) A agenda de reuniões dos conselheiros é realizada pelo Grupo Mercado Comum, facultado em participar destes encontros; no entanto, enquanto ouvintes, também é possível a participação de representantes de setores sociais e econômicos dos países do bloco ou externos e também organismos internacionais em função dos temas das reuniões.

Até o presente momento, o Conselho do Mercado Comum celebrou 984 decisões, 24 portarias, 25 acordos e 04 memorandos de entendimento que dizem

respeito a toda a dimensão que o bloco abrange até o presente momento. Cabe mencionar importantes decisões como a Decisão CMC Nº 61 de 2000, com a construção da Reunião de Ministros e autoridades de desenvolvimento social do MERCOSUL; e a de a Decisão CMC Nº26/03 que instituiu um plano de trabalho do MERCOSUL para os anos de 2004 a 2006 que tinha como objetivo consolidar e desenvolver do bloco, em três frentes: (i) MERCOSUL Econômico-comercial; (ii) MERCOSUL Social e (iii) O MERCOSUL Institucional.

No que diz respeito às frentes de trabalho do MERCOSUL, neste plano inseriu-se no âmbito social uma maior busca de execução e instauração da participação da sociedade civil; se apontou como seriam instituídos o trabalho sobre temas sociais; a importância de instituir uma visibilidade cultural do bloco; bem como uma maior participação em três setores de política social de assistência, trabalho e educação. Já na frente de execução Institucional, o plano de trabalho aprovado na Decisão CMC Nº26/2003, mencionou a importância de construção do Parlamento do bloco, para representação da sociedade civil como será exposto posteriormente.⁴² (MERCOSUL;2003)

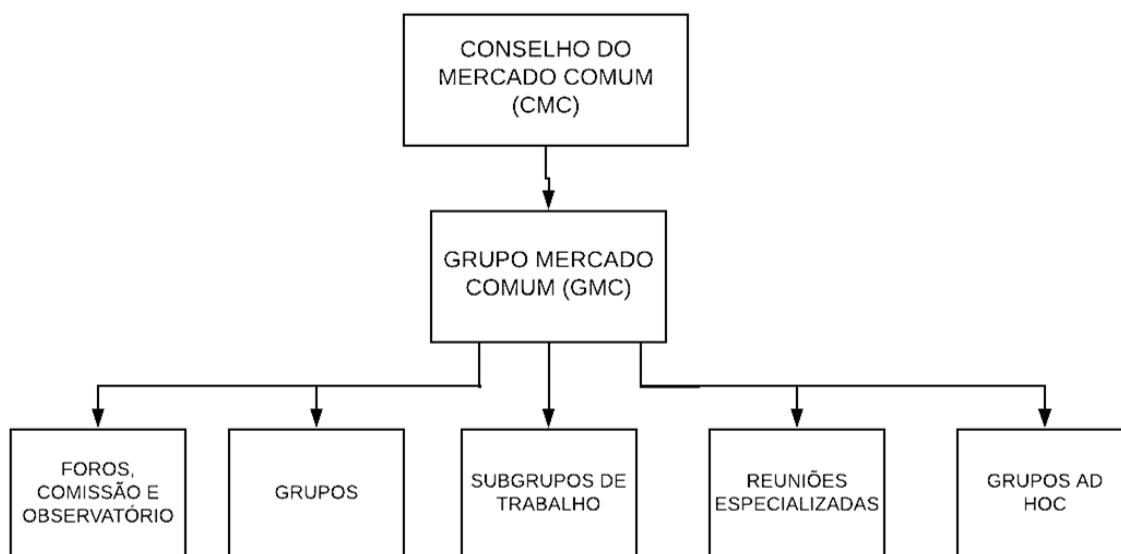
3.1.2 Grupo Mercado Comum - GMC

O Grupo Mercado Comum, de acordo com o Tratado de Assunção 1991, revisto pelo Protocolo de Ouro Preto (1994) corresponde a um órgão executivo composto por 05 membros titulares e outros 05 suplentes do MERCOSUL em que suas atribuições e funções principais de acordo com art. 14 são (i) Velar pelo cumprimento do Tratado de Assunção; (ii) Propor projetos de decisão ao CMC; (iii) Executar medidas para o cumprimento de decisões do CMC; (iv) Criar planos de trabalho que garantam os avanços e estabelecimentos do mercado comum; (v) Modificar órgãos como subgrupos de trabalho e reuniões especializadas para o cumprimento dos objetivos do bloco; (vi) Manifestar-se sobre propostas realizadas por demais órgãos do MERCOSUL; (vii) Participar de negociações externas ao bloco junto ao CMC; (viii) Eleger representante, supervisionar e aprovar contas anuais da Secretaria Administrativa do MERCOSUL; (ix) Organizar as reuniões do CMC e preparar

⁴²Para saber mais, ver Decisão CMC Nº 26/2003.

materiais posteriores se assim preciso e (x) Homologar os regramento internos de órgãos como Comissão de Comércio e do Fórum consultivo Econômico e social. (MERCOSUL;1994) Em sua estrutura organizacional, criada a partir da Decisão CMC Nº 24/2014 e Resoluções de Nº16/15, 59/15, 14/18 e 30/18, o GMC é composto pelos seguintes órgãos:

Figura 1 - Organograma GMC



Fonte: Adaptado pelo autor. Organograma Mercosul (2019)

Os grupos de trabalho do MERCOSUL vinculados ao GMC possuem atribuições específicas, tendo autonomia para solicitar a demais instâncias apoio técnico, ou administrativo para entrega de seus encargos. (MERCOSUL; 2014) De acordo com organograma, hoje o MERCOSUL possui seis grupos de trabalho que versam sobre assuntos como cooperação internacional e relações externas, administrativamente com temas de análise, incorporação de normas e assuntos orçamentários, mas também possui um grupo que trabalha com o tema de agenda digital do bloco.⁴³

Já o subgrupo de trabalho, conforme Decisão (2014), é caracterizado como um órgão de apoio técnico permanente para desenvolvimento e coordenação de políticas públicas comuns da agenda no processo de integração. Atualmente, o GMC possui 18 subgrupos de trabalho versando sobre os temas como assuntos financeiros, integração produtiva, assuntos institucionais, serviços, contratação pública, entre

⁴³Para saber mais, ver <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/organograma-mercopol/> . Acesso em 10 de junho de 2019

outros tendo frequência bianual.

Os Grupos denominados Ad Hoc - GAH são grupos de trabalho que, segundo Decisão (2014), são estabelecidos para cumprimento de mandatos e possuem prazos estabelecidos para a execução dos mesmos. De acordo com organograma, o MERCOSUL possui 12 grupos Ad Hoc tendo focos específicos em uma determinada demanda que inclui, desde produtos acordados no tratado de mercado comum, como por exemplo, como o Grupo Ad Hoc Setor Açucareiro - GAHAZ, até mesmo grupos para trabalho de reduções de assimetrias como Grupo Ad Hoc para a Superação das Assimetrias - GAHSA.

As reuniões especializadas são construídas enquanto grupo bianual para desenvolver políticas de integração em áreas específicas, existindo a necessidade de um apoio técnico permanente. (MERCOSUL;2014) O MERCOSUL possui 14 reuniões especializadas, sendo dessas 04 coordenadas por outra instância além do GMC, denominadas Fórum de Consultas e Concertação Política - FCCP.⁴⁴

3.1.3 Comissão de Comércio Do Mercosul - CCM

Compete à Comissão de Comércio do MERCOSUL, de acordo com o tratado (1994) entre outras atividades, analisar a evolução das políticas comerciais do bloco; tomar decisões administrativas a aplicação da política externa comercial comum acordados pelo bloco e também propor modificações nas normas existentes de matéria aduaneira e comercial junto ao GMC. A comissão é composta por quatro membros titulares e outros quatro suplentes, em que cabe coordenação dos Ministérios de relações exteriores dos países membros.

Cabe menção que a CCM conta com um Órgão de Apoio, representado pela Secretaria do MERCOSUL - SM e outros comitês técnicos, se assim desejar, para cumprimento de suas atribuições. (MERCOSUL;1994) Atualmente a GCM conta com nove comissões de trabalho, expostas a seguir:

⁴⁴O Foro de Consulta e Concertação Política é um órgão auxiliar do Conselho do Mercado Comum representado pelos altos funcionários das Chancelarias dos Estados Partes do MERCOSUL que tem como objetivo ampliar e sistematizar a cooperação política entre os Estados Partes. Para saber mais ver <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/publicacoes/eeventos/livros.html/legislacaotextosbasicos.html/cmc-dec-18-98.html>. Acesso em 2 de junho de 2019

- (i) Comissão sobre tarifas, nomenclaturas e classificação de mercadorias;
- (ii) Comissão sobre assuntos aduaneiros e facilitação de comércio;
- (iii) Comissão sobre normas e disciplinas comerciais;
- (iv) Comissão sobre políticas públicas que distorcem a competitividade;
- (v) Comissão de defesa de concorrência;
- (vi) Comissão sobre estatísticas de comércio exterior do MERCOSUL;
- (vii) Comissão sobre defesa do consumidor;
- (viii) Comitê sobre defesa comercial e salvaguardas;
- (ix) Comitê adequação de listas de acordos comerciais com terceiros;

Em junho de 2018, instituiu-se o regime interno da comissão a partir da Resolução GMC N°20/18, em que, entre uma das atribuições elencadas está a necessidade de todas as comissões e comitês de trabalho elaborarem relatórios de cumprimento e programas de trabalho anuais para a aprovação da CCM em reuniões ordinárias. Estabelece também, a possibilidade de participação de atores do setor privado, caso seja de interesse da comissão para cumprimento de seus objetivos. (MERCOSUL; 2018)

3.2 A AGENDA SOCIAL DO MERCOSUL NO PERÍODO PÓS HEGEMÔNICO

Entende-se pelo início de construção da agenda social do MERCOSUL o ano 2000, em que foi firmado o Compromisso de Gramado, para a criação da Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do MERCOSUL - RMADS a partir de Decisão N°61/00 pelo Conselho do Mercado Comum. (INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL;2018) Esta instância surgiu com o propósito de criação e construção de políticas conjunta de desenvolvimento social para os seus Estados; em que, de acordo com o Instituto Social do MERCOSUL (2018), pode-se perceber o início do papel social no processo de regionalismo.

Para trabalhar com a agenda social do MERCOSUL, a pesquisa segmentará a análise em duas dimensões: (i) agenda institucional e (ii) agenda política. Estas agendas e exemplos que serão abordados não totalizam o arcabouço de possibilidades de análise sobre o tema; no entanto, possibilita uma maior

compreensão das principais instituições que foram construídas para se trabalhar com o tema social, destinada à promoção e o incremento de instrumentos para o desenvolvimento da sociedade.⁴⁵

3.2.1 Agenda Institucional

Por Daguerre e Rompaey (2011) a dimensão Institucional no MERCOSUL, pode ser compreendida através da consolidação de estruturas intergovernamentais que deram suporte ao modelo pós-hegemônico de integração, a partir das eleições dos governos progressistas no bloco. A partir deste paradigma, a pesquisa abordará as principais Instâncias suporte que trabalham com a perspectiva social no bloco: (i) Parlamento do MERCOSUL (Decisão CMC Nº 23/05) e o Observatório da Democracia do MERCOSUL (Decisão CMC Nº 05/07); (ii) O Instituto Social do MERCOSUL (Decisão CMC Nº03/07); (iii) O Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos (Decisão CMC Nº14/09); (iv) O Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL - FOCEM (Decisão CMC Nº45/04)⁴⁶; (v) A Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL-CCMASM (Decisão CMC Nº39/08) e (vi) a Unidade de Apoio à Participação Social do MERCOSUL (UPS) (Decisão CMC Nº65/10).⁴⁷

3.2.1.1 O Parlamento do MERCOSUL - PARLASUL

⁴⁵Os principais critérios de seleção destas instâncias foram (i) Institucionalidade perante o organograma geral disponível no site do MERCOSUL; (ii) Possibilidade de inferências e análise de mais de uma documentação comprobativa das Instâncias como relatórios de gestão, sites Institucionais e vinculação com demais instâncias, anteriormente citadas na seção 3.1 e (iii) Foco em análise de agenda política integral como o PEAS e os principais avanços na construção de um projeto de cidadania regional, a partir do Estatuto Social do MERCOSUL.

⁴⁶Apresenta-se o FOCEM posteriormente as instâncias do Parlamento do MERCOSUL, Instituto Social do MERCOSUL e o Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos em decorrência do mesmo ser o responsável por fornecer o suporte financeiro a projetos que serão anteriormente definidos nesta pesquisa.

⁴⁷Na presente pesquisa, iria ser apresentado, como agenda Institucional o Instituto MERCOSUL de Formação - IMEF, aprovado por Decisão CMC Nº 04/07 que tem como objetivos aprofundar a formação dos profissionais que trabalham diretamente com o tema de integração. Entretanto, por falta de maiores informações provenientes do bloco, bem como de instrumentos eletrônicos como sites e prestação de auxílio às dúvidas ao cidadão, do governo federal, excluiu-se da análise principal.

O PARLASUL corresponde a um órgão de representação da sociedade civil no bloco criado a partir da Decisão CMC Nº. 26 de 2003, em que se instituiu um grupo de trabalho para desenvolver diferentes frentes do modelo de integração, entre elas a Institucional representativa. (MERCOSUL;2003) De acordo com o Protocolo Constitutivo do Parlasul (2005), os propósitos que norteiam a atuação dos parlamentares vão desde a sua representação enquanto promotores e defensores dos regimes democráticos, quanto respeitar as diversidades dos povos e também estimular a atuação da sociedade civil neste modelo regional. Este trabalho será feito mediante função de impulsionadores de desenvolvimento do bloco por planos de trabalhos semestrais que deverão ser aprovados e revistos pela presidência *pro tempore* do momento. Hoje, o Parlasul, conta com o seguinte corpo de parlamentares:

Tabela 2 - Lista de Parlamentares PARLASUL

País	Número de representantes	Distribuição por sexo
Argentina	42 Parlamentares	32 homens; 10 mulheres
Uruguai	18 Parlamentares	14 homens; 04 mulheres
Brasil	29 Parlamentares	25 homens; 04 mulheres*
Paraguai	18 Parlamentares	15 homens*; 03 mulheres
Venezuela	19 Parlamentares	16 homens*; 03 mulheres*
Bolívia	Sem representantes no momento	-
Total	126 Parlamentares	102 homens; 24 mulheres

Fonte: elaborado pelo autor, com dados disponíveis em https://www.parlamentomercosur.org/parlasur/2016/mapa_interactivo/mapa.jsp?site=2&channel=parlasur&contentid=13231. Acesso em 03 de junho de 2019

A partir deste instrumento (tabela 1) hoje, o Parlasul conta com cerca de 126 parlamentares sendo estes 33% da Argentina, 23% do Brasil, 15% da Venezuela e 14,5 % do Uruguai e Paraguai. Destes, 102 são parlamentares homens, correspondendo a um percentual 80,9% e 24 são parlamentares mulheres, representando um total de 19,1% no Parlasul. Enquanto instância de representação da sociedade civil, cabe menção também que somente os países Venezuela, Brasil e Paraguai contam com representantes parlamentares afrodescentes, sendo um total de 07 parlamentares, representando o total de 5,5% do total de membros do parlamento.⁴⁸ Até o presente momento, o Parlasul contou com cerca de 64 reuniões

⁴⁸Entende-se por população negra aquela pertencente a famílias afrodescentes, caracterizando-se por

ordinárias e no presente momento possui 11 comissões de trabalho dialogando entre as temáticas que vão desde assuntos respectivos a políticas sociais, bem como o trabalho comércio e assuntos internacionais relacionando os com planejamento estratégico do bloco.

A partir de instâncias de comunicação, hoje o Parlasul conta com a Agência Parlasul, encarregada de trazer informações, desde notícias gerais, pertencentes ao bloco com o vínculo parlamentar, até mesmo ensaios de opiniões dos parlamentares e expõe, também, os comunicados oficiais do Parlamento. (PARLASUL;2019a) Somado a este, o Parlasul conta também com uma revista eletrônica, que atualmente chegou em sua 19 edição, abordando outras demais abordagens, como sessões como temas de cidadania de história da região, trazendo um maior embasamento e suporte teórico aos interessados sobre este tema na América Latina. (PARLASUL; 2019b) ⁴⁹

Anualmente, o Parlasul conta, de acordo com o art. 4, do seu Protocolo Constitutivo (2005) com um orçamento de cerca de \$ 2.690.578,00 (Dois milhões, seiscentos e noventa mil, quinhentos e setenta e oito dólares) de acordo com o último orçamento aprovado para o parlamento em 2017 para realizar suas atribuições pertinentes, entre eles o Observatório da Democracia. Este Observatório foi criado como órgão interno vinculado ao Parlasul estabelecido pela Disposição nº 26/2008 do Parlamento e também vinculado com a Universidade Federal da Integração Latino-Americana-UNILA, do Brasil. O Observatório atua como órgão permanente no acompanhamento e avaliação dos processos eleitorais dos países membros do MERCOSUL e, de acordo com os últimos dados fornecidos pelo Observatório (2017), em 2017 foram realizadas sete missões na região latino Americana, em que o observatório participou dos processos eleitorais de países Equador, Argentina, Bolívia, Chile, Equador e Honduras.⁵⁰

fenótipo, em consonância com a Lei brasileira n. 12.288/2010. A Venezuela hoje tem quatro representantes (três homens e uma mulher), posteriormente vem o Brasil com duas parlamentares mulheres e o Paraguai com um representante afrodescendente homem. Saliento também a importância de se analisar com maior profundidade se, no parlamento, consta algum representante da população indígena, pois ao tratar de instrumentos políticos como a agenda PEAS, em que o segundo eixo de trabalho é a garantia de direitos humanos, assistência humanitária e igualdade étnica, racial e de gênero, é de suma importância a representação dessas camadas populacionais também no parlamento do bloco.

⁴⁹Para saber mais, ver: <https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/9311/1/parlasur/revista-parlasur.html>. Acesso em 27 de maio de 2019.

⁵⁰Para saber mais, acompanhar observatório em: <https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/15401/2/parlasur/historia.html>. Acesso em 25 de maio de 2019.

3.2.1.2 O Instituto Social do MERCOSUL - ISM

Para analisar o Instituto Social do MERCOSUL, a presente pesquisa utilizará como suporte, os três últimos informes de gestão, correspondentes aos anos de 2015 a 2018, bem como as principais Decisões fundacionais desta Organização.⁵¹ O Instituto Social do Mercosul surge a partir de da Decisão do CMC N. 03, em 18 de janeiro de 2007⁵² como uma organização técnica que tem como objetivos fortalecer o processo de integração social, com vistas ao desenvolvimento humano da sua população e articular as políticas sociais da região. (MERCOSUL;2007)

Figura 2 - Missão e Visão do Instituto Social do MERCOSUL



Missão e Visão do Instituto Social do Mercosul - ISM	
Missão	Visão
Consolidar a dimensão social do Mercosul como um eixo fundamental no processo de construção da região, por meio de pesquisa, intercâmbio, articulação e difusão de políticas sociais regionais, contribuindo à redução das assimetrias e a promoção de desenvolvimento humano integral	Posicionar-se e legitimar-se na região como um órgão técnico de referência e de apoio técnico com capacidade para incidir e assessorar governos em processos de construção de políticas sociais regionais.

Fonte: Elaborada pelo autor. Adaptado de ISM (2019)

Enquanto organização, sua missão e visão do Instituto evidenciam o seu papel que buscam desempenhar no bloco, evidenciando a sua razão de existir, bem como seus propósitos de atuação a longo prazo (FURLAN, 1997). Também, o Instituto Social do MERCOSUL (2007) tem como funções, as principais atividades descritas a

⁵¹Delimita-se a análise dos relatórios de gestão, em razão de que, anteriormente ao ano de 2015, o ISM não contava com uma sede própria, bem como ainda não estava estruturada administrativamente com seus departamentos e representantes executivos. Para saber mais, ler Informe de gestão do ISM de 2015- 2016 (2017).

⁵²Esta decisão decorreu de recomendações, através de decisão CMC 19/06.

seguir: (i) Prestar colaboração técnica na elaboração de projetos sociais do bloco; (ii) Dialogar, mediante a RMADS propostas e modalidades de financiamento para execução de projetos criados; (iii) Promover a investigação e pesquisa, como forma de apoio a tomada de decisão para o funcionamento de programas e políticas sociais; (iv) Promover a realização de encontros nacionais, internacionais e regionais sobre temas sociais; (v) Sistematizar e difundir as melhores experiências no que diz respeito ao tema social no MERCOSUL; (vi) Compilar informações sobre o andamento das atividades referentes ao tema social na região; (vii) Apresentar relatório anual sobre as atividades executadas aos ministros da RMADS e (viii) Consultar o Foro Consultivo Econômico-Social do MERCOSUL sob aspectos que são de sua competência, enquanto fórum consultivo do Instituto, bem como apresentar propostas de projeto se assim realizarem. (MERCOSUL;2007)

Estas funções se legitimaram a partir da Decisão CMC N°37/08 em que se criou a Estrutura do ISM, bem como seu estabelecimento de espaço físico, no ano de 2015, que se mantém atualmente, na cidade de Assunção, no Paraguai. (INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR;2017)

Figura 3 - Organograma do Instituto Social do MERCOSUL



Fonte: Retirado de Instituto Social del MERCOSUR (2017)

Conforme exposto no organograma acima, a Instância superior de vinculação ao órgão corresponde ao RMADS em que, a partir da figura do Conselho do ISM, será designado um representante de cada Estado do bloco para auxiliar o Diretor Executivo

do Instituto a definir as pautas e planejamento estratégico⁵³, bem como as decisões programáticas e submeter à consideração desta instância. (INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR;2017a)

3.2.1.2.1 *Direção Executiva*

A direção executiva é composta por um representante proposto a cada dois anos, a partir de indicação do RMADS, sendo responsável pelo cumprimento das ações de cada departamento e pela interlocução do conselho com as unidades administrativas. (MERCOSUL;2008) Atualmente, o diretor executivo está sob condução do Brasil, com José Eduardo Martins Felício assumindo em agosto de 2017, concluída a gestão correspondente a 2015 e 2017 de Gabriel Toselli⁵⁴, representante da Argentina.

De acordo com a Decisão CMC N°37/2008, compete ao diretor executivo, realizar duas atribuições específicas de seu cargo: (i) Propor o programa de trabalho do Instituto e posteriormente realizar a execução e monitoramento junto aos departamentos existentes e (ii) elaborar um anteprojeto orçamentário, para apreciação do conselho, e executar o orçamento proposto, junto departamento de Administração e finanças.

A primeira é uma das principais atividades executadas pelo ex-diretor Gabriel Toselli, foi correspondente ao processo de seleção de novos diretores de departamentos, bem como assistentes técnicos, no início de seu mandato. (MERCOSUL;2008) No presente momento, foi elaborado um concurso para candidatura de 3 vagas de chefes de departamento e 02 vagas de funcionários de apoio. Um elemento importante que cabe destaque também, foi a falta de ocupação do cargo de chefe no departamento de promoção e intercâmbio de políticas sociais, preenchida somente no ano de 2018, por Nahuel Oddone, como será exposto adiante

⁵³De acordo com Oliveira (1993) as decisões de planejamento podem ser estratégicas, táticas ou operacionais. As decisões estratégicas determinam o norte e planejamento de uma organização. Enquanto que o planejamento tático diz respeito a programas e projetos e o operacional diz respeito ao detalhamento de atividades no nível de operação. Para saber mais, ler Oliveira (1993).

⁵⁴Cabe aqui mencionar a importância de Gabriel Toselli, bem como seus chefes departamentais no seu período de gestão, pelo avanço corresponde ao ISM. De acordo com o novo diretor José Felício, o ISM conta com uma estrutura organizada, graças ao trabalho que foi feito pela gestão do ex-diretor argentino. Para saber mais, ver: <http://www.ismercosur.org/ism-realiza-ato-de-final-de-gestao-de-gabriel-toselli-e-inicio-de-gestao-de-jose-felicio/?lang=pt-br>. Acesso em 05 de junho de 2019.

na pesquisa.

De acordo com os relatórios de gestão disponíveis do ISM dos anos de 2015 a 2018 (2017a, 2017b, 2017c, 2018, 2019), foram realizadas neste período cerca de 65 reuniões internas e institucionais com instâncias do bloco, aproximadamente 37 visitas entre a direção e outros representantes de Estados e sociedade civil e também, cerca de 88 atividades que correspondem a audiências, participação de fóruns, reuniões com Organismos institucionais, entre outros.⁵⁵

3.2.1.2.2 Departamento de Administração e Finanças - DAF

O Departamento de Administração e Finanças, conforme organograma possui um diretor chefe no departamento, bem como dois setores correspondentes a área Administrativa e Contábil/Financeira. Na área Administrativa, o setor conta com três setores de trabalho, o de Recursos Humanos, o de aquisições e contratações de serviços, bem como o setor da biblioteca do ISM. Já no setor Contábil/Financeiro, este setor é responsável pelos registros contábeis referentes ao Instituto, bem como a execução do controle financeiro e orçamental. (INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR;2017b)

Como diretor responsável pelo DAF, este é representado pelo economista paraguaio, Víctor Hugo Lezcano Escauriza⁵⁶. (INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR, 2017a; 2018) O mesmo já esteve presente desde a gestão de 2015, sendo importante para a estruturação do departamento no mesmo ano.

Conforme consta na decisão CMC N°37/2008, o DAF tem entre suas atribuições a execução de todas as atividades relacionadas a atividades administrativas e orçamentárias no Instituto, sem que nesta primeira decisão, constasse com detalhamento quais são as suas respectivas funções. No relatório de Gestão de 2015 menciona-se que, até anteriormente o ano de 2015, o Instituto Social

⁵⁵Para saber mais, conferir relatórios de gestão disponíveis em: <http://www.ismercosur.org/biblioteca/>. Acesso em 08 de junho de 2019.

⁵⁶De acordo com informações institucionais do ISM, o diretor Víctor Hugo Lezcano Escauriza foi funcionário da Secretaria de Ação Social do Paraguai em 2015, onde assumiu o cargo de diretor de desenvolvimento local e economia social, entre outras atividades. Como membro do MERCOSUL, o mesmo foi membro do Conselho do ISM desde o ano de 2010, assumindo posteriormente o cargo de diretor do departamento de Administração e Finanças. Para saber mais, ver: <http://www.ismercosur.org/institucion/equipo/> Acesso em 08 de maio de 2019.

carregava inúmeras dificuldades com relação aos seus procedimentos, bem como proceder com os processos de auditoria, que são necessárias serem realizados anualmente.

Conforme menção no relatório (2017a)

Ao iniciar a atual gestão, em 26 de agosto de 2015, o ISM era uma instituição que carregava com dificuldades e irregularidades os seus procedimentos, registros e segmentos administrativos e financeiros - conforme normativa MERCOSUL vigente, especialmente a Res. GMC 50/03-, que impediu muito o seu acompanhamento e auditoria⁵⁷. (INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL, 2015; pg.16 - tradução do autor)

Com isso, no final do ano de 2015, conforme consta no relatório de gestão (2017a), criou-se a um plano de trabalho, em parceria com o setor de Administração e Secretaria do MERCOSUL, para a elaboração de um Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros do ISM. De acordo com o trabalho de diagnóstico realizado no Departamento, este contava com problemas estruturais que eram necessários serem corrigidos, como a falta de estruturação interna no entre os departamentos. Com isso, o departamento iria passar por uma reestruturação, tem como objetivo apresentar os seguintes resultados: (i) Apresentar o contexto no qual se encontrava a estrutura do DAF; (ii) Apresentar os novos procedimentos da área contábil e financeira e (iii) Delinear e estabelecer os procedimentos da Área Administrativa. (INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR, 2017a)

A partir disso, após ser aprovado por meio de Instrução de Serviço do ISM N° 08/16, conforme consta no relatório de gestão (2017a), foi aprovado o manual de procedimentos Administrativos e Financeiros do DAF, em que o departamento passou a ter como principais funções, as seguintes: (i) Preparar e apresentar ao Diretor executivo o anteprojeto orçamentário que deverá ser submetido à aprovação do conselho do ISM; (ii) Administrar a execução orçamentária firmados ao ISM e levar a contabilidade; (iii) Gestionar a aquisição de insumos e bens requeridos, por meio de inventários e serviços gerais; (iv) Propor procedimentos e instrumentos de contratação de serviços; (v) Propor e promover mecanismos de avaliação orçamentária e financeira de projetos e atividades desenvolvidas no ISM; (vi) Aplicar o que corresponde os procedimentos administrativos na base normativa do MERCOSUL;

⁵⁷Al iniciarse la actual gestión, en 26 de agosto de 2015, el ISM era una institución que cargaba con dificultades e irregularidades en los procedimientos, registros y seguimiento administrativo y financiero - conforme la normativa MERCOSUR vigente, especialmente la Res. GMC 50/03-, que obstaculizan enormemente su seguimiento y auditoria. - trecho original. (ISM; 2015)

(vii) Elaborar plano trimestral de avanços orçamentários (viii) Apoiar demais departamentos na elaboração e coordenação dos projetos e atividades nos aspectos que cabem ao DAF; (ix) Elaborar as nomeações do corpo pessoal do ISM, elaborando registros dos mesmos; (x) Organizar e administrar os arquivos dos documentos de execução financeira, balanços, demonstrações contábeis resultantes da execução financeira do ISM; (xi) Organizar e administrar o arquivo central e a biblioteca do ISM e (xii) Executar demais funções que assinalam as disposições legais e regulamentares do ISM. (INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR, 2017a)

Como suporte financeiro e orçamental ao ISM, o DAF, de acordo com relatório de gestão (2017a) esteve diretamente responsável pelas atividades associadas a uma das fases do projeto FOCEM intitulado “MERCOSUL Social: fortalecimento do Instituto Social do MERCOSUL e consolidação do Plano Estratégico de Ação Social”. O presente projeto, aprovado a partir de Decisão CMC N°37/15 tem como objetivos principais, aumentar a capacidade técnica através de ampliação de linhas de pesquisa e ações do PEAS, como também colaborar com o incremento de infraestrutura do ISM. Neste projeto, foram aprovados o aporte de USD 433.200,00 (quatrocentos e trinta e três mil e duzentos dólares), cabendo ao DAF a realização de prestação de contas do projeto.⁵⁸ (INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR, 2017c)

3.2.1.2.3 Departamento de Comunicação

O departamento de comunicação do ISM, trabalha com o diretor chefe brasileiro Renan Schlup Xavier⁵⁹, em que, de acordo com Decisão CMC N°37/08 tem como competências, a execução estratégica da comunicação institucional bem como difusão pública das ações, pesquisas e produções do Instituto. De acordo com Informe de gestão (2019), as principais linhas de atuação do departamento são as seguintes: (i) Produção de informação e conteúdo; (ii) divulgação e transmissão online do ISM;

⁵⁸Para saber mais, ver: <https://focem.mercosur.int/pt/projeto/mercosul-social-fortalecimento-do-instituto-social-do-mercosul-e-consolidacao-do-plano-estrategico-de-acao-social/>. Acesso em 29 de maio de 2019.

⁵⁹O chefe do departamento de Comunicação do ISM Renan Schlup Xavier é mestre pela Universidade de São Paulo, no departamento de comunicação e possui outras diplomações como a de Estratégias de Comunicação para a Integração e teoria Crítica dos direitos humanos e comunicação pela CIESPAL, bem como um diploma de comunicação política pela Fundação Konrad Adenauer na Argentina. Para saber mais, ver: <http://www.ismercosur.org/institucion/equipo/>. Acesso em 03 de junho de 2019.

(iii) Criação e desenho de diferentes materiais que serão utilizados pelo ISM; (iv) Organização de eventos; (v) Organização de publicações; (vi) Suporte tecnológico e informático ao que compete as atribuições do departamento e (vii) Planejamento e política de comunicação.

Com relação a linha de atuação de produção e informação de conteúdo, segundo informe de gestão do ISM (2018), as principais atividades incluídas são o registro audiovisual, fotográfico e textual de eventos e atividades relacionadas a produção de notas e traduções de conteúdos em português, relacionadas ao ISM. Por divulgação e transmissão online do ISM, o relatório (2019) aponta para o foco na comunicação por meio de mailings do ISM, onde segmenta-se em interessados em saber mais sobre o instituto, mas também um canal direto com investigadores registrados nesse meio. Também nesta atuação é apontado a importância das redes sociais para a divulgação estratégica do ISM, por conseguir abranger mais interessados nos conteúdos e discussão do bloco, no âmbito do ISM.

As redes sociais são consideradas muito importante nas estratégias do ISM, porque podem alcançar os nacionais e residentes de todos os países do bloco que e vem sendo acompanhados e estudados com regularidade. Neste sentido, contamos com a conta no Facebook e Twitter. Estamos prevendo o estabelecimento do monitoramento regular das redes e a criação de materiais específicos para esses canais. Se prevê também, começar a utilizar a plataforma Instagram. Em relação a transmissão online, esta é realizada através das plataformas do Youtube e Facebook⁶⁰. (INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR, 2018; pág. 48 - tradução do autor).

Sobre a área de desenho e produção, o departamento é responsável por toda a execução de identidade visual e produção de documentos dirigidos à comunidade interna e externa do bloco. (INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR, 2018) O departamento monitora hoje a biblioteca digital para Secretaria de Acción Social, a revista MERCOSUL de Políticas Sociais, o site do PEAS e a página ODS MERCOSUL. Correspondente ao relatório semestral de 2018, o departamento assinalou o desenho da nova página para o ISM, um projeto que encontra-se parado como a agência Dimensão Social, bem como uma plataforma online com o tema de Fronteiras. (INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR, 2018)

⁶⁰“las redes sociales son consideradas muy importantes en las estrategias del ISM, porque pueden alcanzar los nacionales y residentes de todos los países del bloque, y vienen siendo acompañadas y estudiadas con regularidad. En este sentido, contamos con la cuenta de Facebook y Twitter. Estamos previendo en establecimiento de un monitoreo regular de las redes y creación de materiales específicos para esos canales. Se prevé también, comenzar a utilizar la plataforma Instagram. En cuanto a la transmisión online, esta es realizada a través de las plataformas YouTube y Facebook.” trecho original. (ISM; 2018)

Por organizações de eventos, bem como publicações, o departamento é responsável pela contribuição e a realização de suporte e infraestrutura de diferentes atividades como visitas, exposições, etc. (INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR, 2018) No que diz respeito à organização de publicações, ainda segundo o relatório (INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR, 2018) o departamento conta com um documento que estabelece regras e estilos de identidade visual para os diferentes setores do ISM, buscando posteriormente poder se converter em uma normativa dentro da política de comunicação do ISM.

A área de apoio tecnológico e informático encontra-se no departamento de comunicação em que, o setor é responsável por todas as questões relacionadas a informática e tecnologia como manutenção de servidores, impressoras, etc. (INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR, 2018) Para a área de planejamento e política de comunicação, os relatórios dispostos no ano de 2018 evidenciam o planejamento e elaboração de uma Política de comunicação do ISM que incluirá diferentes manuais, como os de identidade visual, redação, entre outros assuntos.

De acordo com o relatório anual, correspondente ao ano de 2018, hoje, os principais desafios de execução do departamento para o ano de 2019 centram-se em ampliar a difusão e infraestrutura de sites e outros instrumentos eletrônicos; aumentar o diálogo com diferentes instâncias entre os Estados membros; concluir com as atribuições específicas do projeto FOCEM, mencionado anteriormente; lançar os manuais previstos na política de comunicação do ISM e lançar um novo site do ISM. (INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR, 2019)

3.2.1.2.4 Departamento de Investigação e Gestão da Informação - DIGI

O Departamento de Investigação e Gestão da Informação, de acordo com a Decisão CMC N°37/2008 tem como atribuições, contribuir para a tomada de decisão no que tange os projetos e trabalhos de políticas sociais regionais, bem como identificar indicadores e gerar espaços de intercâmbio destes assuntos. A partir da Decisão CMC N°15/2015 foram atribuídas as seguintes funções principais ao DIGI: (i) Coordenar projetos de investigação regionais no âmbito social do bloco (ii) Desenvolver e implementar instrumentos de monitoramento dos projetos; (iii)

Promover investigações e estudos comparados (iv) Identificar canais de informações estatísticas sobre o MERCOSUL e políticas sociais da região; (v) Gerar e articular centros de investigação sobre a área; (vi) Oferecer cursos de capacitação, nas áreas de sua competência e (vii) Sistematizar experiências e gestão do conhecimento com o apoio do departamento de Comunicação, por exemplo. (INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR, 2017a)

A respeito das atividades desenvolvidas pelo DIGI, temos dois relatórios referente aos anos de 2015-2016 (2017a) e 2018 que abordam com maior detalhamento as ações realizadas pelo departamento, conforme será exposto a seguir. Este presente departamento, semelhante ao DAF mencionado anteriormente, sofreu uma série de adequações e estruturações, decorrentes dos seus antecedentes trabalhados no departamento. (INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR, 2017a) De acordo com informativo anual de 2015 a 2016, o DIGI sofreu um processo de descontinuidade de trabalhos, não funcionando em um período de fevereiro de 2015 a novembro do mesmo ano, quando assumiu o novo chefe de departamento Marcelo Setaro Montes de Oca⁶¹ representando o Uruguai.

A partir do ano de 2016, iniciou-se um processo de planificação e plano de trabalho do departamento, em que houve um apoio significativo da Secretaria do MERCOSUL, apresentando um guia de ações realizadas pelo setor, informando os as diferentes atividades e ações do MERCOSUL com agendas como o PEAS, o Estatuto da Cidadania e a Declaração Sociolaboral. (INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR, 2017a) Ainda pelo Informe (2015-2016), este trabalho foi realizado com o fim de integrar as agendas sociais, vindo a pedido do RAMADs junto com o IPPDH. Já em fevereiro do mesmo ano, foi apresentado um plano de trabalho aos anos de 2016 e 2017 para o DIGI, aprovado pelo diretor executivo do ISM. Este plano de trabalho contou com cinco eixos de atuação do departamento conforme segue descrição abaixo: (i) Geração de conhecimento, investigação e redes de investigação; (ii) Desenvolvimento de Sistemas de informação e análises de políticas sociais; (iii) Desenvolvimento de pensamento estratégico e orientação de políticas; (iv) Difusão de conhecimento e (v) Capacitação e formação de Recursos Humanos. (INSTITUTO

⁶¹De acordo informações prestadas da equipe executiva do ISM, Marcelo Setaro Montes de Oca é doutor em ciência política pela Universidade da República (UDELAR). Trabalhou como consultor em projetos do PNUD, da UNICEF e do Banco Mundial. Para saber mais, ver <http://www.ismercosur.org/institucional/equipo/?lang=pt-br>. Acesso em 04 de junho de 2019.

SOCIAL DEL MERCOSUR, 2017a)

3.2.1.2.5 Geração de conhecimento, investigação e redes de investigação

O primeiro eixo de atuação, conforme informe de gestão (2017a), de Geração de conhecimento, investigação e redes de investigação foram composto por quatro projetos que o departamento iria implementar em que seriam a série de perfis nacionais de proteção social: o Estudo comparado sobre a proteção social no MERCOSUL, a série de avanços e implementação do PEAS e o estudo para o fortalecimento do desenho de gestão de programas sociais estratégicos.

Com relação ao projeto Perfis Nacionais de Proteção social - PNPS, foram realizados quatro informes de consultoria pelos países da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai sendo realizadas posteriormente quatro publicações. (INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR, 2019) Ainda, estima-se que para o ano de 2019 possa ser lançado um livro com o trabalho feito sobre esse projeto. (INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR, 2019)

Já o Estudo comparativo sobre a proteção social no MERCOSUL, resultou no projeto “cidadania em zonas de fronteira” que resultou em uma elaboração de diagnóstico e livro a respeito dos dispositivos jurídicos, administrativos e de programas vigentes as populações que vivem nas regiões. Esta pesquisa resultou em outras demais três obras da coleção cidadania em fronteira, lançadas no meses de outubro e novembro de 2018, intituladas “Políticas Sociais no MERCOSUL – Estrutura dos organismos públicos de oferta dos serviços sociais”; “Cidadania Social no MERCOSUL - Acesso a serviços sociais em regiões de fronteira” e o livro “Integração Social na Fronteira no MERCOSUL - Referências bibliográficas, grupos de pesquisa e observatórios sobre fronteiras”.⁶² (INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR, 2019)

Já o terceiro projeto de avanços e implementação do PEAS, que tinha como propósito informar as ações e avanços da implementação do plano, foi realizado uma obra em dezembro de 2017 funcionando como um primeiro documento técnico que colabora para a discussão política aos países membros da região. (INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR, 2017a) Em parceria com o departamento de

⁶²Para saber mais, ver: <http://www.ismercosur.org/biblioteca/> Acesso em 14 de junho de 2019.

Comunicação, foram criados a identidade visual da agenda, para uso de campanhas, e também um site de referência, que engloba enunciados de cada um dos eixos.⁶³

O quarto projeto referente ao Estudo do fortalecimento e o desenho, implementação e gestão de programas sociais estratégicos, tem como objetivo estabelecer uma linha de discussão que apontem para uma melhora nos sistemas de gestão de programas sociais. (INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR, 2017a). Este projeto não foi informado nos últimos dois relatórios referentes ao período de 2018 sobre o seu andamento.

3.2.1.2.4.1 Desenvolvimento de Sistemas de Informação e Análises de Políticas Sociais

No que tange o segundo eixo de atuação e plano de trabalho, descrito como desenvolvimento de sistema de Informações e análises de políticas sociais - DIGI tem dois projetos que trabalham com o Sistema de Informação do MERCOSUL sobre Políticas e Indicadores sociais - SIMPIS, bem como novamente, o sistema de avaliação e monitoramento do PEAS.

Com relação ao SIMPIS, foi instaurado o Observatório MERCOSUL de políticas sociais - OMPS, em que, de acordo com Informe Anual (2018) estão se construindo e selecionando os indicadores para se trabalhar com o Observatório. Este observatório foi tratado anteriormente, quando foi exposto o trabalho do Parlasul (seção 3.2.1.1) De acordo com notícia realizada no site do MERCOSUL, este observatório irá funcionar como uma revista acadêmica de Políticas Públicas e a agenda de temas relevantes no debate. Prevê-se também a realização de cursos e eventos de formação.⁶⁴

Já com relação à criação do Sistema de avaliação e monitoramento do PEAS, além do descrito na seção anterior (3.2.1.3.6) foi criado o Sistema de Informação do Plano Estratégico de Ação Social - SI-PEAS para que diferentes instâncias do bloco possam comunicar suas ações e reuniões que se realizam para dar cumprimento ao

⁶³Demais informações sobre o PEAS serão trabalhadas posteriormente na seção 3.2.2.2 referentes a agenda política do bloco.

⁶⁴Para saber mais, ver: https://www.mercosur.int/pt-br/agenda-de-trabalho-do-ism-preve-criac_ao-de-observatorio-de-politicas-uma-revista-cientifica-e-definicao-de-temas-prioritarios-de-pesquisa-em-politicas-sociais/ Acesso em 02 de maio de 2019.

PEAS. (INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR, 2019) Este sistema foi criado para que instâncias governamentais, pesquisadores e interessados tenham acesso a notícias e informações sobre as diferentes ações que estão sendo executadas para cumprir com os objetivos do plano.⁶⁵

3.2.1.2.4.2 Difusão de conhecimento, capacitação e formação de recursos humanos

Nesse eixo, desenvolveram-se dois projetos previstos no plano de trabalho de 2016-2017, consolidando-se em quatro a partir do informativo de 2018 com os projetos da Revista MERCOSUL de Políticas Sociales - RMPS; a Escola de Inverno ISM; o Prêmio MERCOSUL de Investigación em Políticas Sociales e o projeto redes de conhecimento.

Com relação a Revista MERCOSUL de Políticas Sociales - RMPS, já prevista no relatório de 2016-2017, esta conta com uma banca de 34 avaliadores, em que já foram criadas duas edições. A primeira, de acordo com a Revista (2019) consta com 13 trabalhos acadêmicos, sendo estes 12 artigos e 1 ensaio. Já a segunda edição da revista (2019), foram apresentados 17 trabalhos, sendo estes 16 artigos e um ensaio. No total foram realizados 30 trabalhos acadêmicos, sendo estes 24 em espanhol e 06 em português.

Já a Escola de Inverso do ISM, de acordo com Relatório (2018) tem como objetivo contribuir com o eixo de atuação número cinco de capacitação e formação de recursos humanos. A escola de inverso do ISM visa propor três diferentes cursos na modalidade de capacitação presencial, a distância e mistos para funcionários governamentais, o quadro permanente do bloco, bem como demais públicos específicos. As demandas deverão vir por parte dos Estados membros, em que as temáticas deverão atender demandas definidas a partir de prioridades instrumentais, setoriais, ou intersetoriais para atender as demandas específicas dos dirigentes e executivos do MERCOSUL. (INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR, 2018)

O prêmio MERCOSUL de investigação em Políticas Sociales, foi descrita como uma iniciativa que visa promover e dar reconhecimento a produção de conhecimento científico sobre as políticas sociais da região. (INSTITUTO SOCIAL DEL

⁶⁵Para saber mais, ver: <http://peas.ismercosur.org/pt/formularios-2/> Acesso 03 de junho de 2019.

MERCOSUR, 2017a; 2018) O prêmio encontra-se na sua segunda edição, em que a primeira foi com o tema de estudos e políticas sociais do Paraguai no ano de 2018. Já em 2019, o prêmio será em torno do tema Estatuto de Cidadania do MERCOSUL. Esta iniciativa tem como objetivo incentivar investigadores de graduação e pós-graduação a trabalharem sobre o tema, em que as melhores teses serão premiadas o valor de \$1.000,00 (mil dólares).⁶⁶ (INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR, 2019)

Por fim, o projeto redes de conhecimento do DIGI foi lançado no ano de 2018, de acordo com informativos do mesmo ano, em que pretende-se firmar acordos de trabalho e convênios, por meio do ISM junto a Centros de Investigação, universidades, entre outras instituições. Instituições que hoje se fazem presente enquanto parceiras do ISM, de acordo com Relatório (2019) são as a Universidade da República do Uruguai, a Universidade de Buenos Aires, a Universidade General Sarmiento da Argentina e a Universidade de Grande Dourados, no Brasil.

3.2.1.2.5 Departamento de Promoção e Intercâmbio de Políticas Sociais Regionais

O Departamento de Promoção e Intercâmbio de Políticas Sociais Regionais, segundo Decisão CMC Nº037/2008, completa a geração de instâncias técnicas de diálogo, bem como políticas sociais regionais com práticas que promovam a identificação de cooperação entre os Estados.

Este departamento, conforme apontam relatórios de gestão 2015-2016 (2017a), o relatório de 2017 (2017c), bem como o relatório semestral de 2018 (2018), estavam sem estrutura vigente, bem como chefe de departamento desde 2015. De acordo com relatório de gestão (2018), em 23 de junho, se constituiu um concurso para provimento da vaga de diretor do departamento, em que se candidataram 45 candidatos, passando para a etapa posterior 10 candidatos, sendo selecionado o argentino Nahuel Odone⁶⁷, doutor em Estudos Internacionais pela Universidade do

⁶⁶Para saber mais, ver: <http://www.ismercosur.org/premiomercosur/> Acesso em 28 de maio de 2019.

⁶⁷De acordo informações prestadas da equipe executiva do ISM, Nahuel Odone foi assessor do presidente da Comissão de Assuntos Municipais e do Secretário da Comissão do MERCOSUL da Câmara de Deputados argentina. Trabalhou também como consultor do Centro Studi di Politica Internazionale (CeSPI), em Itália e América Latina, no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em El Salvador e Honduras, e na Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUUDI) em Moçambique. Para saber mais, ver: <http://www.ismercosur.org/institucional/equipo/?lang=pt-br> Acesso em 22 de maio de 2019.

País Basco, assumindo o cargo de chefe do departamento em setembro de 2018. (INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR, 2019)

Segundo notícia apresentada no dia 21 de novembro de 2018, pelo ISM (2019), o Departamento de Promoção e Intercâmbio de Políticas Sociais Regionais já consta com um plano de trabalho para o ano de 2019, ainda não disponível no meio eletrônico do Instituto. No entanto, conforme ata da 30ª Reunião do Conselho do ISM, sabe-se que o presente plano de trabalho tem como objetivo articular a agenda PEAS com as atividades de cooperação do ISM. Além disso, o chefe do departamento Nahuel Oddone apontou a necessidade de vincular o PEAS com a agenda 2030 e os objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas.

Ainda de acordo com a Ata (2019) as delegações participantes avaliaram positivamente a apresentação do plano elaborado pelo atual chefe do departamento e se comprometeram em colaborar com a vinculação do ISM, com seus diferentes representantes dos Estados partes.

3.2.1.3 Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos - IPPDH

A fim de fornecer uma adequada atenção à temática de direitos humanos, a Decisão CMC Nº14/09 criou o Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos - IPPDH para contribuir com o fortalecimento do Estado de Direito nos Estados pertencentes ao bloco. Esta instituição vincula-se como instância técnica de pesquisa no campo de política de direitos humanos junto a Reunião de Alta Autoridades na Área de Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL- RAADH⁶⁸.

⁶⁸A Reunião de alta Autoridades na área de direitos humanos e chancelarias do Mercosul, foi uma instância criada diretamente com vinculação ao CMC, mediante decisão CMC Nº40/2004, para que pudessem ser debatidos, através de autoridades dos estados membros, o tema de Direitos Humanos no MERCOSUL. As autoridades que compõem o RAADH são o Ministro do Ministério de Justiça e Direitos Humanos da Argentina; a Ministra do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos do Brasil; a Diretora de Políticas Multilaterais do Ministério de relações exteriores do Paraguai e a Diretora Adjunta de Direitos Humanos e Direito do Ministério de relações exteriores do Uruguai. Para saber mais, ver: <http://gd.mercosur.int/SAM/GestDoc/pubweb.nsf/Organo?ReadForm&lang=POR&id=2A6673DDB3B3CDDE032573FA00559546> Acesso em 05 de junho de 2019.

Figura 4 - Missão e visão do Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos



Missão e Visão do Instituto Social do Mercosul - ISM	
Missão	Visão
Fortalecer os direitos humanos como um eixo fundamental da identidade e integração regional mediante a cooperação e coordenação de políticas públicas.	Ser um organismo regional de referência por suas ações estratégicas em políticas públicas em direitos humanos desde o sul.

Fonte: Elaborada pelo autor. Adaptado de IPPDH (2019)

De acordo com o art. 2º da Decisão CMC Nº14/09, em que se vinculam a missão e organização do IPPDH, seus objetivos são de contribuir para o desenho, segmento e consolidação de Políticas Públicas de Direitos Humanos, incluindo como pilar identitário e desenvolvimento no MERCOSUL. (MERCOSUL;2009) Ainda, as funções do Instituto são as seguintes: (i) Cooperar no desenho, implementação e adoção de políticas públicas de direitos humanos, tomando como base os instrumentos de sistemas interamericanos e Nações Unidas; (ii) Contribuir para harmonização normativa dos Estados Partes para Promoção de políticas em Direitos Humanos; (iii) Prestar assistência técnica a funcionários que trabalham com o tema nos Estados membros e (iv) Oferecer um espaço permanente de reflexão e diálogo entre os funcionários e organizações da sociedade civil sobre Políticas Públicas. (MERCOSUL;2009)

O IPPDH foi Instituído sua sede em Buenos Aires, na Argentina, mediante Decisão CMC Nº32/09, em que também, no presente documento, constam deliberações enquanto sua personalidade jurídica e imunidade de jurisdição.⁶⁹ Já sua estrutura organizacional, foi aprovada em 2 de agosto de 2010, mediante Decisão CMC Nº12/10, o primeiro modelo, revisto pela Decisão CMC Nº55/2015, conforme segue abaixo:

⁶⁹Para saber mais, ler Decisão CMC Nº 32/09.

Figura 5 - Organograma do Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos



Fonte: Retirado de IPPDH (2019)

Segundo Decisões (2010;2015) e organograma, o IPPDH possui o Conselho de representantes Governamentais que se configura como órgão diretor do Instituto. Este conselho tem como funções definir, submeter proposta de plano de trabalho e fazer a prestação de execução do Instituto ao RAADH, bem como supervisionar as atividades e entregas do IPPDH, mediante reuniões trimestrais, para que a prestação mencionada anteriormente possa ser entregue. (MERCOSUL;2015) Atualmente, de acordo com o IPPDH (2019), o conselho conta com três representantes titulares da Argentina, dois do Brasil e Uruguai e dois representantes (um titular e outro suplente) do Paraguai⁷⁰.

Já o secretário executivo, similar ao diretor no ISM e designado por um período de dois anos, para que possa existir a representação de cada Estado Parte no período proposto. (MERCOSUL;2010) Também, o secretário executivo é responsável pelo cumprimento e conjunto das atividades administrativas, técnicas e financeiras a partir dos departamentos, bem como propor e executar convênios no que refere a materiais e competências do IPPDH⁷¹ (MERCOSUL;2010) Atualmente o cargo é representado

⁷⁰Para saber mais, ver: <http://www.ippdh.mercosur.int/pt-br/conselho/> Acesso em 06/06/2019.

⁷¹Caso o chefe executivo venha a se ausentar, será substituído por um dos chefes de departamento do IPPDH, segundo art. 8 de Decisão CMC Nº 55/2015.

pelo diplomata paraguaio, Juan Miguel González Bibolini⁷².

Já os departamentos são compostos, segundo Decisão (2010), paritariamente por técnicos nacionais de cada Estado, correspondendo a cinco setores: (i) Departamento de relações institucionais; (ii) Departamento de pesquisa e gestão da informação; (iii) Departamento de assistência técnica; (iv) Departamento de comunicação e cultura e (v) Departamento administrativo e recursos humanos. Diferentemente dos relatórios de gestão do ISM, os relatórios de gestão anuais do IPPDH (2010-2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018) apresentam suas principais entregas a partir dos objetivos estratégicos do Instituto, sem classificar as atividades partir dos departamentos da organização. Com isso, a presente pesquisa apresenta as principais competências dos departamentos, sem aprofundar com outros resultados pertinentes a eles, conforme foi realizado no ISM.

O Departamento de Relações Institucionais, tem como diretora a brasileira Andressa Caldas⁷³ e uma equipe de três especialistas compondo o setor. Ao departamento, compete, segundo Decisão CMC Nº55/2015 as seguintes atribuições: (i) Relacionar-se com instâncias como o RAADH, bem como demais organismos do MERCOSUL e possíveis organismos internacionais externos; (ii) Promover a participação social e promover articulação da sociedade civil em instâncias do MERCOSUL e outros blocos; (iii) Facilitar o diálogo e espaço de reflexão entre funcionários do bloco e associados sobre políticas sociais regionais de direitos humanos e (iv) Coordenar a infraestrutura de eventos institucionais do IPPDH. (MERCOSUL;2015)

O departamento de Pesquisa e Gestão da Informação, tem como diretor o uruguaio Javier Palummo⁷⁴ e uma equipe de seis especialistas compondo o setor. Ao

⁷²Juan Miguel González Bibolini, de acordo informações extraídas do IPPDH (2019), “trabalhou como Diretor Geral de Direitos Humanos, Diretor da PROPARAGUAY e foi Coordenador de Planejamento Político do Ministério de Relações Exteriores. Foi coordenador no Conselho de Direitos Humanos da ONU, Vice-presidente da Comissão de Assuntos Migratórios da OEA, coordenador do programa de cooperação internacional Sul-Sul em direitos humanos entre outros”. Para saber mais ver: <http://www.ippdh.mercosur.int/pt-br/secretaria-executiva/> Acesso 25 de maio de 2019.

⁷³Segundo informações extraídas do IPPDH, Andressa Caldas “foi coordenadora Jurídica e Diretora Executiva da organização de direitos humanos Justiça Global (2001-2014). Desenvolveu pesquisas e consultorias sobre direitos humanos, movimentos sociais e políticas públicas.” para saber mais ver: <http://www.ippdh.mercosur.int/pt-br/secretaria-executiva/>. Acesso em 29 de maio de 2019.

⁷⁴Segundo informações extraídas do IPPDH, Javier Palummo “Exerceu como advogado e consultor na área do direito internacional dos direitos humanos. Pesquisador e docente na mesma temática, tanto no âmbito nacional quanto no internacional. Publicou estudos sobre diversos temas na área dos direitos humanos. Atuou como especialista da Comissão Interamericana de Derechos Humanos, agencias da ONU e a Secretaria do MERCOSUL, entre outros.” para saber mais ver

departamento, compete, segundo Decisão CMC N°55/2015 as seguintes atribuições: (i) Realizar pesquisas sobre temas ligados a promoção de Direitos Humanos solicitados pela RAADH; (ii) Elaborar diagnósticos, análises, propostas e estudos comparados orientados a melhorar as políticas sociais em Direitos Humanos na região; (iii) Realizar estudos de harmonização e adequação normativa para a implementação de políticas públicas entre os estados da região e estados associados; (iv) Organizar eventos como cursos, oficinas e mesas de discussão sobre direitos humanos; (v) Desenvolver sistemas de informação sobre institucionalidade em Direitos Humanos no MERCOSUL e (vi) Realizar levantamento de instrumentos de Direitos Humanos internacionais utilizado pelos Estados Partes. (MERCOSUL;2015)

Já o departamento de Assistência Técnica consta atualmente sem diretor, tendo uma equipe de quatro especialistas atuando no setor.⁷⁵ Ao departamento, compete, segundo Decisão CMC N°55/2015 as seguintes atribuições: (i) Desenhar, acompanhar e avaliar as políticas públicas sociais regionais e nacionais de Direitos Humanos; (ii) Desenvolver instrumentos para avaliação de políticas públicas; (iii) Realizar propostas de harmonização e adequação normativa de políticas públicas de proteção aos Direitos Humanos e (iv) Desenvolver atividades de capacitação em temas de Direitos humanos para os funcionários dos Estados parte que lidam com o tema. (MERCOSUL;2015)

O Departamento de Comunicação e Cultura conta atualmente com a diretora paraguaia Corina Leguizamon⁷⁶ e uma equipe de cinco especialistas atuando no setor. Ao departamento, compete, segundo Decisão CMC N°55/2015 as seguintes atribuições: (i) Definir o conteúdo trabalhado em matéria de Direitos Humanos no MERCOSUL em coordenação com demais instâncias, conforme as diretrizes estabelecidas em Decisão CMC N°47/14; (ii) Desenvolver a Identidade Visual do IPPDH, bem como atividades relacionadas de comunicação pública e externa; (iii) Desenvolver campanhas de informação e sensibilização sobre políticas de Direitos Humanos e (iv) Desenvolver projetos culturais, em matéria de Direitos Humanos,

<http://www.ippdh.mercosur.int/pt-br/secretaria-executiva/>. Acesso em 30 de maio de 2019.

⁷⁵Para saber mais ver <http://www.ippdh.mercosur.int/pt-br/secretaria-executiva/>. Acesso em 30 de maio de 2019.

⁷⁶Segundo informações extraídas do IPPDH, Corina Leguizamon “Trabalhou desde 2003 no âmbito da comunicação e dos direitos humanos em organizações não governamentais, organismos internacionais e instituições do Estado paraguaio. Também exerceu a docência universitária desde 2007.” para saber mais ver <http://www.ippdh.mercosur.int/pt-br/secretaria-executiva/>. Acesso em 30 de maio de 2019.

podendo ser coordenado em conjunto com a Reunião de Ministros de Cultura - RMC do MERCOSUL. (MERCOSUL;2014)

Por último, o Departamento de Administração e Recursos Humanos, igual ao departamento de Assistência Técnica, não possui atualmente um diretor responsável; no entanto, conta com uma equipe de sete especialistas atuando no setor. Ao departamento, compete, segundo Decisão CMC Nº55/2015 as seguintes atribuições: (i) Realizar as atividades referentes à Administração executiva, financeira, orçamentária e de Recursos Humanos do IPPDH e (ii) Executar o gerenciamento de projetos desenvolvidos com recursos provenientes dos Estados Parte do MERCOSUL, bem como o FOCEM no que couber ao IPPDH em matéria de Direitos Humanos.

Com relação aos materiais e eventos que o Instituto realiza, menciona-se aqui os principais disponíveis no site Institucional do IPPDH. O IPPDH, de acordo com o seu site (2019), conta com cinco projetos trabalhados, sendo dois destes ainda em andamento. O primeiro projeto, iniciado em 2015, chama-se “Projeto de Cooperação Humanitária Internacional para Migrantes, Apátridas, Refugiados e Vítimas de Tráfico de Pessoas”. Neste trabalho, os objetivos e ações do trabalho correspondem a realizar estudos transversais relacionados a migrações haitianas, segurança alimentar e propor diálogos interregionais para troca de experiências e desenvolvimento de boas práticas dentro do MERCOSUL e países associados⁷⁷. (IPPDH;2015) Já o segundo projeto denominado Cooperação Sul-Sul, iniciado em 2018, tem como principal objetivo fortalecer as capacidades institucionais do MERCOSUL através de ações de capacitação para o desenvolvimento de sistemas de informação e gestão, com vistas a avançar em matérias de políticas públicas de direitos humanos na região⁷⁸. (IPPDH;2018)

O IPPDH possui também a Escola Internacional de Direitos Humanos que, de acordo com informações coletadas do seu próprio regulamento (2018), atende às exigências de ser um espaço de capacitação através de demandas exigidas no que diz respeito ao tema de Direitos Humanos.⁷⁹ Já com relação a publicações, o IPPDH já produziu cerca de 30 materiais que vão desde manuais como o último criado no ano de 2018 denominado “Manual sobre o uso da linguagem inclusiva não-sexista”

⁷⁷Para saber mais, ver: <http://www.ippdh.mercosur.int/pt-br/projetos/>. Acesso em 30 de maio de 2019.

⁷⁸Para saber mais, ver: <http://www.ippdh.mercosur.int/pt-br/projetos/>. Acesso em 30 de maio de 2019

⁷⁹Para saber mais, ver: <http://www.ippdh.mercosur.int/pt-br/escola/>. Acesso em 03 de junho de 2019

elaborado pela Comissão Permanente de Gênero e Direito das Mulheres da RAADH, até mesmo programas como publicado em 2015 denominado “Programa de Ações e Atividades para Garantir os Direitos de Crianças e Adolescentes Migrantes e seus Familiares”, elaborado pelo Instituto, colaborando com a discussão do Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul - PEAS, que será discutido posteriormente.

Por último, o IPPDH conta também com três acervos próprios de base de dados que é o Sistema de Indicadores em Direitos Humanos do MERCOSUL - INDHICA, o Sistema de Informação sobre Institucionalidade em Direitos Humanos do MERCOSUL - SISUR e o Acervo Documental CONDOR que é um acervo documental sobre informações de violações de Direitos Humanos que ocorreram nos regimes militares e contextos de repressão na América Latina. De acordo também com o relatório de gestão de 2018, o Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos neste ano de 2019 completará 10 anos e realizará uma série de atividades culturais, já previstas, em seu cronograma que poderão ser conferidos em seu site institucional, ou também em suas redes sociais como LinkedIn, Twitter, Instagram e Facebook. (IPPDH;2018)

3.2.1.4 Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL - FOCEM

O Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL, criado mediante decisões Decisão CMC N°45/2004, Decisão CMC N°18/2005, Decisão CMC N°22/2015 é um fundo destinado para financiamento de projetos do MERCOSUL, funcionando como um mecanismo solidário de financiamento dos Estados Partes da região com o objetivo de reduzir as assimetrias do bloco. (FOCEM;2019) Este fundo tem como objetivos, de acordo com Decisão CMC de 2005 que estabelece suas normas para integração e funcionamento, desenvolver projetos que estejam inseridos nos seguintes programas: (i) Programa de convergência estrutural; (ii) Programa de Desenvolvimento da Competitividade; (iii) Programa de Coesão Social e (iv) Programa de Fortalecimento de Estrutura Institucional e do Processo de Integração. Com vistas a fornecer uma maior exposição dos projetos referentes a agenda social do MERCOSUL, está presente seção fará o recorte de apresentação dos programas de número três e número quatro do fundo.

No que tange ao Programa de Coesão Social, o FOCEM conta com 07 projetos

em diferentes etapas de execução, sendo estes 03 realizados no Uruguai, 02 no Paraguai e 02 na Argentina. (FOCEM;2019) Os projetos realizados no Uruguai, dois encontram-se em execução etapa de execução que são os programas “Economia Social de Fronteira” e o “Desenvolvimento de Capacidades e Infraestrutura para Classificadores Informais de Resíduos Urbanos nas Localidades do Interior do Uruguai.”⁸⁰

De acordo com o projeto Economia Social de Fronteira, aprovado pela Decisão CMC N°08/07, este visa apoiar comunidades locais, construindo 100 unidades produtivas na região de fronteira a partir das três principais atividades: (i) Apoiar econômico e tecnicamente micro empreendimentos, associações localizadas nas fronteiras do Uruguai com os países da Argentina e Brasil;(ii) Criar e consolidar redes econômicas microrregionais e (iii) Realizar mapeamento dos mercados microrregionais para saber sobre possibilidades de complementaridade produtiva. O respectivo projeto recebeu o suporte do fundo de \$ 1.646.820,00 (Um milhão, seiscentos e quarenta e seis mil e oitocentos e vinte dólares), estando na respectiva fase de auditoria final para conclusão do projeto.

Já o projeto Desenvolvimento de Capacidades e Infraestrutura para Classificadores Informais de Resíduos Urbanos nas Localidades do Interior do Uruguai, aprovado pela Decisão CMC N°11/07 tinha como objetivo melhorar a capacidade e infraestrutura de participação de recicladores nos modelos de gestão de lixo urbano na região de fronteira. O projeto tinha as seguintes etapas: (i) Introduzir através de um plano piloto os recicladores junto à gestão de lixo urbano da região; (ii) Realizar boas práticas para inclusão trabalhista dos recicladores de lixo urbano informais;(iii) Fortalecer a gestão do lixo urbano junto a capacidade de intervenção ligada ao setor informal e as organizações da sociedade civil participantes e (iv) Promover o acesso ao pleno direito das famílias dos recicladores participantes. O projeto recebeu um suporte de \$ 1.882.000,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e dois mil dólares), executou todas as atividades pertinentes ao projeto, restando apenas a prestação de contas de uma aquisição de maquinário, que foi prorrogada a compra

⁸⁰O terceiro projeto finalizado, correspondente ao programa de Coesão Social intitulava-se Intervenções Múltiplas em Assentamentos Localizados em Territórios de Fronteira com Situações de Extrema Pobreza e Emergência Sanitária, Ambiental e Habitacional. Para saber mais, ver: <https://focem.mercosur.int/pt/projeto/intervencoes-multiplas-em-assentamentos-localizados-em-territorios-de-fronteira-com-situacoes-de-extrema-pobreza-e-emergencia-sanitaria-ambiental-e-habitacional/> Acesso em 02 de junho de 2019.

em 2017.

Ambos os projetos propostos pelo Paraguai se encontram em fase de execução, tendo sido aprovados no ano de 2007 e 2008. O Primeiro, denominado “*MERCOSUL Roga*” aprovado mediante Decisão CMC N°08/2007, tem como objetivos a construção de 1088 moradias, localizadas em 09 regiões de assentamento urbanos e regiões de fronteira do Paraguai. (MERCOSUL;2007) O projeto recebeu um suporte de \$ 9.705.882,00 (nove milhões, setecentos e cinco mil e oitocentos e oitenta e dois dólares), estando pendentes a segunda etapa de realização deste trabalho.

O segundo projeto paraguaio, denominado “*MERCOSUL YPORÃ - Promoção de acesso à água potável e saneamento básico em comunidades em situação de pobreza e de extrema pobreza*”, foi aprovado mediante Decisão CMC N°11/08 e tem como objetivos beneficiar 8 comunidades, aumentando para 09 na região do Paraguai. (MERCOSUL;2008) Este visa, por via de fornecimento de saneamento básico, diminuir a incidência de doenças de origem hídrica, fortalecendo as regiões assistidas. (MERCOSUL;2008) O projeto recebeu um suporte de \$ 2.071.270,00 (dois milhões, setenta e um mil e duzentos e setenta dólares)⁸¹

Já os projetos realizados pela Argentina, ambos se encontram em fase de execução. O primeiro projeto, intitulado *Intervenções Integrais nos Edifícios de Ensino Obrigatório nos Departamentos General Obligado, Vera, 9 de Julio, Garay e San Javier – Província de Santa Fé*, aprovado pelas decisões CMC N°08/10 e CMC N°04/14 tem como objetivo realizar a ampliação e adequação de 72 centros educacionais de nível inicial, primeiro e secundários na província de Santa Fé. (MERCOSUL;2014) O projeto recebeu o suporte de \$ 12.683.275,44 (doze milhões, seiscentos e oitenta e três mil, duzentos e setenta e cinco com quarenta e quatro dólares).

O segundo projeto argentino, denominado “*Polo de desenvolvimento local e regional da Universidad Nacional Arturo Jauretche no município de Florencio Varela*”, foi aprovado pela decisão DEC.CMC N°45/12 e tem como objetivo desenvolver a Universidade Arturo Jauretche como no centro de desenvolvimento social e produtivo

⁸¹Este presente projeto encontra-se com seu formulário de execução publicado no portal do FOCEM. No entanto, ainda nesta instância eletrônica, o projeto encontra-se em fase de execução. Para saber mais, ver: <https://focem.mercosur.int/pt/projeto/mercosul-ypora-promocao-de-acesso-a-agua-potave-l-e-saneamento-basico-em-comunidades-em-situacao-de-pobreza-e-de-extrema-pobreza/> Acesso em: 31 de maio de 2019.

na região. (MERCOSUL;2012) O projeto recebeu o suporte de \$ 21.950.370,00 (vinte e um milhões, novecentos e cinquenta mil, trezentos e setenta dólares). Este projeto ainda se encontra em fases iniciais de implementação, de acordo com relatório apresentado. (MERCOSUL;2012)

Já para o eixo do Programa de Fortalecimento de Estrutura Institucional e do Processo de Integração, foram realizados três projetos com vistas a fortalecer a promoção da agenda social do bloco.

O primeiro projeto denominado *“Construindo uma Infraestrutura para a Proteção e Promoção dos Direitos Humanos no MERCOSUL”*, foi aprovado pela Dec. CMC N° 44/12 e tinha como objetivos, a partir do IPPDH como organismo executor, fortalecer institucionalmente tanto o Instituto, como também Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos e Chanceleres do MERCOSUL e Estados Associados. O projeto encontra-se finalizado e recebeu um suporte de \$ 503.000,00 (Quinhentos e três mil dólares).

O segundo, denominado *“MERCOSUL Social: fortalecimento do Instituto Social do MERCOSUL e consolidação do Plano Estratégico de Ação Social”*, aprovado mediante DEC.CMC N°37/15. Este projeto teve como órgão executor o ISM, tendo como objetivos, além da sua estruturação institucional, consolidar um maior desenvolvimento do PEAS e o aumento de produção científica e intercâmbio de conhecimento na região.(MERCOSUL;2015)⁸² O projeto recebeu o suporte de \$433.200,00 (Quatrocentos e trinta e três mil e duzentos dólares), em que já foi executado.

Por fim, o último projeto que ainda se encontra em fase de execução, denomina-se *“Fortalecendo capacidades institucionais para a gestão de políticas públicas em Direitos Humanos no MERCOSUL”* foi executado pelo IPPDH mediante Decisão CMC N° 07/17. Este projeto tem como objetivos elaborar uma das bases de indicadores da Instituição, denominada SISUR - Sistema de Informação sobre Institucionalidade em Direitos Humanos do MERCOSUL, que no momento já se encontra acessível e disponível para consultas⁸³, além de realizar a Escola de formação em Direitos Humanos, que também se encontra em funcionamento.

⁸²Para saber mais, ver: <https://focem.mercosur.int/pt/projeto/mercosul-social-fortalecimento-do-instituto-social-do-mercosul-e-consolidacao-do-plano-estrategico-de-acao-social/>. Acesso em 31 de maio de 2019.

⁸³Para saber mais, ver: <http://sisur.ippdh.mercosur.int/>. Acesso 03 de junho de 2019.

(MERCOSUL;2017) Para este projeto, o IPPDH conta com um suporte de \$415.800,00 (quatrocentos e quinze mil e oitocentos dólares).

3.2.1.5 Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL - CCMASM

A Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL - CCMASM foi criada a partir da Decisão CMC N°39/08 para funcionar como um órgão auxiliar diretamente vinculado ao CMC e colaborar com a coordenação regional de política social no bloco, a partir da necessidade vinculada desde 2006 da criação de uma agenda de desenvolvimento regional, que posteriormente viria a se consolidar denominando-se o Plano Estratégico de Ação Social - PEAS do MERCOSUL. De acordo com o PEAS (2012), a comissão é um órgão que abarca todas reuniões da área social mediante trabalho multisetorial e entre diferentes ministérios. A Comissão veio por meio de decisão posterior a criação do ISM; no entanto, com vistas a atender os objetivos deste órgão o mesmo se somou enquanto órgão estratégico deliberativo vinculado ao Instituto, por meio da articulação com a RMADS. (MERCOSUL;2008)

Entre suas principais atribuições, o CCMASM tem como funções: (i) Apresentar e coordenar propostas técnicas de implementação da agenda PEAS, por meio do ISM; (ii) propor ao conselho a adoção de projetos sociais regionais específicos; (iii) Promover projetos regionais sociais que venham a atender os objetivos e programas nacionais, com vistas a diminuir as assimetrias do bloco; (iv) Identificar possíveis fontes de financiamento para os projetos sociais e (v) supervisionar os projetos sociais regionais aprovados pelo CMC. (MERCOSUL;2008)

Para o cumprimento de suas funções, de acordo com Decisão (MERCOSUL;2008) o mesmo não irá se sobrepor com propostas através das agendas de trabalho das reuniões de ministros e das reuniões especializadas com vistas a atender e trabalhar com a demanda social do bloco.⁸⁴ Ao todo, conforme consta em repositórios de reuniões, do CCMASM realizou cerca de 10 reuniões, enquanto comissão (2018), sem no entanto ter realizado em 2014 algum encontro, representando uma ruptura nos trabalhos naquele período. A partir de 2015 também,

⁸⁴Para saber mais, ler Decisão CMC N°39/08.

a partir da disponibilidade institucional do portal de pesquisa, diminuíram-se as reuniões ordinárias anuais, saindo de uma média de 2,3 reuniões entre os anos de 2011 a 2013, para 1,25 reuniões nos anos subsequentes. Nas presentes atas, em todos os momentos estiveram presentes a discussão da agenda PEAS, sua implementação, elaboração de indicadores, bem como a divulgação do relatório de avanços da agenda.

Também, foram parte dos conteúdos o mecanismo de diálogo e construção de políticas grupos de trabalho especializados, menções a secretaria técnica permanente e um modelo de plano de trabalho bianual de 2017 a 2018 para a agenda PEAS disponível, porém incompleto, com os determinantes e possíveis atuações da Comissão. Somado a isso, percebe-se uma não linearidade entre as presentes atas, bem como desatualização do portal, podendo ser identificável sob dificuldade quantos encontros houveram, os arquivos não se encontram traduzidos em ambos os idiomas, algumas reuniões os arquivos são só em espanhol, outras em português, entre outras inconsistências.

Identifica-se com isso, a importância da Instância para o avanço da agenda Política do PEAS, mesmo que em outras discussões não se tenha conseguido o acesso aos avanços e implementações, a partir dos instrumentos disponíveis no repositório virtual.

3.2.1.6 Unidade de Apoio à Participação Social do MERCOSUL - UPS

A Unidade de Apoio à Participação Social do MERCOSUL (UPS), criada mediante Decisão CMC Nº 65/10 e posteriormente Decisão CMC Nº 30/17, representa uma unidade de coordenação criada para administrar as cúpulas sociais, a fim de promover um canal de diálogo entre a sociedade civil, os movimentos sociais e o bloco. Entende-se por cúpulas sociais as reuniões criadas semestralmente por organizações da sociedade civil e movimentos sociais dos Estados Parte para tomar posicionamento político e social sobre diferentes aspectos.

Esta instância criou vinculação à secretaria do Mercosul - SM a partir de 2017, sendo compostas por dois técnicos administrativos e tem as seguintes funções: (i) Apoiar a organização das cúpulas sociais (ii) administrar o financiamento da

participação social em eventos e atividades do Mercosul; (iii) Receber, analisar e responder às solicitações dos movimentos sociais dos Estados Partes e (iv) coordenar ações e atividades para a participação dessas instâncias no bloco. Com relação as cúpulas sociais criadas até o presente momento, irá completar 14 anos desde seu primeiro encontro realizado em 2006, em que se obteve um registro de 581 instâncias representantes da sociedade civil e movimentos sociais do bloco.

Destas, temos a participação de 235 organizações, sendo 346 somente catalogadas. 171 organizações provenientes deste registro são da Argentina, 154 da Venezuela, 85 do Brasil, 83 do Uruguai, 72 organizações do Paraguai e 16 organizações da Bolívia. Acredita-se que pelo expressivo número dos três primeiros países elencados acima, também diz respeito a respectiva participação do governo que ocorreu com a ascensão dos partidos progressistas na região⁸⁵, bem como um crescente investimento, como foi visto anteriormente no caso do FOCEM, em projetos no país do Uruguai, colaborando com o correspondente significativo de 85% da participação nesse movimento.

Por área temática, temos 17 tipos de organizações e movimentos sociais do MERCOSUL. O percentual de organização por respectivos temas encontram-se vinculados a Direitos Humanos (22,5%); LGBT (8,1%); Juventude (7,7%); Gênero (6%); agricultura familiar e campesina (4,5%); cooperativismo, economia social e solidária (3,9%); ambiente (3,9%); cultura (3,8%); afrodescentes (3,6%); trabalho e direitos laborais (3,3%); integração regional (2,9%); povos indígenas (2,7%); imigrantes (2,1%); universidade (2,1%); comunicação (1,9%) e vivência e habitat (1,5%). Entretanto, o catálogo tem um registro expressivo de 105 organizações, correspondendo a 18,1%, que encontram-se especificada como outros e com necessidade de especificação.

Podemos inferir o número expressivo de organizações pelo tema de direitos humanos, cerca de 131 organizações e movimentos sociais catalogados, a partir do trabalho que vem sendo feito por instâncias como o IPPDH de fornecimento de bases, indicadores, mas também campanhas e eventos de promoção e discussão do debate. Uma outra hipótese, pode ser explicada a partir do trabalho que foi construído com o Estatuto de Cidadania do Mercosul e a constante preocupação do bloco em instituir

⁸⁵Granato (2015) aborda que os países Argentina, Brasil e Venezuela foram significativos para a implementação de pactos e acordos expressivos no momento de consolidação pós-hegemonia destes governos. Para saber mais, ler Granato (2015)

instâncias de representação democrática, desde a sua construção, como foi mencionado anteriormente em seu perpassar histórico.

No espaço destinado a divulgação de reuniões e atas de trabalhos abordados em outras instâncias, não foi possível coletar informações a respeito da UPS. Em seu site somente consta com a apresentação dos dados estatísticos referentes às organizações cadastradas e participantes, sem nenhum registro de relatórios anuais de atividades, como foi o caso do ISM e IPPDH.⁸⁶

3.2.2 Agenda Política

Por Daguerre e Rompaey (2011), entende-se que a agenda política do MERCOSUL surge em decorrência do modelo de Estado implementado de acordo com o regime político e de governo existente em um determinado período de análise. Neste presente trabalho, serão analisados o Estatuto de Cidadania do MERCOSUL e o Plano Estratégico de Ação Social (PEAS) como principais instrumentos consolidados a partir de 2003 com a entrada dos governos progressistas da região.

3.2.2.1 O Estatuto de Cidadania do MERCOSUL

A primeira agenda política analisada nesta presente pesquisa, diz respeito às instâncias estabelecidas de cidadania para a garantia do estabelecimento da democracia⁸⁷ representativa instaurada e consolidada na região, após a queda dos regimes militares em toda a América Latina. Conforme foi exposto anteriormente, desde o histórico de consolidação do bloco de integração do MERCOSUL, existiu-se a preocupação de consolidar os regimes democráticos na região, bem como resgatar, por meio de projetos como o “Condor” realizado pelo IPPDH, os principais

⁸⁶Para saber mais ver <https://registroups.mercosur.int/>. Acesso em 05 de junho de 2019.

⁸⁷Entende-se por democracia, o que Granato e Costa (2016) trabalham como um conceito de direitos e liberdades vindos dos processos de unificação territorial nos séculos XVIII e XIX, para o estabelecimento de democracias representativas nos Estados. O conceito de cidadania, ainda pelos autores (2016, pg.1) abordam um duplo desafio nacional e supranacional, que demandam o reconhecimento de novas dimensões e o compartilhamento de formas de organização e gestão de interesses coletivos.

acontecimentos e violações de Direitos Humanos que ocorreram, durante o período repressão.

Diante deste cenário, em dezembro de 2010, mediante Decisão CMC N°64/10, o MERCOSUL estabeleceu, conforme art. 01 deste documento, um plano de ação para formulação progressiva do Estatuto da Cidadania do MERCOSUL, revisado posteriormente por Decisão CMC N°32/17. Os principais objetivos deste Estatuto permeiam na implementação de políticas de livre circulação de pessoas na região; igualdade de direitos a todos os nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, bem como igualdade de condições e acesso a trabalho, educação e saúde.

Mediante este escopo, foram desenhados um conjunto de 11 diretrizes, integrando os foros representativos de cada tema, para alcançar as metas delimitadas, presentes também no documento, e objetivos do Estatuto⁸⁸.

⁸⁸A pesquisa obteve uma considerável dificuldade para sistematização dos dados, em razão do trabalho exposto sobre o Estatuto não estar sistematizado, de acordo com suas diretrizes em documentos como a Cartilha da Cidadania do MERCOSUL. Para saber mais, ver Cartilha (2019).

Tabela 3 - Plano de Ação - Estatuto da Cidadania (Dec.CMC Nº 64/10 e Dec. CMC Nº 32/17)

Plano de Ação - Estatuto da Cidadania (Dec.CMC Nº 64/10 e Dec. CMC Nº 32/17)			
DIRETRIZES	METAS	NORMATIVAS	FOROS
1. Circulação de Pessoas	1.1 Facilitação de trânsito e de circulação no espaço do MERCOSUL	Res. GMC Nº 08/92 Res. GMC Nº 43/92 Dec. CMC Nº 18/94 Res. GMC Nº 35/02 Dec. CMC Nº 53/08 Res. GMC Nº 28/05 Dec. CMC Nº 18/08 Dec. CMC Nº 21/12 Dec. CMC Nº 37/14 Dec. CMC Nº 46/15	Reunião de Ministros da Justiça Reunião de Ministros do Interior Foro Especializado Migratório Comissão de Comércio do MERCOSUL CCM - CT N. 2 "Assuntos Aduaneiros" SGT N. 18 - Integração Fronteiriça
	1.2 Simplificação e agilização de trâmites de controle migratório, harmonização gradual de documentos aduaneiros e migratórios	Res. GMC Nº 121/96 Res. GMC Nº 122/96 Res. GMC Nº 29/98 Res. GMC Nº 21/99 Dec. CMC Nº 44/00 Dec. CMC Nº 45/00 Res. GMC Nº 66/00 Dec. CMC Nº 28/02 - Acordo Nº 13 y Nº 14 Dec. CMC Nº 37/04 Dec. CMC Nº 25/07 Dec. CMC Nº 09/09 Dec. CMC Nº 21/11 Dec. CMC Nº 20/12 Dec. CMC Nº 04/11 Dec. CMC Nº 19/17	
2. Fronteiras	2.1 Implantação e ampliação gradual de áreas de controle integrado	Dec. CMC Nº 01/96 Res. GMC Nº 77/99 Dec. CMC Nº 04/00 Dec. CMC Nº 05/00 Res. GMC Nº 74/00 Dec. CMC Nº 18/14 Dec. CMC Nº 53/15 Dec. CMC Nº 20/17	Reunião de Ministros do Interior Foro Especializado Migratório Comissão de Comércio do MERCOSUL
	2.2 Revisão de acordo de Recife e Instrumentos correlatos	Dec. CMC/DEC. Nº 18/14	CCM - CT N. 2 "Assuntos Aduaneiros"
	2.3 Acordos sobre Localidades Fronteiriças vinculadas ao MERCOSUL	Res. GMC Nº 29/07	SGT N. 18 - Integração Fronteiriça
3. Identificação	3.1 Harmonização de informações para emissão de documentos de identificação nos Estados Partes do Mercosul	N/I	Reunião de Ministros da Justiça Reunião de Ministros do Interior Foro Especializado Migratório
	3.2 Inserção da denominação MERCOSUL nas cédulas de identidade nacionais	N/I	Comissão de Comércio do MERCOSUL CCM - CT N. 2 "Assuntos Aduaneiros" SGT N. 18 - Integração Fronteiriça
4. Documentos e cooperação consular	4.1 Ampliação de casos de dispensa de tradução, consularização, e legalização de documentos	Dec. CMC Nº 44/00* Dec. CMC Nº 45/00**	Reunião de Ministros da Justiça
	4.2 Ampliação dos mecanismos de cooperação consular	Dec. CMC Nº 05/92 Dec. CMC Nº 01/94 Dec. CMC Nº 27/94 Dec. CMC Nº 02/96 Dec. CMC Nº 14/98 Dec. CMC Nº 15/98 Dec. CMC Nº 35/00 Dec. CMC Nº 49/00 Dec. CMC Nº 50/00 Dec. CMC Nº 12/01 Dec. CMC Nº 08/02 Dec. CMC Nº 34/04	Reunião de Ministros do Interior Foro Especializado Migratório Foro de consulta e concertação política GT assuntos jurídicos e consulares
5. Trabalho e Emprego	5.1 Revisão de declaração sociolaboral do MERCOSUL	I Reunião Negociadora - Brasília, 17 de julho de 2015	Reunião de Ministros do Trabalho Grupo Mercado Comum
	5.2 Fortalecimento do funcionamento da comissão sociolaboral		SGT N. 10 "Assuntos Laborais, Emprego e Seguridade Social"
	5.3 Fortalecimento do Observatório do Mercado de trabalho	Dec. CMC Nº 04/06	
	5.4 Desenvolvimento de diretrizes sobre emprego	Dec. CMC Nº 19/97 Res. CMC Nº 59/98 Dec. CMC Nº 32/04 Dec. CMC Nº 12/08 Dec. CMC Nº 45/08 Dec. CMC Nº 06/09 Rec. CMC Nº 02/14 Dec. CMC Nº 20/14	

	5.5 Desenvolvimento de plano regional em matéria de trabalho infantil	N/I	
	5.6 Desenvolvimento de plano regional em matéria de inspeção de trabalho	Dec. CMC Nº 32/06	
	5.7 Desenvolvimento de plano regional em matéria de facilitação da circulação de trabalhadores	2010 - Guia Dirigido aos Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL - Como Trabalhar nos Países do MERCOSUL	
6. Previdência	6.1 Integração dos cadastros de informações previdenciárias e trabalhistas dos Estados Partes	N/I	Grupo Mercado Comum
	6.2 Estabelecimento de um programa de Educação Previdenciária do MERCOSUL	N/I	SGT N. 10 "Assuntos Laborais, Emprego e Seguridade Social"
7. Educação	7.1 Simplificação de trâmites para efeitos de equivalência de estudos de ensino superior	Dec. CMC Nº 04/99 Dec. CMC Nº 21/06	Reunião de Ministros da Educação
	7.2 Aprofundamento do Sistema ARCU-SUL (Dec. CMC Nº 17/08)	Dec. CMC Nº 04/94 Dec. CMC Nº 07/95 Dec. CMC Nº 26/02 Dec. CMC Nº 06/06 Dec. CMC Nº 15/08 Dec. CMC Nº 17/08	
	7.3 Criação de um Acordo-Quadro de mobilidade para a consolidação de mobilidade e intercâmbios acadêmicos	Dec. CMC Nº 08/96 Dec. CMC Nº 09/96 Dec. CMC Nº 21/06 Dec. CMC Nº 16/14	
8. Transporte	8.1 Criação de um sistema de consulta sobre informações de veículos pelos Estados Partes	Res. GMC Nº 33/14	Grupo Mercado Comum
	8.2 Definições de características comuns que deverá ter a Patente MERCOSUL	Dec. CMC Nº 53/10 Res. GMC Nº 33/14	SGT N. 5 "Transportes"
9. Comunicação	9.1 Ações para redução de tarifas e preços para comunicação entre os países do MERCOSUL	Res. GMC Nº 66/97	Grupo Mercado Comum
	9.2 Ações para extensão do tratamento de serviços de telecomunicações sem fio em zonas de fronteira	N/I	SGT N. 1 " Comunicações"
10. Defesa do Consumidor	10.1 Criação de um sistema MERCOSUL de Defesa do Consumidor	Res. CMC Nº 120/94 Res. CMC Nº 126/94 Dec. CMC Nº 03/98 Dec. CMC Nº 04/98 Res. GMC Nº 42/98	Comissão de Comércio do MERCOSUL CT N. 7 "Defesa do Consumidor"
11. Direitos Políticos	11.1 Avaliar as condições para avançar progressivamente no estabelecimento de direitos políticos no MERCOSUL	N/I	Reunião de Ministros da Justiça Reunião de Ministros do Interior

Fonte: Elaborado pelo autor. Extraído de <http://www.cartillaciudadania.mercosur.int/website/es> . Acesso em 14 de maio de 2019

Como pode ser visto na tabela 3, das vinte e sete metas estabelecidas para execução do plano de Estatuto da Cidadania, foi possível detectar cerca de 80 normativas de trabalho diretamente relacionadas ao assunto. (CARTILHA DE CIDADANIA DO MERCOSUL; 2019) A partir da análise de metas, vinte já possuem algum trabalho de Decisão, ou Resolução que trate a respeito do assunto. (tabela 3) Já sete metas estabelecidas pelo plano, correspondendo ao percentual de 25,9%, de acordo com a tabela 3, ainda não foram trabalhadas, ou não foi possível ser identificada alguma normativa.

De acordo com a Cartilha de Cidadania do MERCOSUL (2019), as principais diretrizes que foram trabalhadas correspondem a número 1, sobre circulação de pessoas (25 normativas realizadas); depois a diretriz número 4, sobre documentos e cooperação consular (14 normativas realizadas); seguidas pelas diretrizes de número 7 sobre educação (12 normativas realizadas) e a diretriz número 5, sobre Trabalho e Emprego com 10 normativas, um guia, bem como uma reunião negociadora para implementação das metas propostas.

Pode-se inferir que, pelo caráter em que foram implementadas as políticas sociais na América Latina, conforme visto anteriormente, em que foram iniciadas a partir de perspectivas laborais, o MERCOSUL encontra-se alinhado com essas prerrogativas já detectadas anteriormente. Além disso, pode-se compreender o número significativo de normativas realizadas para tratar da diretriz número 1 (tabela 3), em razão do longo período em que o bloco esteve direcionado a execuções restritas a aspectos comerciais e econômicos do bloco. Outra observação pertinente a respeito das diretrizes mais trabalhadas, no que diz respeito a de número 7 sobre educação, a mesma, mesmo sendo a com um menor número representativo de foro para trabalho (01 Instância representativa), de acordo com Decisão atualizada CMC N°32/17 encontra-se como a terceira diretriz mais trabalhada no escopo de Cidadania do MERCOSUL (tabela 3).

No que diz respeito às metas não trabalhadas, ou não detectadas até o presente momento (3.1, 3.2, 5.5, 6.1, 6.2, 9.2 e 11.1) cabe um presente monitoramento, bem como a possibilidade de ampliação da análise sobre esses indicadores a partir do novo modelo de Estado que está estruturando na região. Como, por exemplo, as diretrizes de número 06 que trabalha com o assunto sobre previdência e a diretriz de número 11 que aborda condições de avanços de Direitos

Políticos, em que ambos são temas que estão sendo discutidos e reestruturados na região latino americana como pode ser percebido no Brasil.

3.2.2.2 O Plano Estratégico de Ação Social - PEAS

O Plano Estratégico de Ação Social - PEAS, configura-se como um projeto político e estratégico de integração social que busca retirar o enfoque utilitarista e economicista do bloco e o insere em uma perspectiva integral de bem-estar consolidando a Dimensão Social do MERCOSUL. (ISM;2012) A construção de mecanismos suportes como agendas e guias de desenvolvimento, surge, conforme aborda Soares (2016), com a eclosão no cenário mundial dos primeiros sinais de escassez de divisas nos anos de 1987, analisado por relatórios como o elaborado pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMED que culminou com a agenda ODM, por exemplo, com elementos que buscam compartilhar eixos econômicos, sociais e físicos para as nações aderirem em busca de se reduzir suas atuais desigualdades e assimetrias nas nações.

Concomitante a época, representada com as recorrentes crises que ocorreram na segunda metade da década de 1990, mencionados anteriormente, a ascensão de governos progressistas protagonizados por governos da Argentina e Brasil culminou com reestruturações de antigas alianças e blocos, como foi o caso do MERCOSUL. (ISM;2012) Neste período, também, foram representados pela reconfiguração política de países como Venezuela, Bolívia, Uruguai, Equador, Paraguai e Peru transferindo o olhar de importação na periferia de modelos e paradigmas do centro para a construção de metodologias que tivessem como recorte da América Latina como um todo, o que culminou com a construção da agenda PEAS, bem como outras construídas por diferentes instâncias internacionais⁸⁹. (ISM,2012; GARCIA et. al 2019)

⁸⁹Estima-se que hoje existam cerca de 07 agendas de desenvolvimento que dialogam internacionalmente com os países latino americanos e buscam colaborar e trazer a perspectiva política e social ao debate. Para saber mais, ver GARCÍA, et. all (2019).

3.2.2.2.1 Antecedentes e a consolidação da agenda PEAS

Em 2006, através da 30ª Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, realizada em Córdoba, debateu-se a pobreza extrema no bloco, criando um grupo de trabalho para se trabalhar sobre o assunto, oficializado através da Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social (RMADS), que culminou com a Comissão de coordenação de ministros de assuntos sociais do Mercosul - CCMASM, abordada anteriormente. (PEAS;2019a) A partir de 2007, somados a criação do Instituto Social do Mercosul, iniciou-se os trabalhos da construção da agenda, existindo uma primeira versão do documento preliminar Plano Estratégico de Ação Social - PEAS, apresentado em uma cúpula realizada no Brasil, em 2009, no estado da Bahia (INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL; 2012). Após a apresentação deste primeiro documento, foi revisto para a construção de um modelo final, em que foi aprovado pelo Conselho do Mercado Comum do Sul no ano de 2011, mediante Decisão CMC Nº12/11, durante a presidência *pro Tempore* do Paraguai. (PEAS;2019)

Neste documento, foi consolidada uma agenda com 10 eixos, 26 diretrizes 105 objetivos prioritários de ação⁹⁰ em que foi trabalhado por diferentes instâncias do Mercosul até hoje, tendo sua primeira fase durante os anos de 2011 a 2015. (PEAS;2017) Neste período, durante as presidências *pro tempore* da Argentina, Brasil e Paraguai, foram sugeridos uma sistematização das ações executadas com vinculação ao PEAS, até então não propostas, culminando com uma nova revisão, ficando a cargo da coordenação do ISM a partir de 2016, conforme breve menção anteriormente no trabalho. (PEAS;2017)

Em que, a partir da designação e participação da presidência *pro tempore* do Uruguai, junto ao ISM iniciou o processo de revisão das atividades construídas nesse período, bem como construiu-se uma metodologia de trabalho e conteúdo para dar prosseguimento ao processo de controle e execução deste plano (PEAS;2019b) O processo de revisão metodológico, de acordo com o PEAS (2019b) no período de 2011 a 2015, contou com cerca de 250 ações, estando vinculados diretamente ao plano 22 âmbitos do bloco, participando para a construção e efetivação desta agenda.

⁹⁰Este plano, conforme documento de avaliação (2017) foi pautado respeitando normativas internacionais de Direitos Humanos. Para saber mais, ler PEAS (2017).

Tabela 4 - As dimensões do Plano Estratégico de Ação Social

Setor Político Social	Eixo
Seguridade e Assistência social	Eixo I Erradicar a fome, a pobreza e combater as desigualdades sociais
	Eixo II Garantir os direitos humanos, a assistência humanitária e a igualdade étnica, racial e de gênero
	Eixo V Valorizar e promover a diversidade cultural
	Eixo IX Assegurar o diálogo social
Direitos e regulações laborais	Eixo VI Garantir a inclusão produtiva
	Eixo VII Assegurar o acesso ao trabalho decente e aos direitos previdenciários
Saúde	Eixo III Universalizar a saúde pública
Educação	Eixo IV Universalizar a educação e erradicar o analfabetismo
Outro não vinculado (não relacionado com política social)	Eixo VIII Promover a sustentabilidade ambiental
	Eixo X Estabelecer mecanismos de cooperação regional para a implementação e financiamento de políticas sociais

Fonte: Elaborado pelo autor. Adaptado de PEAS (2012)

Destas 22 instâncias, 16 são diretamente relacionadas a reuniões especializadas e de ministros sobre diferentes temas; dois configuram-se como apoios institucionais como a Secretaria do Mercosul e o IPPDH; além de termos outras instâncias com o mesmo caráter estrutural como o Parlamento do MERCOSUL e a UPS, incluindo o âmbito legislativo e da sociedade civil de participação. Somados a essas instâncias, os âmbitos relacionados com o PEAS também se encontram no Foro Consultivo Econômico e Social⁹¹ e a instância do alto representante geral do MERCOSUL⁹².

Após o início do processo de implementação metodológico de revisão, que contou com o apoio de uma Empresa de Consultoria⁹³ contratada mediante concurso público para esse fim, foram identificados mais 10 instâncias, representando um total de 32 âmbitos institucionais, em que 19 foram contatadas durante esta avaliação do ano de 2017, em que 12 completaram o formulário, sendo possível construir, junto

⁹¹Para saber mais ver <https://www.mercosur.int/pt-br/participacao-social/>. Acesso em 03 de junho de 2019

⁹²Para saber mais ver <https://www.mercosur.int/pt-br/participacao-social/>. Acesso em 03 de junho de 2019

⁹³Para saber mais ver <http://www.ismercosur.org/biblioteca/download-category/convocatorias/?dlpage=1>. Acesso em 27 de maio de 2019

com os instrumentos já então detectados um maior panorama de trabalho, vinculado ao plano, conforme será exposto a seguir.⁹⁴

3.2.2.2.2 Os eixos de atuação do PEAS

Conforme exposto anteriormente, o Plano Estratégico de Ação Social, conta com 10 eixos de atuação, 26 diretrizes de ação e 105 objetivos prioritários de execução da proposta de implementação da agenda social do bloco. (PEAS;2012) Os eixos, tomando como pressuposto o referencial abordado de Filgueira (2015), abordado anteriormente, conta com quatro eixos de segurança e assistência social; dois eixos de direitos e regulações laborais, um eixo correspondendo ao setor de saúde e um eixo correspondendo ao setor de educação. Soma-se a essa agenda, dois eixos específicos, não diretamente relacionados com políticas sociais que são o eixo número VIII de promoção de sustentabilidade ambiental e o eixo número VIII de estabelecimento de mecanismos de cooperação regional para a implementação de políticas sociais, correspondendo a um eixo mais institucional do MERCOSUL.⁹⁵


O Plano, através das cúpulas sociais também contou com cerca de 18 recomendações da sociedade civil, conforme exposto pela Secretaria Geral da Presidência da República do Brasil, sistematizado através de Martins (2012) que será exposto na presente pesquisa para uma maior elucidação da abrangência da agenda. Para isso, o presente trabalho abordará os eixos, as diretrizes e as recomendações da sociedade civil, adicionando em anexo (anexo 1) os 105 objetivos prioritários para eventuais consultas, podendo servir como instrumento de análises posteriores. Ainda, a partir da tentativa de sistematização do relatório de avaliação e avanços de implementação do PEAS de 2017 a pesquisa trará as principais ações detectadas segmentando pelos eixos correspondentes.⁹⁶

⁹⁴Este panorama foi composto a partir de 14 áreas de atuação que o PEAS engloba. A presente pesquisa buscou vincular estas áreas diretamente com os eixos e objetivos de atuação do plano, para uma melhor análise da agenda, enquanto instrumento metodológico para implementação de políticas públicas sociais.

⁹⁵Para saber mais, ver PEAS (2012).

⁹⁶Para essa elucidação, a presente pesquisa encontrou dificuldades pelo plano não existir uma coesão de exposição de informações correspondentes a cada eixo, setorizando em questões como Saúde, Educação, Juventude, etc. Um outro ponto que cabe ressalva é que o plano, ao mencionar as atividades linkadas a cada setor, também não expôs de maneira linear de disposição dos eixos, bem como diretrizes e objetivos atingidos. Para saber mais, ver plano de avaliação e avanços de implementação

Figura 6 - PEAS | EIXO 1: Erradicar a fome, a pobreza e combater as desigualdades sociais



Diretriz	Recomendações Cúpulas Sociais
Diretriz 1: Garantir a segurança alimentar e nutricional	Recomendação 1: Promover a segurança alimentar das populações da região; fortalecer a agricultura familiar, a economia solidária e o cooperativismo
Diretriz 2: Promover políticas distributivas observando a perspectiva de gênero, idade, raça e etnia	Recomendação 2: Assegurar que os benefícios advindos da integração sejam distribuídos de forma equânime, revertendo-se em melhoria da qualidade de vida de nossas populações

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Martins (2012)

O primeiro eixo, de acordo com a Figura 6, correspondente ao setor de segurança e assistência social, tem como escopo⁹⁷ implementar políticas de erradicação da fome e pobreza, além de buscar a diminuição de desigualdade social, focando-se primeiramente em garantir a segurança alimentar nutricional e promover políticas distributivas de maneira equitativa a população.

A partir das recomendações da sociedade civil e movimentos sociais (Figura 6), criou-se duas recomendações, somando-se as perspectivas anteriores incluindo também o fortalecimento da agricultura familiar, a economia solidária e o cooperativismo. Segundo o documento de avaliações e avanços na implementação do PEAS (2017), foram realizadas como principais atividades as seguintes elencadas a seguir: (i) Projeto Gênero, Pobreza e Desenvolvimento; (ii) Projeto editorial de alimentos tradicionais; (iii) Diagnóstico da economia social em zonas de fronteira; (iv)

(2017).

⁹⁷Entende-se como escopo a soma total de objetivos e produtos, que um projeto, ou neste caso eixo de atuação pode compor.

Figura 7 - PEAS | EIXO 2: Garantir os direitos humanos, a assistência humanitária e a igualdade étnica, racial e de gênero



Diretriz	Recomendações Cúpulas Sociais
Diretriz 3: Assegurar os direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais, sem discriminação por motivo de gênero, idade, raça, etnia, orientação sexual, religião, opinião, origem nacional ou social, condição econômica, pessoas com deficiência ou qualquer outra condição	Recomendação 3: Definir estratégias de cooperação contra a violência e a discriminação sexual, racial e étnica, a prostituição infantil e o tráfico de seres humanos
Diretriz 4: Garantir que a livre circulação no Mercosul seja acompanhada do pleno gozo dos direitos humanos Diretriz 5: Fortalecer a assistência humanitária Diretriz 6: Ampliar a participação das mulheres nos cargos de liderança e decisão no âmbito das entidades representativas	Recomendação 4: Promover e proteger os direitos humanos no Mercosul e Estados associados, assegurar os direitos dos povos originários, particularmente nas regiões de fronteira, e reconhecer as vulnerabilidades dos migrantes e refugiados. Elaborar uma declaração de compromisso para a promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente
Diretriz 5: Fortalecer a assistência humanitária Diretriz 6: Ampliar a participação das mulheres nos cargos de liderança e decisão no âmbito das entidades representativas	
Diretriz 6: Ampliar a participação das mulheres nos cargos de liderança e decisão no âmbito das entidades representativas	Recomendação 5: Garantir a participação igualitária de homens e mulheres no Parlamento do Mercosul (Parlasul)

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Martins (2012)

Já o segundo eixo, também correspondente ao setor de segurança e assistência social, tem como escopo a garantia de direitos humanos como a livre circulação da população da região, bem como assegurar os direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais sem discriminação étnica, racial e de gênero. Este eixo aborda quatro diretrizes com estes marcos, ressaltando também a diretriz de número 06 que diz respeito à ampliação de mulheres nos cargos de liderança e decisão no âmbito das entidades representativas. A diretriz foi respaldada a partir da Decisão CMC N°13/2014, criando a Política de Igualdade de Gênero, através das diretrizes da política de Igualdade de Gênero do Mercosul.

A partir desta diretriz, percebe-se que somente em duas instâncias estudadas anteriormente (no FOCEM e o IPPDH) a representatividade de gênero em cargos de liderança são expressivos, correspondendo a mais de 20% do número total de

representantes da Organização. Primeiramente o FOCEM conta com um quadro técnico de 14 servidores, sendo estas 11 mulheres - 78,6%, e 3 homens, representando o total de 21,4% do quadro administrativo e de decisão da Organização.

A segunda organização que pode ser percebida com a busca de igualdade de gênero foi o IPPDH que se expressa como a instituição mais igualitária, no que diz respeito a gênero, pois, até o presente momento, conta com dois representantes da direção do sexo masculino, e duas representantes de direção do sexo feminino. Somasse a essa análise, o número de representantes técnicos, sendo compostos por 13 servidoras mulheres, e 12 servidores técnicos homens.

No Parlasul, temos 24 parlamentares mulheres em um total de 126 representantes legislativos, correspondendo a um percentual de participação de 19%. Cabe menção que, o Brasil encontra-se com o menor número representativo proporcionalmente (13,8%) de mulheres, se comparado com os demais países da região, tendo o segundo maior número de parlamentares neste órgão, correspondendo a 29 vagas reservadas para este espaço. Por último o ISM, em sua direção executiva, temos os cinco cargos de direção ocupados por representantes homens.

Já, tomando como base a perspectiva de análise étnico-racial disponíveis a partir das imagens e fotografias dos servidores dos Institutos, somente no Parlasul, temos um representativo de 07 parlamentares de 126 ao total (correspondendo a 5,5%) de afrodescentes⁹⁸ e no FOCEM, temos dois servidores técnicos de 14 ao total representando 14,3% do grupo de trabalho. Na destinação disponível no site do IPPDH (2019) e ISM não foi possível realizar a mensuração por estar disponíveis as fotos do corpo técnico representativo dessas organizações.

A partir das recomendações da sociedade civil e movimentos sociais (Figura 7), temos a recomendação número 03, com o objetivo realizar e definir estratégias de cooperação contra a violência e discriminação de diferentes segmentos populacionais. Com este trabalho, podemos inferir a execução de alguns trabalhos já mencionados pelo feito IPPDH como as duas campanhas já elaboradas pelo instituto e as diferentes obras e trabalhos técnicos abordados anteriormente. Já a

⁹⁸Reforça-se que não foi possível realizar uma mensuração de representantes indígenas, pois para este tipo de análise, não é feita somente através da análise fenotípica, por exemplo, conforme são realizados em concursos públicos no Brasil.

recomendação de número 04 que tem como objetivos assegurar os direitos dos povos originários, também provenientes da região de campanha, pode ser abordado através das coletâneas feitas pelo ISM, quando foi abordado anteriormente.

O eixo número 2, segundo o documento de avaliações e avanços na implementação do PEAS (2017) é um dos eixos que mais possui atividades interrelacionadas nos diferentes setores em que foi fragmentado o relatório. Com isso, o trabalho adicionou algumas das ações já detectadas e abordadas pelo material. Com ênfase a este trabalho, um dos principais promotores junto ao IPPDH da construção de normativas dessa frente e a Reunião de Ministros e Altas Autoridades em Direitos Humanos e chancelarias do Mercosul - RAADH⁹⁹.

Como principais ações do Mercosul, tivemos as já listadas no IPPDH, bem como a aprovação de um guia regional de identificação e atenção de necessidades especiais e direitos a crianças e adolescentes migrantes; promover a instalação de um observatório para a população afrodescendente a respeito do exercício de direitos humanos e a igualdade de oportunidades; proposta de declaração sobre pessoas incapazes, com recorte em direitos humanos; diretrizes nacionais para uma cultura política de educação e cultura em direitos humanos; atualização da Declaração Sociolaboral do Mercosul; Plano estratégico para prevenção e erradicação do trabalho infantil; Declaração dos ministros sobre o trabalho forçado, buscando um plano de ação para atuação na matéria; portal de orquestras juvenis do MERCOSUL, selo Mercosul CULTURAL, entre outros.

⁹⁹Para saber mais sobre a instancia, ver <http://www.raadh.mercosur.int/pt-br/>

Figura 8 - PEAS | EIXO 3: Universalizar a Saúde Pública



Diretriz	Recomendações Cúpulas Sociais
Diretriz 7: Assegurar o acesso a serviços públicos de saúde integrais, de qualidade e humanizados, como direito básico	Recomendação 6: Os governos devem atentar para as alterações e os avanços nos aspectos assistenciais, sanitários, tecnológicos, ambientais e de recursos humanos nos países do Mercosul e estimular, junto à sociedade civil, a gestão participativa e o controle social da saúde pública
Diretriz 8: Ampliar a capacidade nacional e regional em matéria de pesquisa e desenvolvimento no campo da saúde	
Diretriz 9: Reduzir a morbidade e mortalidade feminina, especialmente por causas evitáveis, em todas as fases do seu ciclo de vida e nos diversos grupos populacionais, sem discriminação de qualquer espécie	

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Martins (2012)

O terceiro eixo representa o tema da saúde no plano, que tem como escopo Universalizar a saúde pública através de três diretrizes que discorrem sobre a ampliação ao acesso a serviços públicos de saúde integrais; ampliar a capacidade nacional e regional em matéria de pesquisa e desenvolvimento no campo da saúde e reduzir a morbidade e mortalidade feminina, o que inclui aqui mortes por feminicídio, por exemplo, e outros tipos de violência. Como recomendação, o ponto estimulado pela sociedade civil foi contribuir mais participativamente do controle social e gestão participativa de saúde pública.¹⁰⁰

Segundo o documento de avaliações e avanços na implementação do PEAS (2017), foram realizadas as principais atividades elencadas a seguir. Primeiramente neste período foram realizados 16 acordos sobre saúde e estratégias de medicamentos por exemplo, sendo assinado uma política de medicamentos comparados MERCOSUL com outros países da região; realizou um primeiro

¹⁰⁰As principais Instâncias sociais que trabalham com o tema de Saúde no MERCOSUL, de acordo com relatório de avaliação de avanços da implementação do PEAS são os seguintes: (i) Reunião de Ministros da Saúde, com treze comissões intergovernamentais, um comitê coordenador e um grupo de trabalho; (ii) Subgrupo de trabalho número 11, com três comissões e 08 grupos/subcomissões de trabalho e (iii) A Comissão Intergovernamental de Determinantes Sociais e Promoção de Saúde do MERCOSUL - CIPDSPS. Para saber mais, ler (2017)

diagnóstico regional sobre a o tratamento de mulheres que sofreram exploração sexual; a atualização também de medicamentos prioritários dos estados partes e a assinatura de declaração sobre posicionamento dos Estados Partes e associados do MERCOSUL em relação a saúde pública, inovação e propriedade intelectual. (INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL;2017). Outra importante construção foi de renovação, segundo o plano de avaliação (2017) da Comissão Nacional assessora em saúde das Fronteiras do MERCOSUL.

Figura 9 - PEAS | EIXO 4: Universalizar a educação e erradicar o analfabetismo



Diretriz	Recomendações Cúpulas Sociais
Diretriz 10: Acordar e executar políticas educativas coordenadas que promovam uma cidadania regional, uma cultura de paz e respeito à democracia, aos direitos humanos e ao meio ambiente	Recomendação 7: Garantir o ensino das línguas portuguesa e espanhola no Mercosul e promover o uso, a preservação e a transmissão das línguas das populações originais da região, especialmente nas áreas de fronteira
Diretriz 11: Promover a educação de qualidade para todos como fator de inclusão social, de desenvolvimento humano e produtivo	
Diretriz 12: Promover a cooperação solidária e o intercâmbio, para o melhoramento dos sistemas educativos	Recomendação 8: Garantir recursos prioritários para o financiamento da educação em todos os níveis
Diretriz 13: Impulsionar e fortalecer os programas de mobilidades de estudantes, estagiários, pesquisadores, gestores, diretores e profissionais	

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Martins (2012)

O quarto eixo representa o setor da Educação no plano, tendo como escopo a busca da Universalização da educação e erradicação do analfabetismo. (FIGURA 9) A partir deste eixo, foram desenhados quatro diretrizes (n. 10,11,12 e 13) em que abordam a melhoria na educação a todos os países membros, a execução de políticas que promovam cidadania regional e fortalecimento de programas de mobilidade, com vistas a fornecer o melhoramento de estudantes, profissionais, bem como os sistemas educativos.¹⁰¹

¹⁰¹Para trabalhar com o setor Educacional, o MERCOSUL atua com um setor denominado Setor

Os grupos da sociedade civil e movimento sociais assinalaram duas demandas, sendo estas a inserção do ensino de línguas portuguesa e espanhola nos países membros, bem como garantir os recursos para financiamento de educação a todos os níveis.

Segundo o documento de avaliações e avanços na implementação do PEAS (2017), existiram 22 principais ações de fortalecimento do eixo de educação no bloco, sendo elas as seguintes conforme exposto a seguir.

Primeiramente, foram construídos oito programas no MERCOSUL (i) Parlamento Juvenil MERCOSUL; (ii) Caminhos do MERCOSUL; (iii) Escolas Interculturais de Fronteira; (iv) Programa de intercâmbio acadêmico de graduação em língua espanhola e portuguesa do MERCOSUL; (v) Programa de apoio ao setor educativo do MERCOSUL - PASEM; (vi) programa MARCA de mobilidade acadêmica regional; (vii) programa núcleo de estudos e investigações em educação superior do MERCOSUL e (viii) Programa de associação universitária para mobilidade de docentes de graduação do MERCOSUL, lidando com diretamente com esse eixo. (ISM;2017)

Somado a isso, temos também a construção de três sistemas como o Sistema Integrado de Mobilidade do MERCOSUL - MERCOSUL; o Sistema Integral de Fomento para a Qualidade dos programas de Pós-Graduação do MERCOSUL e o Sistema de Certificação Regional de Carreiras Universitárias - ARCU-SUR, em que este último já recebeu uma avaliação posterior ao projeto lançado. Além da criação de dois estudos que foram sobre a realidade docente na região latino americana, bem como o estado de ensino de espanhol e português na região.

Por fim, temos também a realização de um protocolo de integração Educativa e Reconhecimento de Certificados e títulos no ensino fundamental e Médio (DECISÃO CMC N°21/10); construção da série de estudos nacionais sobre perfil de proteção social; construção da revista MERCOSUL de Políticas Sociais; a realização de um concurso sobre experiências inovadoras em formação docente, a apresentação de 04 publicações a respeito de normas e políticas docentes de construção regional do MERCOSUL, tendo por fim também a construção de um projeto denominado Rede de

Educativo do MERCOSUL - SEM. Este setor tem como elo principal e estrutura organizacional a Reunião de Ministros de Educação; Comitê de coordenador regional - CCR, com cinco comitês vinculados e quatro comissões regionais para trabalho o trabalho com este eixo. Para saber mais, ver Plano de avaliação (2017)

Universidades a distância.

Figura 10 - PEAS | EIXO 5: Valorizar e promover a diversidade cultural



Diretriz	Recomendações Cúpulas Sociais
Diretriz 14: Promover a consciência de uma identidade cultural regional, valorizando e difundindo a diversidade cultural dos países do Mercosul e de suas culturas regionais	Recomendação 9: Respeitar e valorizar a diversidade cultural, racial, étnica e de gênero da região, além de incorporar os direitos humanos como elemento indissociável da criação de uma cidadania regional
Diretriz 15: Ampliar o acesso aos bens e serviços culturais da região e dinamizar suas indústrias culturais, favorecendo os processos de inclusão social e geração de emprego e renda	Recomendação 10: Ratificar a Convenção da Unesco sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, destacando o acesso à cultura como caminho para inclusão social e construção da cidadania
	Recomendação 11: Incrementar os recursos para a cultura e intensificar o intercâmbio artístico das distintas linguagens – teatro, música, dança, artes circenses, artes visuais, audiovisual, literatura, entre outras

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Martins (2012)

O quinto eixo, de acordo com Figura 10, retorna ao setor de segurança e assistência social, pois tem como escopo valorizar a promoção de diversidade cultural, trazendo duas diretrizes que abordam essa perspectiva. A primeira diz respeito a promoção e consciência de uma identidade regional; já a segunda a busca por ampliar o acesso aos bens e serviços culturais da região, podendo dinamizar os processos de inclusão social geração de renda.

Neste eixo, existiram três recomendações da sociedade civil e movimentos sociais retornando os princípios de direitos humanos para respeito e valorização de diferenças culturais; incorporação de acesso à cultura como caminho de inclusão social e cidadania e também, reforçando a diretriz número 15, incrementar os recursos para cultura, para ser possível acesso aos serviços e intercâmbio artístico. (FIGURA;2010)

Segundo o documento de avaliações e avanços na implementação do PEAS (2017), foram realizadas como principais atividades as seguintes elencadas a seguir. Duas iniciativas de bens culturais como patrimônio cultural do MERCOSUL sendo elas

as Missões Jesuítas Guaranis, Moxos e Chiquitos¹⁰², bem como o reconhecimento das comidas originais como a Empada dos países de Argentina e Uruguai. Foi realizado, em âmbito institucional duas iniciativas de fortalecimento de mecanismos de gestão da comissão de Patrimônio Cultural do MERCOSUL Cultural e a criação da Comissão de Economia criativa e Indústrias Culturais do MERCOSUL.

Também foram feitas uma plataforma denominada Mapa da Diversidade Cultural do Mercosul e o programa “*Más allá de la Guerra: Memoria, reflexión y cultura de la Paz - Por los 150 años de la Guerra Grande*”, trabalhando com o memorial sobre a Guerra Civil Uruguia de 1839 a 1851. Foram criados também o Mapa de Residências Artísticas do Mercosul e a publicação “*A diversidade das expressões culturais: boas práticas no MERCOSUL*”, reforçando também a construção científica como valorização cultural do bloco. Por fim, conforme abordado do plano de avaliação (2017) teve também a criação de um Fórum de Sistema de Informação Cultural do MERCOSUL. (INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR;2007)

Figura 11 - PEAS | EIXO 6: Garantir a inclusão produtiva



Diretriz	Recomendações Cúpulas Sociais
Diretriz 16: Fomentar a integração produtiva, particularmente em regiões de fronteira, com vistas a beneficiar áreas de menor desenvolvimento e segmentos vulneráveis da população	Recomendação 12: Implementar a Declaração Final da Conferência Internacional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural
Diretriz 17: Promover o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, de cooperativas, de agricultura familiar e economia solidária, a integração de redes produtivas, incentivando a complementaridade produtiva no contexto da economia regional	Recomendação 13: Apoiar a pequena e média empresa, o cooperativismo e a economia solidária para a construção de uma sociedade mais justa, para a geração de trabalho decente e renda e para a inclusão das populações excluídas
Diretriz 18: Incorporar a perspectiva de gênero na elaboração de políticas públicas laborais	Recomendação 14: Implementar as recomendações apresentadas pela REAF e pela Reunião Especializada sobre Cooperativismo (RECM)

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Martins (2012)

Já o sexto eixo evidencia o primeiro exemplo de setor de direitos e regulações

¹⁰²Localizadas na Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai

laborais, com vistas a garantia de inclusão produtiva. (FIGURA 11) Este eixo possui três diretrizes, em que além de incluir diferentes promoções de iniciativas, desde cooperativas, redes solidárias e micro e pequenas empresas, introduz a incorporação de perspectiva de gênero para a elaboração de políticas públicas laborais¹⁰³.

As recomendações advindas pela sociedade civil apoiam-se primeiramente em implementações de recomendações já inclusas sobre desenvolvimento de cooperativismo, e outros assuntos representados pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO, sobre reforma agrária e desenvolvimento rural, bem como a construção de uma sociedade mais justa para geração de renda e trabalho digno a populações excluídas.

Pode-se inferir que, o que diz respeito a estas recomendações, por exemplo a de nº 12 já aponta o que foi colocado no referencial desta pesquisa que, infelizmente, o modelo inicial de inclusão de políticas públicas sociais foi um modelo pautado na inclusão laboral, que; no entanto, conforme explicações e vertentes como a teoria da dependência escola autônoma, não foi possível serem elaboradas por razões de nosso passado histórico colonial, e outras estruturas implementadas a partir das elites instauradas na região.

Além disso, soma-se as recomendações como a de número 12 e 14, inserindo a figura de uma organização multilateral como a FAO, por exemplo, para, de alguma forma, forçar um tipo de ação por meio do bloco a essas demandas que, até o presente momento, caso seja analisado com maior profundidade os países da região, podem não estar sendo atendidos. Com relação ao diálogo com a FAO, de acordo com o documento de avaliações e avanços na implementação do PEAS (2017), foi assinado, a partir de resolução GMC N°42/12 o acordo para administração financeira do Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul - FAF.

Além disso, os principais avanços que surgiram foram criadas duas diretrizes que dizem respeito a governança responsável, com vistas à proteção ambiental e também o reconhecimento de agricultura familiar; um protocolo de inspeção sanitária para o apoio da agricultura familiar da região; cerca de cinco cursos puderam trazer formações para jovens de áreas rurais, bem como um curso de negociação

¹⁰³De Acordo com o plano de avaliação do PEAS (2017) hoje o MERCOSUL se encontra com 05 organizações institucionais para trabalhar com a perspectiva sociolaboral do bloco: (i) Reunião de Ministros do Trabalho; (ii) Subgrupo de trabalho N°10 denominado assuntos laborais, emprego e segurança social; (iii) a Comissão Sociolaboral; (iv) O Grupo de Alto nível de Emprego e (v) o Observatório Mercado de Trabalho Mercosul - ONTEM. Para saber mais, ler ISM (2017)

internacional com perspectiva da agricultura familiar; bem como, mediante Decisão CMC N°45/08 um fundo de agricultura familiar - FAF do Mercosul, iniciando seu funcionamento já em 2009, mediante Decisão CMC N°06/09.

Figura 12 - PEAS | EIXO 7: Assegurar o acesso ao trabalho decente e aos direitos previdenciários



Diretriz	Recomendações Cúpulas Sociais
Diretriz 19: Promover a geração de emprego produtivo e trabalho decente na formulação de programas de integração produtiva	Recomendação 15: Observar a centralidade da agenda do emprego e do trabalho digno para a estratégia de crescimento. Implementar a declaração sociolaboral. Garantir o funcionamento do observatório do mercado de trabalho do Mercosu
Diretriz 20: Fortalecer o diálogo social e a negociação coletiva	
Diretriz 21: Consolidar o sistema multilateral de previdência social	

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Martins (2012)

O sétimo eixo, conforme Figura 12, soma-se ao anterior representando o segundo setor de direitos e regulações laborais insere se no PEAS, abordando a segurança de acesso a trabalho decente e direitos previdenciários nos países do MERCOSUL. A partir desse eixo, foram abordados três diretrizes, novamente inserindo a promoção e geração de emprego como formas de integração produtiva, o fortalecimento de diálogo social e negociações coletivas, bem como a consolidação de um sistema multilateral de previdência social.

Como recomendação da sociedade civil e movimentos sociais trouxe novamente a centralidade da agenda de emprego e implementação da Declaração Sociolaboral¹⁰⁴, bem como a garantia de funcionamento do Observatório de Trabalho do MERCOSUL¹⁰⁵. Segundo o documento de avaliações e avanços na implementação do PEAS (2017), os principais avanços que surgiram foram o Grupo

¹⁰⁴Para saber mais, ver <https://www.mercosur.int/pt-br/documento/declaracao-sociolaboral-do-mercossul-publicacao/>. Acesso em 12 de junho de 2019

¹⁰⁵Para saber mais, ver <http://www.observatorio.net/pt/ContenidoQuienes.aspx>. Acesso em 12 de junho de 2019

de Alto Nível da Estratégia MERCOSUL para Crescimento do Emprego GANemple; a instituição de um Mercado de Industrias Cultural do Mercosul - SICSUR¹⁰⁶; bem como ações de fiscalização de trabalhos em zona de fronteira; a elaboração de uma cartilha de assistência social, entre outros.

Figura 13 - PEAS | EIXO 8: Promover a Sustentabilidade Ambiental



Diretriz	Recomendações Cúpulas Sociais
Diretriz 22: Consolidar a temática ambiental como eixo transversal das políticas públicas	Recomendação 16: Os movimentos e organizações sociais e populares devem participar e incidir efetivamente no processo decisório do Mercosul. As cúpulas sociais devem ser apoiadas pelas presidências pro tempore e tornadas permanentes. Os governos devem apoiar a participação direta das organizações da sociedade civil nos Subgrupos de Trabalho e Reuniões Especializadas, além de criar mecanismos para que sejam incorporadas como observadoras nas reuniões do GMC e CMC
Diretriz 23: Promover mudanças em direção a padrões mais sustentáveis de produção e consumo	

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Martins (2012)

O oitavo eixo se insere na demanda ambiental na agenda social, como forma de fazer evidenciar a necessidade de ser trabalhada no bloco, a partir do escopo de promoção de sustentabilidade ambiental na região. Para esse trabalho, foram construídas duas diretrizes de consolidação da temática como eixo transversal de políticas públicas e introduzir nuances para a padrões mais sustentáveis de produção e consumo na região.

Como recomendação da sociedade civil e movimentos sociais, introduziu-se a importância das participações desses coletivos no processo decisório de elementos que interfiram nesse escopo, além de solicitar a inclusão de mecanismos de participação como observadores nas reuniões do GMC e CMC. De acordo com análise realizada sobre a documento de avaliação dos avanços na implementação do

¹⁰⁶Para saber mais, ver <http://sicsur.mercosurcultural.org/>. Acesso em 10 de junho de 2019

PEAS em 2017, não foram mencionadas as principais ações trabalhadas neste eixo diretamente.

Figura 14 - PEAS | EIXO 9: Assegurar o Diálogo Social



Diretriz	Recomendações Cúpulas Sociais
Diretriz 24: Promover o diálogo entre as organizações sociais e órgãos responsáveis pela formulação e gestão de políticas sociais	Recomendação 17: Promover e defender os direitos dos migrantes nos países do Mercosul e Estados associados. Reconhecer o direito humano a migrar e garantir a segurança humana de todos os migrantes independente de seu status migratório. Os governos devem ratificar a Convenção das Nações Unidas para a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e suas Famílias

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Martins (2012)

O nono eixo, conforme figura 14, representa o setor de segurança e assistência social para a promoção de diálogo social, tendo como diretriz o objetivo de representação de organizações sociais para auxílio de formulação de políticas sociais e órgãos responsáveis do MERCOSUL. Este eixo, tem como recomendação da sociedade civil e movimentos sociais, reconhecer os diferentes direitos de migração e segurança da população pertencente a região, bem com a proteção das diferentes famílias que acabam passando por esse tipo de mobilidade.

Conforme exposto anteriormente na análise de demais instâncias, o plano de avaliação (2017) uma série de seminários, cursos e diferentes programas para a promoção e cuidado de direitos humanos, como dois encontros organizados em 2013 e 2014 pelo RMAAM com o alinhamento de políticas de igualdade de gênero; por meio do IPPDH também foi lançado o Projeto de Cooperação Humanitária Internacional para Migrantes, Apátridas, Refugiados e Vítimas de Tráfico de Pessoas, entre outros trabalhos abordados anteriormente.

Figura 15 - PEAS | EIXO 10: Estabelecer mecanismos de cooperação regional para a implementação e financiamento de políticas sociais



Diretriz	Recomendações Cúpulas Sociais
Diretriz 25: Garantir que os projetos prioritários disponham de mecanismos regionais e nacionais de financiamento adequado	Recomendação 18: Promover investimentos para combater as assimetrias e estender os recursos do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), monitorados pela sociedade civil, para projetos de desenvolvimento social
Diretriz 26: Fortalecer o ISM como órgão de apoio técnico à execução do Peas	

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Martins (2012)

Por último, o décimo eixo, conforme o oitavo insere-se uma demanda externa a agenda, como o fortalecimento institucional do MERCOSUL, com vistas a fortalecer o trabalho na sua dimensão social, atendendo às demais demandas elencadas nos eixos anteriores¹⁰⁷. (FIGURA 15) O Eixo tem como escopo estabelecer mecanismos de cooperação regional para a implementação de políticas sociais em que suas duas diretrizes reforçam a necessidade de garantia de financiamento dos projetos que venham a surgir no bloco, bem como o fortalecimento do ISM como órgão de apoio técnico ao PEAS. A recomendação realizada pela sociedade civil e movimentos sociais vinculados ao MERCOSUL, foi a contínua promoção de investimentos por meio do FOCEM e estender para mais projetos de desenvolvimento social na região. De acordo com análise realizada sobre a documento de avaliação dos avanços na implementação do PEAS em 2017, não foram mencionadas as principais ações trabalhadas neste eixo diretamente.

¹⁰⁷Agendas como as ODS também inserem o eixo de parceria e instituições como forma de promoção e fortalecimento institucional, para a promoção de desenvolvimento destas instâncias.

3.2.2.2.3 *Desafios e possíveis perspectivas para o PEAS pós 2015*

A partir das análises feitas sobre os mecanismos institucionais do MERCOSUL, somando-se com a agenda PEAS, inclui-se aqui a principal preocupação que o bloco vem enfrentando com o retorno de período de Instabilidade e novos modelos de governança por toda a região, em especial pela análise do caso brasileiro, representando um recorte analítico pela pesquisa¹⁰⁸. A partir da leitura de decisões e resoluções, vigentes do Mercosul, bem como a análise de discursos feitos pelo ex-presidente do Brasil Michel Temer governo brasileiro e seus ministros até o ano de 2018, não sinalizam, ou traziam preocupações fixas com a temática de desenvolvimento social. Porém, em todos os onze pronunciamentos analisados (2016, 2017, 2018), percebeu-se uma busca por retomar padrões de regionalismo aberto pautados a preocupação comercial, anti ideológica, como foi o caso de ao menos 07 discursos que o objetivo nos últimos anos do bloco de retornar aos preceitos de democracia, direitos humanos e livre mercado.

Um dos penúltimos discursos analisados pelo presidente Michel Temer do Brasil, para o Estado de São Paulo, intitulado Dois destinos, um só objetivo (2018) o presidente firmou menção ao acordo que está sendo firmado a Aliança do Pacífico, que inclui Chile, Colômbia, México e Peru, e o mercado corresponde a um contingente de 470 milhões de pessoas, representando 90% do PIB na região. Em que a partir dessa análise, retornamos ao modelo de sociedade de mercado trabalhado por Santos-Filho (2015), reforçando novamente o cunho comercialista que o modelo poderá se consolidar novamente nos próximos anos.

Já em uma das últimas manifestações realizadas pelo ex-presidente em 18 de dezembro de 2018, o mesmo evidenciou que a proposta do novo governo poderá ser de renovação do bloco, mesmo com posições aparentemente contrárias ao tipo de participação política e econômica vinda pelo processo de integração, pelo atual ministro da economia brasileira Paulo Guedes. (G1;2018) O que retornaria a possíveis explicações do Mercosul a modelos normativos e funcionalistas propostos de

¹⁰⁸Utiliza-se esse recorte em virtude da abrangência e necessidade que uma análise de política comparada mais detalhada com relação aos governos instaurados e substituídos em cada país da região, não sendo o foco deste presente trabalho. Podendo assim, servir de inspiração para futuras pesquisas e outros trabalhos científicos.

integração.

Entretanto, como avanços tivemos neste segundo período de construção da agenda social temos, primeiramente, a ocupação do cargo de Diretor do Departamento de Promoção e Intercâmbio de Políticas Sociais regionais, do ISM, pelo Nahuel Odonne, abordado anteriormente, o que representa uma efetivação de construção de um departamento que terá como objetivo principal a implementação e intercâmbios de políticas sociais regionais na região. A partir dos trabalhos expostos anteriormente pelas diferentes instâncias do MERCOSUL, ficou evidente as atividades e tentativas de esforços de construções de acordos de cooperação e serviços técnicos com esse fim. Entretanto, com a institucionalização deste setor, estima-se que algumas dificuldades procedimentais e também de canais de comunicação possam ser melhorados.

Outro avanço significativo do bloco na perspectiva social foi a construção de duas plataformas de sistemas de indicadores do IPPDH, o INDHICA¹⁰⁹ e o SISUR¹¹⁰, pois a partir dessas ferramentas, será possível estudar com maior profundidade os indicadores e sistemas de proteção de direitos humanos e sociais dos Estados Partes da região.

Como perspectivas mediante acordos e reuniões ordinárias do CMC, temos em dezembro de 2018, ata n° 02 deste presente ano (2018) com avanços na agenda de educação a partir do acordo sobre reconhecimento de títulos de graduação de ensino superior do MERCOSUL. Com isso, torna-se necessário, a partir da análise de conjuntura dos próximos anos e presidências *pro tempore*, como esses mecanismos construídos até o presente momento receberão o suporte adequado, proporcionando o contínuo avanço, a partir dos objetivos estabelecidos no PEAS, bem como reuniões ministeriais e de autoridades no início dos anos 2000.

¹⁰⁹Para saber mais, ver <http://indhica.ippdh.mercosur.int/>. Acesso em 20 de junho de 2019

¹¹⁰Para saber mais, ver <http://sisur.ippdh.mercosur.int/>. Acesso em 20 de junho de 2019.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo expor a construção e consolidação da agenda social do MERCOSUL, apresentando suas instâncias construídas a partir dos anos 2000, como forma de difundir o modelo heterogêneo de regionalismo proposto nos anos de 2003 a 2015. Para isso, desenvolveram-se os conceitos de integração regional, bem como políticas públicas para que pudessem ser compreendidos o processo de construção deste modelo regional proposto.

Pode-se perceber que, através da forma de regionalismo híbrido o modelo se assemelhou a preceitos promulgados pelas escolas latino-americanas estruturalistas, bem como a vertente autônoma e dependentista. Já com relação as políticas sociais, percebemos que tanto a partir do apanhado histórico que foi realizado por Filgueira (2015), quanto no modelo proposto pelo MERCOSUL, o setor com maior propagação e influência para construção de políticas sociais foi o laboral.

No capítulo de análise descritiva deste trabalho foram apresentados, no primeiro momento, as principais Instâncias que trabalham diretamente com a promoção e inclusão social do bloco, bem como instâncias indiretas como o FOCEM, entre outras instâncias deliberativas do MERCOSUL. A partir da agenda Institucional, encontramos o PARLASUL, parlamento representativo da sociedade civil, composta atualmente por 126 parlamentares. Este parlamento possui um site próprio em que se encontram informações pertinentes ao trabalho que vem sendo realizado. No entanto, conforme mencionado anteriormente, cabe ao exposto a falta de equidade de gênero e racial dos mesmos parlamentares que hoje estão representando a sociedade civil no bloco.

Já o Instituto Social do MERCOSUL, percebe-se que ao longo dos relatórios expostos a presente instituição foi se aperfeiçoando, instaurando organizações administrativas, bem como expandindo seu escopo de atuação. Mesmo após o fim dos modelos de Estado que instauraram esta Instituição, no período pós-hegemônico (2003-2015), hoje o ISM conta com o posto de diretor do Departamento de Promoção e Intercâmbio de Políticas Sociais Regionais, em que, possivelmente, nos próximos anos, poderão ser instauradas políticas regionais efetivas por meio deste setor e instância no MERCOSUL.

O Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos também, conforme exposto sobre o ISM, consta institucionalmente e com seus relatórios de gestão, demonstrando um crescente avanço em sua cobertura de ações, sendo a Instituição social do MERCOSUL mais equitativa de gênero, com relação aos cargos de diretoria. Já a Unidade de Apoio à Participação Social do MERCOSUL, a pesquisa encontrou um grande número de representantes de organizações e movimentos sociais, sendo possível inferir uma tentativa de participação efetiva no bloco destas organizações. Porém, não foi possível identificar informações quanto ao número de ações que estas entidades atuaram em conjunto com o bloco.

No segundo momento de análise descritiva desta presente pesquisa foram analisadas as agendas políticas do MERCOSUL. Ambas as agendas (Estatuto Social do MERCOSUL e PEAS) representam um avanço estrutural do bloco, conforme foi apontado também no referencial teórico sobre regionalismo. Estas incluem diferentes temas de atuação, além das destinadas a políticas sociais, como meio ambiente e fortalecimento de Instituições dos Estados Parte. Todavia, enquanto instrumentos e agendas políticas, estas precisam manter uma padronização de informações, para ser acessados com maior facilidade entre pesquisadores e interessados a realizar estudos futuros sobre o impacto dessas duas ferramentas.

Com isso, podemos concluir que a presente pesquisa cumpriu com o objetivo proposto de análise e exposição da agenda social do MERCOSUL. Em razão dos diferentes canais de exposição de informações, o trabalho, mesmo com a metodologia proposta, encontrou dificuldades para o levantamento das informações. No entanto, acredita-se que com a presente pesquisa, se amplia a compreensão a respeito do trabalho social proposto e desenvolvido pelo MERCOSUL, mesmo com as limitações que a agenda possui.

A problemática de falta de acesso a informações disponíveis de maneira centralizada e por outros canais de comunicação poderão ser trabalhadas em pesquisa futura, para construir possíveis diagnósticos e soluções que atendam as demandas específicas deste tipo de Organização. Porém, recomenda-se que para o impulsionamento da agenda social do MERCOSUL, os principais documentos e análises de resultados de avaliações das ações estruturadas pelo bloco possam ser cada aperfeiçoados, para que em outros trabalhos se amplie a discussão da agenda como estudos de modelos de Estados e gestão de nesse contexto.

REFERÊNCIAS

ALCOCK, Pete. The subject of social policy. In: ALCOCK, Pete; ERSKINE, Angus; MAY, Margaret. (eds.). **The Student's Companion to Social Policy**, Blackwell/Social Policy Association, Oxford, 2003. Acesso em 14 de Abril de 2019.

BALTHAZAR, Ubaldo César. Análise dos conceitos de base preliminares à de um Mercado Comum no Cone Sul. **Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos**. Florianópolis, p. 7-22, jan. 1994. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15844/14337>>. Acesso em 20 de junho de 2019.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cincuenta años del pensamiento de la CEPAL: una reseña. In: CEPAL. (org). **Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados**. 1. ed. Santiago: Fondo de Cultura Económica/CEPAL, v. 1, cap. 1, p. 9-61, 1998. Acesso em 14 de Abril de 2019.

BLACKETT, Adelle; LEVESQUE, Christian. "Social regionalism in the global economy," In **Social Regionalism in the Global Economy**. Routledge, New York, 2011. Acesso em 14 de Abril de 2019.

BORON, Atilio A.. Filosofía política moderna. De Hobbes a Marx. In: **Filosofía política moderna. De Hobbes a Marx**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/filopolmpt/filopolmpt.pdf>>. Acesso em 14 de Abril de 2019.

CAPORASO, James A; Keeler, John T.S. The European Community and Regional Integration Theory. In: **Third Biennial International Conference of the European Community Studies Association**. Washington, DC. 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 2º ed, Rio de Janeiro Zahar Editores LTC, 1981.

CASTRO, Marcos F. de. De Westphalia a Seattle: a teoria das relações internacionais em transição. **Cadernos do Rel**, Brasília, n. 20, 2001.

CEPAL. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Record, Chile, 2000. Disponível em <<https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/1607-cinquenta-anos-pensamento-cepal>>. Acesso em 10 de Abril de 2019.

CERVO, Amado L. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo, Editora Saraiva, 2008.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo, Editora Unesp. 2004.

CORREA, Isabela F. **Um estudo sobre a evolução do MERCOSUL: do regionalismo aberto ao regionalismo pós-hegemônico**. 2015. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina). Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015 <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-14062017-123343/pt-br.php>>

Acesso em 07 de Maio de 2019.

DAGUERRE, Juan Andres; ROMPAEY, Karen Van. Que veinte años no es nada... Elementos para un balance político del Mercado Común del Sur (Mercosur) a dos décadas de su fundación. **MERCOSUR 20 años. Elementos para un balance político del bloque regional.** Uruguai, p. 9-82, 2011. Disponível em <https://www.academia.edu/2180094/MERCOSUR_20_a%C3%B1os._Elementos_para_un_balance_pol%C3%ADtico_del_bloque_regional>. Acesso em 13 de Maio de 2019.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, MICHEL TEMER, POR OCASIÃO DA REUNIÃO DE CÚPULA DO MERCOSUL. **Itamaraty**, Brasília, 18 de junho de 2018. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/19047-discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-a-sessao-plenaria-dos-presidentes-dos-estados-partes-do-mercopol-estados-associados-e-convidados-especiais-assuncao-paraquai-18-de-junho-de-2018>>. Acesso em 04 de Maio de 2019.

DRAIBE, Sônia M; RIESCO, Manuel. **El Estado de Bienestar Social en América Latina. Una nueva estrategia de desarrollo.** Madrid, Fundación Carolina, 2009. <<http://www.fundacioncarolina.es/esES/publicaciones/documentostrabajo/Documents/DT31.pdf>> Acesso em 20 de Março de 2019.

FERREIRA, Fabio Vizeu. **Potencialidades da análise histórica nos Estudos Organizacionais brasileiros.** Revista de Administração de Empresas, vol.50, n. 01, Brasil, 2010. Acesso em 20 de Março de 2019.

FERRER, Aldo. La integración fortalece el éxito de nuestros proyectos nacionales. In: MERCOSUR, Instituto Social del (Org.) **PENSAR LA INTEGRACIÓN MIRADAS AL DESARROLLO Y LA DEMOCRACIA.** Assunção, Paraguai, 2012. Disponível em <<http://www.ismercopol.org/download/pensar-la-integracion-miradas-al-desarrollo-y-la-democracia/>>. Acesso em 12 de Maio de 2019.

FILGUEIRA, Fernando. Modelos de desarrollo, matriz del Estado social y herramientas de las políticas sociales latinoamericanas, in CECCHINI, Simone; FILGUEIRA, Fernando, MARTÍNEZ, Rodrigo, ROSSEL, Cecilia (eds.). **Instrumentos de protección social. Caminos latinoamericanos hacia la universalización.** Santiago, CEPAL. 2015. Acesso em 12 de Maio de 2019.

FIORI, José L. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: FIORI, José L.; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. **O mito do colapso do poder americano.** Rio de Janeiro: Record, 2008. Acesso em 12 de Maio de 2019.

FRANZONI, Juliana Martínez. ANCOCHEA, Diego Sánchez “Regímenes de Bienestar en América Latina: tensiones entre universalización y segmentación”. En E. del Pino y J. Rubio (eds.), **Los estados de bienestar en la encrucijada: políticas sociales en perspectiva comparada.** 2 ed., Espanha. 2016.

FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL. **Construindo uma Infraestrutura para a Proteção e Promoção dos Direitos Humanos no MERCOSUL.** Uruguai, 2019. Página Inicial. Disponível em <<https://focem.mercopol.int/pt/projeto/construindo-uma-infraestrutura-para-a-protecao-e-promocao-dos-direitos-humanos-no-mercopol/>>. Acesso em 29 de Abril de 2019.

FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL. **Desenvolvimento de**

Capacidades e Infra-estrutura para Classificadores Informais de Resíduos Urbanos nas Localidades do Interior do Uruguai. Uruguai, 2019. Página Inicial. Disponível em <<https://focem.mercosur.int/pt/projeto/desenvolvimento-de-capacidades-e-infra-estrutura-para-classificadores-informais-de-residuos-urbanos-nas-localidades-do-interior-do-uruguai/>>. Acesso em 30 de Abril de 2019.

FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL. **Economia Social de Fronteira.** Uruguai, 2019. Página Inicial. Disponível em <<https://focem.mercosur.int/pt/projeto/economia-social-de-fronteira/>>. Acesso em 30 de Abril de 2019.

FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL. **Fortalecendo capacidades institucionais para a gestão de políticas públicas em Direitos Humanos no MERCOSUL.** Uruguai, 2019. Página Inicial. Disponível em <<https://focem.mercosur.int/pt/projeto/fortalecendo-capacidades-institucionais-para-a-gestao-de-politicas-publicas-em-direitos-humanos-no-mercosul/>>. Acesso em 29 de Abril de 2019.

FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL. **Fortalecimento Institucional da Secretaria do MERCOSUL para o Sistema de Informação da Tarifa Externa Comum (TEC).** Uruguai, 2019. Página Inicial. Disponível em <<https://focem.mercosur.int/pt/projeto/fortalecimento-institucional-da-secretaria-do-mercosul-para-o-sistema-de-informacao-da-tarifa-externa-comum-tec/>>. Acesso em 07 de Maio de 2019.

FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL. **Identificação de Necessidades de Convergência Estrutural no MERCOSUL.** Uruguai, 2019. Página Inicial. Disponível em <<https://focem.mercosur.int/pt/projeto/identificacao-de-necessidades-de-convergencia-estrutural-no-mercosul/>>. Acesso em 02 de Maio de 2019.

FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL. **Intervenções Integradas nos Edifícios de Ensino Obrigatório nos Departamentos General Obligado, Vera, 9 de Julio, Garay e San Javier – Província de Santa Fé.** Uruguai, 2019. Página Inicial. Disponível em <<https://focem.mercosur.int/pt/projeto/intervencoes-integradas-nos-edificios-de-ensino-obrigatorio-nos-departamentos-general-obligado-vera-9-de-julio-garay-e-san-javier-provincia-de-santa-fe/>>. Acesso em 04 de Maio de 2019.

FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL. **Intervenções Múltiplas em Assentamentos Localizados em Territórios de Fronteira com Situações de Extrema Pobreza e Emergência Sanitária, Ambiental e Habitacional.** Uruguai, 2019. Página Inicial. Disponível em <<https://focem.mercosur.int/pt/projeto/intervencoes-multiplas-em-assentamentos-localizados-em-territorios-de-fronteira-com-situacoes-de-extrema-pobreza-e-emergencia-sanitaria-ambiental-e-habitacional/>>. Acesso em 30 de Abril de 2019.

FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL. **MERCOSUL Social: fortalecimento do Instituto Social do MERCOSUL e consolidação do Plano Estratégico de Ação Social.** Uruguai, 2019. Página Inicial. Disponível em <<https://focem.mercosur.int/pt/projeto/mercosul-social-fortalecimento-do-instituto-social-do-mercosul-e-consolidacao-do-plano-estrategico-de-acao-social/>>. Acesso em 03 de Maio de 2019.

FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL. **Polo de desenvolvimento local e regional da Universidad Nacional Arturo Jauretche no município de Florencio Varela.** Uruguai, 2019. Página Inicial. Disponível em

<<https://focem.mercosur.int/pt/projeto/polo-de-desenvolvimento-local-e-regional-da-universidad-nacional-arturo-jauretche-no-municipio-de-florencio-varela/>>. Acesso em 27 de Abril de 2019.

FURLAN, J.D. **Modelagem de Negócio: uma abordagem integrada de modelagem estratégica, funcional, de dados e a orientação a objetos**. Makron Books, São Paulo, 199. Acesso em 15 de junho de 2019.

G1. **Temer se despede do Mercosul e defende aliança latino-americana**. Brasil, 18 de dezembro de 2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/18/temer-se-despede-do-mercossul-e-defende-alianca-latino-americana.ghtml>>. Acesso em 02 de Maio de 2019.

GARCÍA, Carmen; ODDONE, Nahuel; SETARO MONTES DE OCA, Marcelo. MERCOSUR en la Agenda Global del Desarrollo: el PEAS y su vigencia en el marco de los ODS 2030. **Revista MERCOSUR de Políticas Sociales**, [S.l.], v. 2, p. 5-33, Disponível em <<http://revista.ismercosur.org/index.php/revista/article/view/73>>. Acesso em 08 junho de 2019.

GILPIN, Robert. **Global political economy: understanding the international economic order**. Princeton: Princeton University Press, 2001. Acesso em 30 de Abril de 2019.

GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Acesso em 12 de Maio de 2019.

GRANATO, Leonardo. **Brasil, Argentina e os rumos da integração: O Mercosul e a Unasul**. Curitiba: Appris, 2015. Acesso em 30 de Abril de 2019.

_____. Mercosul, burguesias nacionais e o nunca superado modelo de inserção subalterna. **Observatório do Estado Latino-Americano | ODELA**. 2018. Disponível em <<https://www.ufrgs.br/odela/2018/11/25/mercossul-burguesias-nacionais-e-o-nunca-superado-modelo-de-insercao-subalterna/>>. Acesso em 09 de Maio de 2019.

GRANATO, Leonardo; BATISTA, Ian R. Pensamento Social Brasileiro e Estado Nacional: Contribuições ao campo das Relações Internacionais. **REVISTA MURAL INTERNACIONAL**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 45-58, 2017. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/179152>>. Acesso em 29 de Abril de 2019.

_____. Estado, Autonomia e Integração Regional na América Latina. *Latinoamérica, México*, n. 66, p. 261-285, 2018a. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1665-85742018000100261&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em 03 de Maio de 2019.

_____. Regionalismo e desenvolvimento na América do Sul. **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v. 12, p. 201-222, 2018b. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/182735>>. Acesso em 06 de Maio de 2019.

GRANATO, Leonardo; COSTA, Marli Marlene Moraes. Cidadania e Direitos Sociais no Mercosul: um estudo a partir de uma sistematização da normativa do bloco. In: Lídia de Oliveira Xavier; Carlos F. Domínguez Ávila. (Org.). **Cidadania, Direitos Humanos e Políticas Públicas no Brasil: Estudos e Pesquisas Pós-Graduadas**. 01 ed. Curitiba: Editora CRV, 2016, v. 01, p. 435-465. Acesso em 30 de Maio de 2019.

GUERRA, Luis L. "Niveles De Análisis, Falacia Ecológica y Falacia Contextual." **Revista española De La opinión pública**, n. 48, pp. 69–87. [S.l.]: JSTOR, 1977. Disponível em <www.jstor.org/stable/40199477>. Acesso em 28 de Março de 2019.

GUIMARÃES, Samuel P. La integración como fortalecimiento del proceso de desarrollo en América del Sur. In: MERCOSUR, Instituto Social del (Org.) **PENSAR LA INTEGRACIÓN MIRADAS AL DESARROLLO Y LA DEMOCRACIA**. Assunção, Paraguai, dez,2012. Disponível em <<http://www.ismercosur.org/download/pensar-la-integracion-miradas-al-desarrollo-y-la-democracia/>>. Acesso em 04 de Maio de 2019.

HAAS, Ernst. **The Study of Regional Theorizing: reflections on the joy and anguish of pretheorizing**. [S.l.] 1970. Acesso em 30 de Abril de 2019.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C.R. Political Science and the three institutionalism. **Political Studies**. [S.l.], 1996. Acesso em 30 de Abril de 2019.

HERNANDEZ, Matheus de C.; BUGIATO, Caio. Marxismo, Poulantzas e suas contribuições para o campo de Relações Internacionais. [S.l.] **38º Encontro Anual da ANPOCS**, GT20,2014. Disponível em <[https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/58303783/55-360-1-PB.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DMarxismo Poulantzas e suas contribuicoes.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20190627%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20190627T141929Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=84cdfa134526b617837f76320555c35e5e05d0373e0449be6e5ccf384fed96](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/58303783/55-360-1-PB.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DMarxismo+Poulantzas+e+suas+contribuicoes.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20190627%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20190627T141929Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=84cdfa134526b617837f76320555c35e5e05d0373e0449be6e5ccf384fed96)>. Acesso em 22 de Abril de 2019.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, Pilar. **Metodología de la Investigación**. México, McGrawHill, 2004. Disponível em <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/38911499/Sampieri.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DSampieri.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20190627%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20190627T140625Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=47a5be9b9433e8a4852c414266c365d48b17d837b840ace481bfbe3ba07bf2b9>. Acesso em 17 de abril de 2019.

HOFLING, Eloisa De M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, Nov. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 de Maio de 2019.

INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EN DERECHOS HUMANOS MERCOSUR. **Estrutura Organizacional**. Argentina, 2019. Disponível em <<http://www.ippdh.mercosur.int/pt-br/historia/estructura-organizacional/>>. Acesso em 01 de Maio de 2019.

INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EN DERECHOS HUMANOS MERCOSUR. **Secretaria Executiva**. Argentina, 2019. Disponível em <<http://www.ippdh.mercosur.int/pt-br/secretaria-executiva/>>. Acesso em 12 de Abril de 2019.

INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR. **Bienestar y Protección Social en América Latina - Abordajes Conceptuales y Metodológicos para el MERCOSUR**. Argentina, 2017. Acesso

em 12 de Abril de 2019.

INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR. **Evaluación de avances en la implementación del Plan Estratégico de Acción Social (PEAS)**. Assunção, Paraguai. 2017. Disponível em <<http://peas.ismercosur.org/pt/peas-2012/>> Acesso em 15 de junho de 2019.

INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR. **Informe Anual de Gestión 2016**. Paraguai, 2017a. Disponível em <<http://www.ismercosur.org/biblioteca/download-info/informe-anual-de-gestion-2016/>>. Acesso em 27 de Abril de 2019.

INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR. **Informe Semestral de Gestión - 1º semestre 2017**. Paraguai, 2017b. Disponível em <<http://www.ismercosur.org/biblioteca/download-info/informe-semestral-de-gestion-1o-semester-2017/>>. Acesso em 05 de Maio de 2019.

INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR. **Informe Anual 2017**. Paraguai, 2017c. Disponível em <<http://www.ismercosur.org/biblioteca/download-info/informe-anual-2017/>>. Acesso em 01 de Maio de 2019.

INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR. **Informe Semestral de 2018**. Paraguai, 2018. Disponível em <<http://www.ismercosur.org/biblioteca/download-info/informe-semestral-2018/>>. Acesso em 06 de Maio de 2019.

INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR. **Informe Anual de Gestión 2018**. Paraguai, 2019. Disponível em <<http://www.ismercosur.org/biblioteca/download-info/informe-anual-de-gestion-de-2018/>>. Acesso em 06 de Maio de 2019.

INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL. **Revista MERCOSUR de Políticas Sociales**. Paraguai, 2019. Página inicial. Disponível em <<http://revista.ismercosur.org/index.php/revista/issue/archive>>. Acesso em 30 de Abril de 2019.

JAGUARIBE, Helio. Autonomia Periférica e Hegemonia Cêntrica. *Estudios internacionales*, [S.l.], vol. 46, pp. 91-130. 1979. Acesso em 30 de Abril de 2019.

KEOHANE, Robert O. **After Hegemony**. Princeton, Princeton University Press, 1984. Acesso em 30 de Abril de 2019.

LACERDA, Gustavo B. de. Algumas teorias das relações internacionais: realismo, idealismo e grocianismo.[S.l.], **Revista Intersaberes**, v.1, n.1, p. 56-77, 2006. Disponível em <<https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/87/61>>. Acesso em 10 de Abril de 2019.

LAKE, David. **Why Isms are evil: theory, epistemology and academic sects as impediments to understanding and progress**. *International Studies Quarterly*, n. 55, p. 465–480, 2011. Acesso em 18 de Abril de 2019.

LEME, Álvaro A. S. P. **A declaração de Iguaçu (1985): a nova cooperação Argentino-Brasileira**. 195 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/8444>> Acesso em 05.07.2019.

MAGALHÃES, Maria Lúcia C. de. A harmonização dos Direitos e o Mercosul. Belo Horizonte, **Revista Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, 2000. Disponível em <https://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_62/Maria_Magalhaes.pdf>. Acesso em 04 de Maio de 2019.

MARTINS, R. Mercosul: a dimensão social e participativa da integração regional. In: DESIDERÁ, W. (Org.). **O Brasil e novas dimensões da integração regional**. IPEA, Brasília. 2012.

MEDEIROS, Marcelo. Trajetórias da desigualdade: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos. Marta Arretche. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 31, n. 90, p. 175-177, 2016. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.17666/3190175-177/2016>>. Acesso em 14 Maio de 2019.

MERCOSUL. **Tratado de Assunção**. Paraguai. 26 de março de 1991. Disponível em <http://www.mre.gov.py/tratados/public_web/DetallesTratado.aspx?id=0GXnoF+V0qWCz+EoiVAdUg==&em=lc4aLYHVB0dF+kNrtEvsmZ96BovjLlz0mcrZruYPcn8=>> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. **Protocolo Adicional Al Tratado De Asunción Sobre La Estructura Institucional Del Mercosur (Protocolo De Ouro Preto)**. Brasil, 17 de dezembro de 1994. Disponível em <http://www.mre.gov.py/tratados/public_web/DetallesTratado.aspx?id=0GXnoF+V0qWCz+EoiVAdUg==&em=lc4aLYHVB0dF+kNrtEvsmZ96BovjLlz0mcrZruYPcn8=>> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 61, de 15 de dezembro de 2000. **CRIAÇÃO DA REUNIÃO DE MINISTROS E AUTORIDADES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MERCOSUL**. Brasil. Disponível em <[http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/1AD87AF10D05E42F0325841A006F884F/\\$File/DEC_061-2000_PT_Reun%20Min%20Autor%20Desenvolvimento%20Social_At%2000.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/1AD87AF10D05E42F0325841A006F884F/$File/DEC_061-2000_PT_Reun%20Min%20Autor%20Desenvolvimento%20Social_At%2000.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 26, de 16 de dezembro de 2003. **PROGRAMA DE TRABALHO DO MERCOSUL 2004 - 2006**. Uruguai. Disponível em <[http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/8D5FC43E4FDE8ECC0325841A0069E806/\\$File/DEC_026-2003_PT_FE_Prog%20Trab%20Merc%202004-2006.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/8D5FC43E4FDE8ECC0325841A0069E806/$File/DEC_026-2003_PT_FE_Prog%20Trab%20Merc%202004-2006.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 45, de 16 de dezembro de 2004. **FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL**. Brasil. Disponível em <[http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/3775D47A237DEB810325841A006C29E7/\\$File/DEC_045-2004_PT_FOCem.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/3775D47A237DEB810325841A006C29E7/$File/DEC_045-2004_PT_FOCem.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 18, de 19 de junho de 2005. **INTEGRAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL E FORTALECIMENTO DA ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO MERCOSUL**. Paraguai. Disponível em <[http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/09B6F95BB5C32C7B0325841A00744908/\\$File/DEC_018-2005_PT_FERR_IntegFuncFOCEM.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/09B6F95BB5C32C7B0325841A00744908/$File/DEC_018-2005_PT_FERR_IntegFuncFOCEM.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 23, de 08 de dezembro de 2005. **PROTOCOLO CONSTITUTIVO DO PARLAMENTO DO MERCOSUL**. Uruguai. Disponível em <[http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/4E77FF5D3AEE7FDE0325841A006FC18A/\\$File/DEC_023-2005_PT_Acordo%20%20Parlamento.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/4E77FF5D3AEE7FDE0325841A006FC18A/$File/DEC_023-2005_PT_Acordo%20%20Parlamento.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 19, de 21 de julho de 2006. **INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL.** Argentina. Disponível em [http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/72DF8549C97B1E0E0325841A007226ED/\\$File/DEC_019-2006_PT_InstitutoSocial.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/72DF8549C97B1E0E0325841A007226ED/$File/DEC_019-2006_PT_InstitutoSocial.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 03, de 18 de janeiro de 2007. **INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL.** Brasil Disponível em [http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/0E5D4B3208474B020325841A006C7184/\\$File/DEC_003-2007_PT_InstitutoSocial.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/0E5D4B3208474B020325841A006C7184/$File/DEC_003-2007_PT_InstitutoSocial.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 05, de 18 de janeiro de 2007. **OBSERVATÓRIO DA DEMOCRACIA DO MERCOSUL.** Brasil Disponível em [http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/08BD2667A1174FDC0325841A006FEBD4/\\$File/DEC_005-2007_PT_FE_ObservDemocMCS.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/08BD2667A1174FDC0325841A006FEBD4/$File/DEC_005-2007_PT_FE_ObservDemocMCS.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 08, de 18 de janeiro de 2007. **FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL APROVAÇÃO DE PROJETOS - PILOTO.** Brasil. Disponível em [http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/353906D0B03FDBB90325841A0074AC21/\\$File/DEC_008-2007_PT_FERR_ProjetosPilotoFOCEM.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/353906D0B03FDBB90325841A0074AC21/$File/DEC_008-2007_PT_FERR_ProjetosPilotoFOCEM.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 11, de 22 de maio de 2007. **FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL APROVAÇÃO DE PROJETOS - PILOTO.** Brasil. Disponível em [http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/1BD29DFA2FCD2E4A0325841A0074FF1D/\\$File/DEC_011-2007_PT_Aprova%E2%80%A1%C3%86oProjPiloto-FOCEM.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/1BD29DFA2FCD2E4A0325841A0074FF1D/$File/DEC_011-2007_PT_Aprova%E2%80%A1%C3%86oProjPiloto-FOCEM.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 11, de 30 de junho 2008. **FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL APROVAÇÃO DO PROJETO: "MERCOSUL YPORÁ-PROMOÇÃO DE ACESSO A ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO BÁSICO EM COMUNIDADES EM SITUAÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA** Argentina. Disponível em [http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/52F3483F42DBC91F0325841A007542E3/\\$File/DEC_011-2008_PT_Aprovacao%20do%20Projeto%20MERCOSUL%20YPORA.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/52F3483F42DBC91F0325841A007542E3/$File/DEC_011-2008_PT_Aprovacao%20do%20Projeto%20MERCOSUL%20YPORA.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 14, de 30 de junho 2008. **REGULAMENTO INTERNO DO CONSELHO DO MERCADO COMUM (MODIFICAÇÃO DA DECISÃO CMC Nº 02/98).** Argentina. Disponível em [http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/5A9DFB0325FF43D80325841A0066D312/\\$File/DEC_014-2008_PT_Modifica%E2%80%A1%C3%86o%20do%20Regulamento%20Interno%20CMC.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/5A9DFB0325FF43D80325841A0066D312/$File/DEC_014-2008_PT_Modifica%E2%80%A1%C3%86o%20do%20Regulamento%20Interno%20CMC.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 26, de 30 de junho 2008. **ACORDO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE BASES DE DADOS COMPARTILHADAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS.** Argentina. Disponível em

<[http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/9A5FB195DA902A780325841A0071174A/\\$File/DEC_026-2008_PT_Acdo%20Crian%E2%80%A1as%20e%20adolescentes%20Bases%20de%20%20Dados-Vulnerabilidade.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/9A5FB195DA902A780325841A0071174A/$File/DEC_026-2008_PT_Acdo%20Crian%E2%80%A1as%20e%20adolescentes%20Bases%20de%20%20Dados-Vulnerabilidade.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 37, de 15 de dezembro 2008. **ESTRUTURA DO INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL**. Brasil. Disponível em <https://gd.mercosur.int/SAM/GestDoc/pubweb.nsf/OpenFile?OpenAgent&base=SAM/GestDoc/DocOfic0Arch.nsf&id=832579C700726F0D0325759800723842&archivo=DEC_037-2008_PT_EstructInstSocialMCS.pdf> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 39, de 15 de dezembro 2008. **COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DE MINISTROS DE ASSUNTOS SOCIAIS DO MERCOSUL**. Brasil. Disponível em <[http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/C9212F9A8DCD74A30325841A00706D82/\\$File/DEC_039-2008_PT_ComCoordMinAsunSoc.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/C9212F9A8DCD74A30325841A00706D82/$File/DEC_039-2008_PT_ComCoordMinAsunSoc.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 45, de 15 de dezembro 2008. **FUNDO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MERCOSUL**. Brasil. Disponível em <[http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/CEA1778655359AB30325841A007C687E/\\$File/DEC_045-2008_PT_REAF.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/CEA1778655359AB30325841A007C687E/$File/DEC_045-2008_PT_REAF.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 06, de 23 de julho 2009. **REGULAMENTO DO FUNDO DE AGRICULTURA FAMILIAR DO MERCOSUL**. Paraguai. Disponível em <[http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/911A9EC279DF3B740325841A007C8B96/\\$File/DEC_006-2009_PT_RegulamFundoAgricFamiliar.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/911A9EC279DF3B740325841A007C8B96/$File/DEC_006-2009_PT_RegulamFundoAgricFamiliar.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 14, de 23 de julho 2009. **INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS**. Paraguai. Disponível em <[http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/191FE4AC758B577A0325841A00702795/\\$File/DEC_014-2009_PT_Inst%20Políticas%20Pub%20Direitos%20Humanos.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/191FE4AC758B577A0325841A00702795/$File/DEC_014-2009_PT_Inst%20Políticas%20Pub%20Direitos%20Humanos.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 32, de 17 de dezembro 2009. **ACORDO DE SEDE ENTRE A REPÚBLICA ARGENTINA E O MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL) PARA O FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS**. Uruguai. Disponível em <[http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/A26208A77E51E60B0325841A00734142/\\$File/DEC_032-2009_PT_FE_Acordo%20de%20Sede%20Inst.Pol%C2%A1ticas%20P%C2%A3blicas.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/A26208A77E51E60B0325841A00734142/$File/DEC_032-2009_PT_FE_Acordo%20de%20Sede%20Inst.Pol%C2%A1ticas%20P%C2%A3blicas.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 08, de 02 de agosto de 2010. **FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL PROJETO “INTERVENÇÕES INTEGRAIS NOS EDIFÍCIOS DE ENSINO OBRIGATÓRIO NOS DEPARTAMENTOS GENERAL OBLIGADO, VERA, 9 DE JULIO, GARAY E SAN JAVIER – PROVÍNCIA DE SANTA FÉ”**. Argentina. Disponível em <https://gd.mercosur.int/SAM/GestDoc/pubweb.nsf/OpenFile?OpenAgent&base=SAM/GestDoc/DocOfic0Arch.nsf&id=832579C700726F0D83257776006B0F11&archivo=DEC_008-2010_PT_Interven%E7%F5es%20Edifícios%20Ensino%20Obrigat%F3rio%20Santa%20F%>

[E9.pdf](#)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 12, de 02 de agosto de 2010. **ESTRUTURA DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS.** Argentina. Disponível em [http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/49C3C2D6DE3AE2BD0325841A00737639/\\$File/DEC_012-2010_PT_Estrutura%20PPDDHH.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/49C3C2D6DE3AE2BD0325841A00737639/$File/DEC_012-2010_PT_Estrutura%20PPDDHH.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 21, de 02 de agosto de 2010. **PROTOCOLO DE INTEGRAÇÃO EDUCATIVA E RECONHECIMENTO DE CERTIFICADOS, TÍTULOS E ESTUDOS DE NÍVEL PRIMÁRIO/FUNDAMENTAL/BÁSICO E MÉDIO/SECUNDÁRIO ENTRE OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS.** Argentina. Disponível em [http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/E9947F5CF570F9310325841A007BF317/\\$File/DEC_021-2010_PT_Prot%20Integ%20Educativa%20Titulos.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/E9947F5CF570F9310325841A007BF317/$File/DEC_021-2010_PT_Prot%20Integ%20Educativa%20Titulos.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 64, de 16 de dezembro de 2010. **ESTATUTO DA CIDADANIA DO MERCOSUL PLANO DE AÇÃO.** Brasil. Disponível em [http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/B6AA4C6E58EB8D6D0325841A007AE796/\\$File/DEC_064-2010_PT_Estatuto%20Cidadania-Plano%20de%20A%E2%80%A1%C3%86o_Atualizada.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/B6AA4C6E58EB8D6D0325841A007AE796/$File/DEC_064-2010_PT_Estatuto%20Cidadania-Plano%20de%20A%E2%80%A1%C3%86o_Atualizada.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 65, de 16 de dezembro de 2010. **UNIDADE DE APOIO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL.** Argentina. Disponível em [http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/B7571EB6733F0DF50325841A00709507/\\$File/DEC_065-2010_PT_Unidade%20Apoio%20%E2%80%A6%20Participa%E2%80%A1%C3%86o%20Social.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/B7571EB6733F0DF50325841A00709507/$File/DEC_065-2010_PT_Unidade%20Apoio%20%E2%80%A6%20Participa%E2%80%A1%C3%86o%20Social.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 42, de 17 de outubro de 2012. **ACORDO ENTRE A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO (FAO) E OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL INTEGRANTES DO FUNDO DA AGRICULTURA FAMILIAR (FAF MERCOSUL) PARA A ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO FAF MERCOSUL.** Brasil. Disponível em [http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/29C1338C7DB7E33B0325841A007C2AE2/\\$File/RES_042-2012_PT_FAO.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/29C1338C7DB7E33B0325841A007C2AE2/$File/RES_042-2012_PT_FAO.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 44, de 05 de dezembro de 2012. **FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL PROJETO “CONSTRUINDO UMA INFRAESTRUTURA PARA A PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO MERCOSUL”.** Brasil. Disponível em [http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/90355E21874BA89B0325841A0079C6DE/\\$File/DEC_044_2012_PT_%20Aprova%E2%80%A1%C3%86o%20do%20Projeto%20DDHH.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/90355E21874BA89B0325841A0079C6DE/$File/DEC_044_2012_PT_%20Aprova%E2%80%A1%C3%86o%20do%20Projeto%20DDHH.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 45, de 16 de dezembro de 2012. **FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL PROJETO “POLO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL DA UNIVERSIDADE NACIONAL ARTURO JAURETCHÉ NO MUNICÍPIO DE FLORENCIO VARELA”.** Brasil. Disponível em https://gd.mercosur.int/SAM/GestDoc/pubweb.nsf/OpenFile?OpenAgent&base=SAM/GestDoc/DocOfic0Arch.nsf&id=D52866D8E90D734183257AD300499200&archivo=DEC_045_2012_PT_FOCEM%20%20Projeto%20%20Universidade%20Arturo%20Jauretche.pdf> Acesso

em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 04, de 11 de abril de 2014. **FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL PROJETO “INTERVENÇÕES INTEGRAIS NOS EDIFÍCIOS DE ENSINO OBRIGATÓRIO NOS DEPARTAMENTOS GENERAL OBLIGADO, VERA, 9 DE JULIO, GARAY E SAN JAVIER – PROVÍNCIA DE SANTA FÉ”** Uruguai. Disponível em [http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/6E6F3F37A61E4C980325841A0075AEB9/\\$File/DEC_004-2014_PT_FOCEM%20Projeto%20Prov.%20Santa%20F%20E2%80%9A.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/6E6F3F37A61E4C980325841A0075AEB9/$File/DEC_004-2014_PT_FOCEM%20Projeto%20Prov.%20Santa%20F%20E2%80%9A.pdf) Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 13, de 28 de julho de 2014. **DIRETRIZES DA POLÍTICA DE IGUALDADE DE GÊNERO DO MERCOSUL.** Venezuela. Disponível em [http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/459D31A6A6BFEDB40325841A007B86FF/\\$File/DEC_013-2014_PT_Diretrizes%20Politica%20Iqual%20Genero%20RMAAM.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/459D31A6A6BFEDB40325841A007B86FF/$File/DEC_013-2014_PT_Diretrizes%20Politica%20Iqual%20Genero%20RMAAM.pdf) Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 24, de 15 de dezembro de 2014. **ESTRUTURA DO GRUPO MERCADO COMUM E TIPOLOGIA DE SEUS ÓRGÃOS DEPENDENTES.** Argentina. Disponível em [http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/C142F9EE39FE1B260325841A006D275B/\\$File/DEC_024-2014_PT_FERR%201_Estruc%20GMC%20tipol%20org%20depend_Atualizada%203.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/C142F9EE39FE1B260325841A006D275B/$File/DEC_024-2014_PT_FERR%201_Estruc%20GMC%20tipol%20org%20depend_Atualizada%203.pdf) Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 47, de 16 de dezembro de 2014. **DIRETRIZES DA POLÍTICA COMUNICACIONAL DO MERCOSUL.** Argentina. Disponível em [http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/6FB5A70240BF2BAF0325841A0074075D/\\$File/DEC_047-2014_PT_Diretrizes%20de%20Politica%20Comunicacional.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/6FB5A70240BF2BAF0325841A0074075D/$File/DEC_047-2014_PT_Diretrizes%20de%20Politica%20Comunicacional.pdf) Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 15, de 16 de julho de 2015. **NORMAS GERAIS PARA FUNCIONÁRIOS MERCOSUL.** Brasil. Disponível em https://gd.mercosur.int/SAM/GestDoc/pubweb.nsf/OpenFile?OpenAgent&base=SAM/GestDoc/DocOfic0Arch.nsf&id=3E032E6E203DFA1F0325837D0063520B&archivo=DEC_015-2015_PT_FERR_Norma%20Geral%20Funcionario%20MCS_Atualizada%205.pdf Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 16, de 16 de julho de 2015. **CONTRIBUIÇÕES DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA AO ARGM, ISM E IPPDH.** Brasil. Disponível em [http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/02BC96334B44F9C10325841A006D908C/\\$File/DEC_016-2015_PT_Contrib%20Venez%20ao%20ARGM-ISM-IPPDH.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/02BC96334B44F9C10325841A006D908C/$File/DEC_016-2015_PT_Contrib%20Venez%20ao%20ARGM-ISM-IPPDH.pdf) Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 22, de 16 de julho de 2015. **CONTINUIDADE DO FUNCIONAMENTO DO FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL.** Brasil. Disponível em [http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/E1CE3D4BFAE32F6C0325841A00746DC5/\\$File/DEC_022-2015_PT_Renovacao%20FOCEM.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/E1CE3D4BFAE32F6C0325841A00746DC5/$File/DEC_022-2015_PT_Renovacao%20FOCEM.pdf) Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 37, de 20 de dezembro de 2015. **FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL PROJETO “MERCOSUL SOCIAL: FORTALECIMENTO DO INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL E CONSOLIDAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE AÇÃO SOCIAL”**. Paraguai. Disponível em

<[http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/02BC96334B44F9C10325841A006D908C/\\$File/DEC_016-2015_PT_Contrib%20Venez%20ao%20ARGM-ISM-IPPDH.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/02BC96334B44F9C10325841A006D908C/$File/DEC_016-2015_PT_Contrib%20Venez%20ao%20ARGM-ISM-IPPDH.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 55, de 20 de dezembro de 2015. **ESTRUTURA DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS**. Paraguai. Disponível em

<[http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/92035EFED95F289B0325841A0073A729/\\$File/DEC_055-2015_PT_Estrutura%20IPPDH.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/92035EFED95F289B0325841A0073A729/$File/DEC_055-2015_PT_Estrutura%20IPPDH.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Grupo Mercado Comum. Resolução n. 59, de 19 de dezembro de 2015. **SUBGRUPO DE TRABALHO SOBRE INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA**. Paraguai. Disponível em

<[http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/738506F68CAD9B2A0325841A006E01FB/\\$File/RES_059-2015_PT_Subgrupo%20Integra%E2%80%A1%C3%86o%20Fronteiri%E2%80%A1a_Atualizada.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/738506F68CAD9B2A0325841A006E01FB/$File/RES_059-2015_PT_Subgrupo%20Integra%E2%80%A1%C3%86o%20Fronteiri%E2%80%A1a_Atualizada.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 07, de 20 de julho de 2017. **FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL PROJETO “FORTALECENDO CAPACIDADES INSTITUCIONAIS PARA A GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS NO MERCOSUL”**. Argentina. Disponível em <https://gd.mercosur.int/SAM/GestDoc/pubweb.nsf/OpenFile?OpenAgent&base=SAM/GestDoc/DocOfic0Arch.nsf&id=6B538306B45B0C000325816700549474&archivo=DEC_007-2017_PT_Projeto%20FOCEM-IPPDH.pdf> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 30, de 20 de dezembro de 2017. **FORTALECIMENTO DA UNIDADE DE APOIO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL (REVOGAÇÃO DA DECISÃO CMC N° 65/10)**. Brasil. Disponível em <[http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/13FA8EE010F375DB0325841A007AA457/\\$File/DEC_030-2017_PT_Fortalecimento%20da%20UPS.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/13FA8EE010F375DB0325841A007AA457/$File/DEC_030-2017_PT_Fortalecimento%20da%20UPS.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 32, de 20 de dezembro de 2017. **ESTATUTO DA CIDADANIA DO MERCOSUL PLANO DE AÇÃO ATUALIZAÇÃO DA DECISÃO CMC N° 64/10**. Brasil. Disponível em <[http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/A8019D03000D9C020325841A007B1894/\\$File/DEC_032-2017_PT_Estatuto%20Cidadania-Plano%20de%20A%E2%80%A1%C3%86o.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/A8019D03000D9C020325841A007B1894/$File/DEC_032-2017_PT_Estatuto%20Cidadania-Plano%20de%20A%E2%80%A1%C3%86o.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Grupo Mercado Comum. Resolução n. 14, de 19 de abril de 2018. **GRUPO AD HOC DE TEMAS REGULATÓRIOS (GAHTR)**. Paraguai. Disponível em <[http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/221FA74763EED44C0325841A006E4374/\\$File/RES_014-2018_PT_Cria%E2%80%A1%C3%86o%20GAH%20Temas%20Regulatorios.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/221FA74763EED44C0325841A006E4374/$File/RES_014-2018_PT_Cria%E2%80%A1%C3%86o%20GAH%20Temas%20Regulatorios.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Grupo Mercado Comum. Resolução n. 20, de 16 de junho de 2018. **REGULAMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL**. Paraguai. Disponível em <[http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/B82170C22566C31C0325841A006F0E13/\\$File/RES_020-2018_PT_Reglamento%20Interno%20CCM.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/B82170C22566C31C0325841A006F0E13/$File/RES_020-2018_PT_Reglamento%20Interno%20CCM.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. Grupo Mercado Comum. Resolução n. 30, de 05 de setembro de 2018. **GRUPO AD HOC DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (GAHMPMEs)**, Uruguai. Disponível em <[http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/5D96A722F2C3440F0325841A006E7555/\\$File/RES_030-2018_PT_Criacao%20Grupo%20Ad%20Hoc%20MPMEs.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/5D96A722F2C3440F0325841A006E7555/$File/RES_030-2018_PT_Criacao%20Grupo%20Ad%20Hoc%20MPMEs.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2019.

MERCOSUL. **MERCOSUL em números**. Uruguai, 2019. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/>>. Acesso em: 05 maio 2019.

MERCOSUL. **MERCOSUL Social: Fortalecimento do Instituto Social do MERCOSUL e consolidação do Plano Estratégico de Ação Social**. Uruguai, 13 de Janeiro de 2016. Disponível em <<https://www.mercosur.int/pt-br/mercopol-social-fortalecimento-do-instituto-social-do-mercopol-e-consolidacao-do-plano-estrategico-de-acao-social/>>. Acesso em 23 de Abril de 2019.

MERCOSUL. **Organograma**. Uruguai, 2019. Disponível em <<https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/organograma-mercopol/>>. Acesso em 06 de Maio de 2019.

MESA-LAGO, Carmelo. **Social Security in Latin America: Pressure Groups, Stratification and Inequality**. Pittsburgh: University of Pittsburg Press, 1978. Acesso em 06 de Maio de 2019.

_____. Assessing the World Bank report: Keeping the promise. **International Social Security Review**, [S.l.], Vol. 58, 2-3/2005, pp. 97-117, 2005. Acesso em 06 de Maio de 2019.

MORAVCSIK, Andrew. Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach. In: **Journal of Common Market Studies**. Harvard, v. 31, n 4. dez., 1993. Disponível em: <<https://www.princeton.edu/~amoravcs/library/preferences1.pdf>> Acesso em 30 de Março de 2019.

NYE JR, Joseph S.; KEOHANE, Robert O. Transnational relations and world politics: an introduction. **International Organization**, [S.l.], v.25, n.3, p.329-349, 1971. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/364783/mod_resource/content/1/keohane-nye_1971.pdf>. Acesso em 31 de Março de 2019.

OLIVEIRA, Djalma P. R. de. **Planejamento Estratégico: conceitos, metodologias e práticas**. Ed. Atlas, São Paulo, 1993. Acesso em 06 de Maio de 2019.

OXFAM. Privilégios que niegan derechos. **Desigualdad extrema y secuestro de la Democracia en América Latina y el Caribe**. 2015. Disponível em <https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/reporte_iguales-oxfambr.pdf> Acesso em 30 de Março de 2019.

PARLAMENTO DEL MERCOSUR. **Revista del MERCOSUR**. Uruguai, 2019. Disponível em <<https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/9311/1/parlasur/revista-parlasur.html>>.

Acesso em 04 de Maio de 2019.

PARLAMENTO DO MERCOSUL. **Parlamento do Mercosul**. 2019. Página Inicial. Disponível em <<https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/13017/2/parlasur/parlasul---pagina-principal.html>>. Acesso em 03 de Maio de 2019.

PERROTTA, Daniela V. La integración regional como objeto de estudio. De las teorías tradicionales a los enfoques actuales. In: LLENDERROZAS, E. (Ed.) **Teoría de relaciones internacionales**. Perspectivas, São Paulo, v. 45, p. 89-111, jan./jun. 2015 111 Buenos Aires: Editorial de la Universidad de Buenos Aires (EUDEBA), 2010, p.197-252. Disponível em <https://www.academia.edu/4279760/La_integraci%C3%B3n_regional_como_objeto_de_estudio._De_las_teor%C3%ADas_tradicionales_a_los_enfoques_actuales>. Acesso em 28 de Abril de 2019.

_____. El campo de estudios de la integración regional y su aporte a las Relaciones Internacionales: una mirada desde América Latina. **Relaciones Internacionales**, [S.l], n. 38, p. 09-39, 2018. Disponível em <http://dx.doi.org/10.15366/relaciones_internacionales_2018.38>. Acesso em 03 de Maio de 2019.

PLANALTO. **Brasil vai debater acordos de cooperação em cúpula Mercosul-Aliança do Pacífico**. 20 de julho de 2018. Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/mandato-micheltemer/acompanhe-planalto/noticias/2018/07/brasil-vai-debater-acordos-de-cooperacao-em-cupula-mercosul-alianca-do-pacifico>>. Acesso em 04 de Maio de 2019.

PLANALTO. **Mercosul voltou a fazer sentido para nossas sociedades, avalia Temer**. Brasília, 18 de dezembro de 2018. Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/mandatomicheltemer/acompanhe-planalto/noticias/2018/12/mercosul-voltou-a-fazer-sentido-para-nossas-sociedades-avalia-temer>>. Acesso em 30 de Maio de 2019.

PLANALTO. **Para Temer, fortalecimento do Mercosul permite avanços em acordos comerciais**. Brasília, 18 de junho de 2018. Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/mandatomicheltemer/acompanhe-planalto/noticias/2018/06/para-temer-fortalecimento-do-mercosul-permite-avancos-em-acordos-comerciais>>. Acesso em 29 de Maio de 2019.

PLANALTO. **Presidente vê integração regional como forma de gerar emprego e renda**. Brasília, 21 de julho de 2017. Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/mandatomicheltemeracompanhe-planalto/noticias/2017/07/presidente-ve-integracao-regional-como-forma-de-gerar-emprego-e-renda>>. Acesso em 30 de abril de 2019.

PLANALTO. **Temer defende acordos do Mercosul com União Europeia e Aliança do Pacífico**. Brasília, 18 de junho de 2018. Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/mandatomicheltemer/acompanhe-planalto/noticias/2018/06/temer-defende-acordos-do-mercosul-com-uniao-europeia-e-alianca-do-pacifico>>. Acesso em 29 de Maio de 2019.

PLANALTO. **Temer: Mercosul recuperou sua vocação original para o livre mercado**. Brasília, 21 de dezembro de 2017. Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/mandatomicheltemer/acompanhe-planalto/noticias/2017/12/temer-mercosul-recuperou-sua-vocacao-original-para-o-livre-mercado>>. Acesso em 28 de abril de 2019.

PLANALTO. **Temer: Mercosul respondeu a desafios dos últimos anos com mais integração.** Brasília, 18 de dezembro de 2018. Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/mandatomicheltemer/acompanhe-planalto/noticias/temer-mercossul-respondeu-a-desafios-dos-ultimos-anos-com-mais-integracao>>. Acesso em 30 de Maio de 2019.

PLANALTO. **Temer: precisamos de um Mercosul ágil e moderno. Brasília, 28 de setembro de 2016.** Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/mandatomicheltemer/acompanhe-planalto/videos/videos/2016/temer-precisamos-de-um-mercossul-agil-e-moderno>>. Acesso em 01 de Maio de 2019.

PORTELLA FILHO, Petrônio. **O ajustamento na América Latina: crítica ao modelo de Washington.** São Paulo, Lua Nova n. 32, p. 101-132, Abril de 1994. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451994000100007&script=sci_arttext>. Acesso em 17 de Março de 2019.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia.** Revista Novos Rumos. São Paulo, n. 37, 202. Acesso em 17 de Março de 2019.

RANGEL, Rubí M; GARMENDIA, Ernesto S. R. El Consenso de Washington: la instauración de las políticas neoliberales en América Latina. **Política y cultura**, México, n. 37, p. 35-64, janeiro 2012. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-77422012000100003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 24 de Maio de 2019.

REGO, Walquiria D. L. Democracia integral e justa liberdade: O liberal-socialismo de Calogero. **Lua Nova Revista de Cultura e Política.** CEDEC, n. 53, p. 99-114, 2001. Disponível em <<http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/24989/1/S0102-64452001000200005.pdf>>. Acesso em 25 de Abril de 2019.

ROBINSON, William S. Ecological Correlations and the Behavior of Individuals. **American Sociological Review**, [S.l.], vol. 15, núm. 3, pp. 351-357, 1950. RUIZ, José B. ENTRE O VOLUNTARISMO E O REALISMO: O PROCESSO DE REVISÃO DE MODELO ECONÔMICO DO MERCOSUL. Revista século XXI, Porto Alegre, v.4, n.2, 2013. Disponível em: <<http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/view/1865/148>>. Acesso em 24 de Abril de 2019.

SANTOS, Boaventura de S.; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul.** São Paulo; Editora Cortez. 2010. Acesso em 24 de Abril de 2019.

SANTOS-FILHO, Onofre dos. O Fogo de Prometeu nas mãos de Midas: desenvolvimento e mudança social. In: CAMPOS, Taiane Las Casas (Org.). **Desenvolvimento, desigualdades e relações internacionais.** Belo Horizonte: PUCMinas, p. 13-75, 2005. Acesso em 24 de Abril de 2019.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das relações internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2005. Acesso em 24 de Abril de 2019.

SOARES, António Goucha. O Tratado de Roma: a "reliquia" da construção europeia. **Gabinete de História Económica e Social.** Lisboa, 2009. Disponível em <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1014/1/WP39.net.pdf>>. Acesso em 24 de Abril de 2019.

SOARES, C. L. B. Para uma aproximação ao desdobramento histórico do conceito de desenvolvimento econômico e seus indicadores. In: **América Latina: Olhares e**

Perspectivas. Florianópolis. [s.l: s.n.]. 2018. Acesso em 24 de Abril de 2019.

SÖDERBAUM, Fredrik. Rethinking Regions and Regionalism. **Georgetown Journal of International Affairs**, [S.l.], Vol. 14, No. 2, pp. 9-18, 2013. Disponível em <<https://ssrn.com/abstract=2399140>>. Acesso em 24 de Abril de 2019.

TEIXEIRA, Sonia M. F. Política social e democracia: reflexões sobre o legado da seguridade social. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 400-417, 1985. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1985000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 de Maio de 2019.

TEMER, Michel. Dois destinos, um só objetivo. **Estadão**, 2018. Disponível em <<https://opinio.estadao.com.br/noticias/geral.dois-destinos-um-so-objetivo.70002411112>>. Acesso em 01 de Maio de 2019.

TORRES RIVAS, Edelberto. **Estado y Sociedad en Prebisch**. Comercio Exterior, México, v. 37, n. 6, p. 457- 463, 1987. Disponível em <<http://revistas.bancomext.gob.mx/rce/maquazines/199/4/RCE4.pdf>>. Acesso em 14 de Março de 2019.

VEIGA, Pedro da M.; RIOS, Sandra. **O regionalismo pós-liberal, na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas**. Santiago de Chile: CEPAL, 2007. Acesso em 14 de Março de 2019.

VICENTE, Francisco J. Dimensão social em processos de integração regional: aspectos teóricos e o caso do Mercosul. 246 f. **DISSERTAÇÃO (Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais)** UFRGS, Porto Alegre, 2015. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/132920>>. Acesso em 10 de Maio de 2019.

VIEIRA, Karen S. de A. Mercosul e as Políticas de Assistência Social: possibilidades e limites na construção de uma política supranacional. 217 f. **TESE (Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social)**, UNB, Brasília, 2011. Disponível em <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/9814>>. Acesso em 02 de Maio de 2019.

VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. **International relations theory: realism, pluralism, globalism**. Nova York: Macmillan Press, 1993. Acesso em 14 de Março de 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Contraponto (ed), Rio de Janeiro, 2001. Acesso em 14 de Março de 2019.

WASSERMAN, Claudia. América Latina: dependência x desenvolvimento no pensamento marxista. In: **XXV Simpósio Nacional de História, 2009**, Fortaleza. Anais... Fortaleza, ANPUH, 2009. Acesso em 14 de Março de 2019.

WILENSKY, HAROLD L. **The Welfare State and Equality**. University of California Press, Berkeley, 1975. Acesso em 14 de Março de 2019.

ZAMBELLO, Aline V, et al. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. (Org). Thiago Mazucato. Penápolis, Funep, p. 96, 2018. Disponível em <<http://funep.edu.br/arquivos/publicacoes/metodologia-pesquisa-trabalho-cientifico.pdf>>. Acesso em 10 de junho de 2019.

ANEXO 1 - Plano Estratégico De Ação Social do MERCOSUL

Eixo	N.º Diretrizes	N.º Objetivos
Eixo I Erradicar a fome, a pobreza e combater as desigualdades sociais	Diretriz 1: Garantir a segurança alimentar e nutricional	Reconhecer e garantir o direito à alimentação adequada e saudável.
		Assegurar o acesso à alimentação adequada para as populações vulneráveis.
		Promover o intercâmbio de iniciativas, experiências exitosas e projetos na área de alimentação saudável.
		Promover o aleitamento materno e combater a desnutrição infantil.
		Fortalecer a agricultura familiar como provedora de alimentos e abastecedora dos mercados locais.
	Diretriz 2: Promover políticas distributivas observando a perspectiva de gênero, idade, raça e etnia	Garantir o acesso a serviços de assistência social pelas famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social.
		Desenvolver programas de transferência renda às famílias em situação de pobreza.
		Garantir a responsabilidade equitativa dos integrantes do lar, envolvendo os homens nas tarefas de cuidado familiar estabelecida nos programas de transferência de renda.
		Fortalecer os territórios sociais por meio da articulação entre as redes de proteção e promoção social.
		Promover intercâmbio de iniciativas e experiências exitosas.
Eixo II Garantir os direitos humanos, a assistência humanitária e a igualdade étnica, racial e de gênero	Diretriz 3: Assegurar os direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais, sem discriminação por motivo de gênero, idade, raça, etnia, orientação sexual, religião, opinião, origem nacional ou social, condição econômica, pessoas com deficiência ou qualquer outra condição	Combater o tráfico, a violência e a exploração sexual, especialmente de crianças e adolescentes.
		Articular e implementar políticas públicas voltadas para adolescentes que cometeram ato infracional, de caráter socioeducativo, especialmente nas regiões de fronteira.
		Articular e implementar políticas públicas volta das para atendimento à população em situação de rua.
		Fortalecer o instituto de Políticas Públicas de Direitos humanos do MERCOSUL (IPPD) e criar canais de diálogo com o Sistema interamericano de Direitos humanos.
		Combater todas as formas de violência, especialmente contra as mulheres, crianças, adolescentes e idosos.
		Adotar medidas e políticas para plena implementação da convenção das nações Unidas sobre Direitos das Pessoas com Deficiência.
		Coordenar posições em temas de direitos humanos em organismos internacionais.
		Implementar o Plano regional para Prevenção e erradicação do Trabalho infantil, aprovado pelo GMC/RES. nº 36/06, assegurando os recursos financeiros necessários para tal fim.
		Promover a acessibilidade e alocação universal para facilitar o acesso das pessoas com deficiência a todos os serviços previstos na comunidade.

		<p>Combater todas as formas de discriminação, violência e preconceito contra os grupos LGBT, a fim de promover a plena realização dos seus direitos nos países do bloco.</p>
		<p>Desenvolver e partilhar instrumentos de monitoramento da violência exercida contra idosos no MERCOSUL, com o objetivo de sensibilizar as sociedades dos países sobre as violações sofridas por este grupo.</p>
		<p>Promover nos fóruns internacionais a promoção e defesa dos direitos dos idosos através do estabelecimento de uma convenção internacional sobre o assunto.</p>
		<p>Criar um sistema de indicadores sobre a situação dos direitos humanos na região, usando a estrutura metodológica desenvolvida pelo Alto comissariado das nações Unidas para os Direitos humanos.</p>
		<p>Coordenar a incorporação, nas políticas sociais, de ações de prevenção, de proteção e atenção que contribuam a erradicação de todas as formas de violência, nos espaços públicos e privados, especialmente contra as mulheres e as meninas.</p>
	Diretriz 4: Garantir que a livre circulação no Mercosul seja acompanhada do pleno gozo dos direitos humanos	<p>Articular e implementar políticas públicas voltadas a promover o respeito aos direitos humanos e a plena integração dos migrantes e proteção aos refugiados.</p>
	Diretriz 5: Fortalecer a assistência humanitária	<p>Coordenar esforços para apoio e proteção às populações atingidas por situações de emergência de desastres humanitários, com especial atenção a crianças e adolescentes.</p>
	Diretriz 6: Ampliar a participação das mulheres nos cargos de liderança e decisão no âmbito das entidades representativas	<p>Criação, revisão e implementação de instrumentos normativos regionais com vistas à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e, entre as mulheres, na ocupação de postos de decisão.</p>
Eixo III Universalizar a saúde pública	Diretriz 7: Assegurar o acesso a serviços públicos de saúde integrais, de qualidade e humanizados, como direito básico	<p>Desenvolver estratégias coordenadas para universalização do acesso aos serviços públicos de saúde integrais, de qualidade e humanizados.</p>
		<p>Promover e harmonizar políticas específicas para saúde indígena.</p>
		<p>Aprofundar políticas de saúde pública para as mulheres e atenção à primeira infância.</p>
		<p>Articular as políticas e promover acordos regionais que garantam acesso à saúde pública na faixa de fronteira.</p>

		Promover a revisão dos instrumentos normativos que garantam o acesso livre e responsável de homens e mulheres aos serviços apropriados, aconselhamento científico e educação sobre saúde sexual e reprodutiva.
		Fortalecer a articulação intersectorial e o trabalho conjunto nas instâncias institucionais do MERCOSUL, nos aspectos vinculados aos Determinantes Sociais da Saúde (DSS).
	Diretriz 8: Ampliar a capacidade nacional e regional em matéria de pesquisa e desenvolvimento no campo da saúde	Implantar rede de pesquisa em Saúde Pública e Determinantes Sociais da Saúde.
	Diretriz 9: Reduzir a morbidade e mortalidade feminina, especialmente por causas evitáveis, em todas as fases do seu ciclo de vida e nos diversos grupos populacionais, sem discriminação de qualquer espécie	Promover a assistência obstétrica qualificada e humanizada, especialmente entre as mulheres negras e indígenas, e com deficiência, incluindo a atenção ao abortamento inseguro, de forma a reduzir a morbidade materna.
Eixo IV Universalizar a educação e erradicar o analfabetismo	Diretriz 10: Acordar e executar políticas educativas coordenadas que promovam uma cidadania regional, uma cultura de paz e respeito à democracia, aos direitos humanos e ao meio ambiente	Fomentar ações de formação docente/multiplicadores para a integração regional.
		Implementar programas complementares de formação docente em espanhol e português como segunda língua.
		Articular ações com outros setores dentro do âmbito de competência, para promover o direito a educação sexual e reprodutiva nas escolas de acordo com as normas vigentes em cada país e acordos internacionais vigentes.
		Fortalecer a integração regional entre os países do MERCOSUL a partir de estratégias e ações concretas nas regiões de fronteiras com as instituições educativas.
		Fortalecer a organização institucional para a gestão democrática da escola pública, garantindo a participação de todos os atores envolvidos na vida escolar.
	Diretriz 11: Promover a educação de qualidade para todos como fator de inclusão social, de desenvolvimento humano e produtivo	Impulsionar o reconhecimento de títulos docentes na região.
		Desenvolver um modelo educacional e polifuncional e inclusivo de educação rural formal e não formal, com base em: i) Formação de professores em consonância com as propostas educativas da educação rural; ii) coordenação interinstitucional entre os atores governamentais com participação das organizações da agricultura familiar nos espaços de definição e implementação de políticas de educação rural.

		Desenvolver programas coordenados de educação profissional e tecnológica de qualidade.
		Promover e harmonizar políticas de educação específicas para os povos originários e a construção de currículos adequados as suas necessidades, respeitando sua diversidade cultural.
		Articular programas sociais para erradicar o analfabetismo feminino, em especial entre afrodescendentes, indígenas e mulheres portadoras de deficiência e mulheres acima de 50 anos.
		Garantir a igualdade de oportunidades de acesso, permanência e conclusão com qualidade, em tempo oportuno, às crianças e jovens nos sistemas de ensino.
		Fortalecer a formação de professores na educação Superior.
		Harmonizar e coordenar iniciativas de educação à distância como meio de inclusão social e democratização.
	Diretriz 12: Promover a cooperação solidária e o intercâmbio, para o melhoramento dos sistemas educativos	Identificar e propor áreas para integrar as políticas educacionais dos países membros.
		Propiciar espaços para intercâmbio de experiências relativas ao acompanhamento e formação dos docentes recém-ingressos nos sistemas educativos.
		Promover ações de articulação dos países, estados, municípios e regiões com os municípios que possuem escolas participantes do Programa escolas de Fronteira.
		Fortalecer e aprofundar o Sistema de Acreditação de cursos de Graduação para o reconhecimento regional da Qualidade Acadêmica dos Diplomas Universitários do ArcU-SUR.
	Diretriz 13: Impulsionar e fortalecer os programas de mobilidades de estudantes, estagiários, pesquisadores, gestores, diretores e profissionais	Fortalecer programas de cooperação existentes que fomentem o intercâmbio acadêmico, de profissionais, especialistas, gestores, docentes e estudantes, de forma a contribuir com a melhoria e integração da região.
		Facilitar as condições de mobilidade educacional na região.
		Organizar um conjunto integrado de programas de mobilidade diferente, que tenha uma verdadeira apropriação pela instituição de ensino Superior, com foco na cooperação e internacionalização.
Eixo V Valorizar e promover a diversidade cultural	Diretriz 14: Promover a consciência de uma identidade cultural regional, valorizando e difundindo a diversidade cultural dos países do Mercosul e de suas culturas regionais	Disseminar atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades e de valorização da paz.
		Articular as ações com vistas ao fortalecimento das iniciativas desenvolvidas pela reunião de Ministros de educação do MERCOSUL na área da diversidade cultural.
		Incentivar a produção cultural dos mais diversos grupos originários, populares e contemporâneos.
		Fomentar o potencial cultural das zonas fronteiriças como espaço de diálogos interculturais na elaboração de políticas conjuntas.

	Diretriz 15: Ampliar o acesso aos bens e serviços culturais da região e dinamizar suas indústrias culturais, favorecendo os processos de inclusão social e geração de emprego e renda.	<p>Aumentar o nível de produção das pequenas e médias empresas do setor cultural, ampliando a empregabilidade.</p> <p>Ampliar a pauta de exportação das grandes empresas do setor cultural.</p> <p>Aumentar as experiências de intercâmbios, com objetivo de reduzir custos de produção.</p> <p>Desenvolver ações de qualificação para o setor cultural independente.</p> <p>Expandir as ações associadas à economia da cultura em todos os segmentos de patrimônio, artesanato e moda.</p> <p>Ampliar as ações para a promoção do consumo cultural em regiões sócio- econômicas menos favorecidas.</p> <p>Aumentar a participação das atividades culturais no currículo escolar do ensino fundamental e básico.</p> <p>Desenvolver projetos de cunho itinerante, promovendo o acesso às atividades/bens culturais, independentemente de espaços e meios formalmente constituídos.</p> <p>Ampliar a disseminação de produtos culturais subsidiados pelo governo, em ações impulsionadas por meios tecnológicos, para segmentos como a música e dança.</p>
Eixo VI Garantir a inclusão produtiva	Diretriz 16: Fomentar a integração produtiva, particularmente em regiões de fronteira, com vistas a beneficiar áreas de menor desenvolvimento e segmentos vulneráveis da população.	Estimular o acesso de setores vulneráveis da população a atividades produtivas globais e integradas em zonas de fronteiras.
	Diretriz 17: Promover o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, de cooperativas, de agricultura familiar e economia solidária, a integração de redes produtivas, incentivando a complementaridade produtiva no	<p>Facilitar o acesso ao crédito, tecnologia e tributação simplificada desses empreendimentos.</p> <p>Promover o desenvolvimento de políticas públicas para a agricultura familiar e incentivar a sua organização produtiva e inserção comercial.</p> <p>Facilitar os processos de integração produtiva das micro, pequenas e médias empresas por meio da inserção na cadeia produtiva.</p> <p>Estimular o investimento em infraestrutura em regiões de fronteira.</p> <p>Promover o consumo de produtos e serviços da economia solidária.</p> <p>Promover os direitos das mulheres no acesso à terra, à reforma agrária e ao desenvolvimento rural sustentável.</p>

	contexto da economia regional.	Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres, por meio de assistência técnica, promoção do empreendedorismo, do associativo e o cooperativismo, por integração das redes de mulheres aos processos econômicos, produtivos e de mercados locais e regionais.
	Diretriz 18: incorporar a perspectiva de gênero na elaboração de políticas públicas laborais.	Garantir a igualdade salarial entre homens e mulheres tendo em conta o princípio de salários iguais para funções iguais. Garantir às trabalhadoras domésticas o exercício de todos os direitos trabalhistas concedidos às trabalhadoras em geral, especialmente nas regiões de fronteira. Tomar medidas para avançar na valorização social e o reconhecimento do valor econômico do trabalho remunerado realizado pelas mulheres no âmbito doméstico e do cuidado familiar, e contribuir para a superação da atual divisão de gênero do trabalho.
Eixo VII Assegurar o acesso ao trabalho decente e aos direitos previdenciários	Diretriz 19: Promover a geração de emprego produtivo e trabalho decente na formulação de programas de integração produtiva	Avançar na implementação da estratégia MERCOSUL para o crescimento do emprego –eMce, criada pela Decisão cMc nº 04/06, mediante a elaboração de Planos nacionais de emprego e Trabalho Decente– PneTD e Diretrizes regionais para o crescimento do emprego. Promover investimentos públicos e privados para a criação de unidades produtivas em setores estratégicos e intensivos em mão-de-obra, prioritariamente na região de fronteira, especialmente para jovens e outros grupos em situação social desfavorecida. Fortalecer os serviços de qualificação profissional, com o objetivo de promover as competências dos trabalhadores, a inclusão digital, a melhoria de suas remunerações, a produtividade e sustentabilidade das empresas. Prosseguir com a implementação do plano regional de inspeção de trabalho e formação conjunta de inspetores e fiscais. Adotar medidas para promover as convenções da OIT e os Tratados internacionais sobre a matéria.
	Diretriz 20: Fortalecer o diálogo social e a negociação coletiva	Prosseguir com a revisão e aperfeiçoamento da Declaração Sociolaboral do MERCOSUL. Dotar a comissão Sociolaboral de mecanismos ágeis para assegurar a aplicação dos direitos e compromissos inscritos na Declaração Sociolaboral. Fortalecer o Observatório do Mercado de Trabalho (OMTM).
	Diretriz 21: Consolidar o sistema multilateral de previdência social	Promover medidas para plena implementação do Acordo Multilateral de Previdência Social do MERCOSUL. Promover medidas para a regularização dos trabalhadores informais, especialmente nas áreas de fronteira. Estabelecer um programa regional de educação previdenciária. Modernizar os serviços de atendimento aos segurados da previdência social nos estados Partes e compartilhar tecnologias.

Eixo VIII Promover a sustentabilidade ambiental	Diretriz 22: Consolidar a temática ambiental como eixo transversal das políticas públicas	Criar instrumentos regulatórios e econômicos adequados que facilitem a complementaridade entre as políticas produtivas e ambientais e entre as políticas sociais e ambientais.
		Promover políticas públicas para a agricultura familiar visando a sua sustentabilidade socioambiental e adaptação às mudanças climáticas.
		Fortalecer as instâncias ambientais nos níveis regional, nacional e local, nos termos do Acordo Marco sobre Meio Ambiente do MERCOSUL.
	Diretriz 23: Promover mudanças em direção a padrões mais sustentáveis de produção e consumo	Elaborar e implementar estratégias nacionais e regional de produção e consumo sustentáveis e facilitar o acesso da sociedade à informação sobre o tema.
		Promover programas de conscientização sobre práticas de produção e consumo sustentáveis nos setores governamental, produtivo e na sociedade civil.
		Fomentar a inovação no desenho e desenvolvimento de produtos e serviços que gerem o menor impacto ambiental e promovam o desenvolvimento sustentável, com equidade social.
Eixo IX Assegurar o diálogo social	Diretriz 24: Promover o diálogo entre as organizações sociais e órgãos responsáveis pela formulação e gestão de políticas sociais	Promover o diálogo com a sociedade sobre a implementação do PEAS, entre outros, com a Unidade de Participação Social (UPS).
		Garantir e fortalecer outros espaços institucionais de discussão e implementação de políticas públicas.
Eixo X Estabelecer mecanismos de cooperação regional para a implementação e financiamento de políticas sociais	Diretriz 25: Garantir que os projetos prioritários disponham de mecanismos regionais e nacionais de financiamento adequado	Criar e fortalecer fundos específicos para políticas e projetos sociais regionais.
		Promover mecanismos regionais inovadores de financiamento do desenvolvimento regional.
		Coordenar os orçamentos e aportes nacionais para o financiamento conjunto de políticas e projetos sociais regionais.
	Diretriz 26: Fortalecer o ISM como órgão de apoio técnico à execução do PEAS	Dotar o ISM de instrumentos adequados à implementação, monitoramento e avaliação dos projetos sociais.
		Promover e consolidar acordos e convênios de cooperação com instituições de pesquisa dos estados Partes.
		Viabilizar parcerias para a implementação dos projetos sociais previstos.

Fonte: Elaborado pela autora. Retirado de PEAS (2012)